

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO

GIOVANA SILVEIRA SANTOS

**DESLIGADOS – HISTÓRIAS DE PESSOAS QUE VIVENCIARAM O DESLIGAMENTO
INSTITUCIONAL POR MAIORIDADE:
CONTRIBUIÇÕES DO JORNALISMO LITERÁRIO PARA VISIBILIDADE DOS JOVENS
DESLIGADOS NA SOCIEDADE**

UBERLÂNDIA, MINAS GERAIS
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO

GIOVANA SILVEIRA SANTOS

**DESLIGADOS – HISTÓRIAS DE PESSOAS QUE VIVENCIARAM O DESLIGAMENTO
INSTITUCIONAL POR MAIORIDADE:
CONTRIBUIÇÕES DO JORNALISMO LITERÁRIO PARA VISIBILIDADE DOS JOVENS
DESLIGADOS NA SOCIEDADE**

Relatório técnico-científico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação (PPGCE), como exigência parcial para obtenção do título de Mestra em Tecnologias, Comunicação e Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Cristina Menegotto Spannenberg

UBERLÂNDIA, MINAS GERAIS
2019

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S237 2019	Santos, Giovana Silveira, 1994- Desligados - histórias de pessoas que vivenciaram o desligamento institucional por maioria: [recurso eletrônico] : contribuições do jornalismo literário para visibilidade dos jovens desligados na sociedade / Giovana Silveira Santos. - 2019. Orientadora: Ana Cristina Menegotto Spannenberg. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.2198 Inclui bibliografia. Inclui ilustrações. 1. Educação. I. Menegotto Spannenberg, Ana Cristina , 1977-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação. III. Título. CDU: 37
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

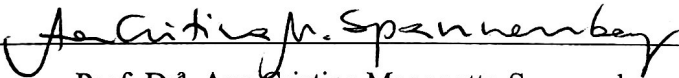
GIOVANA SILVEIRA SANTOS

**DESLIGADOS – HISTÓRIAS DE PESSOAS QUE VIVENCIARAM O DESLIGAMENTO
INSTITUCIONAL POR MAIORIDADE:
CONTRIBUIÇÕES DO JORNALISMO LITERÁRIO PARA VISIBILIDADE DOS JOVENS
DESLIGADOS NA SOCIEDADE**

Relatório técnico-científico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação (PPGCE), como exigência parcial para obtenção do título de Mestra em Tecnologias, Comunicação e Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Cristina Menegotto Spannenberg

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr^a. Ana Cristina Menegotto Spannenberg

Orientadora


Prof. Dr. Gerson de Sousa
Examinador

Participação por webconferência

Prof. Dr^a. Monica Celestino Santos

Examinadora

Uberlândia, 17 de junho de 2019

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo incomparável amor com que guiou cada um dos meus passos nesse caminho singular do aperfeiçoamento acadêmico e humano. A Jesus, pela amizade fiel de todos os dias. Ao Espírito Santo pelos dons derramados. À Santíssima Virgem Maria, minha mãe, pela fortaleza e paciência que me ensinou para vivência desses anos do mestrado. Ao meu anjo da guarda, por toda proteção.

A Bárbara, Saulo e Dona Haydée pela disponibilidade e confiança com que compartilharam suas histórias comigo e permitiram com que outras pessoas também as conhecessem.

Aos meus pais, Vanilda e Presideu, por todo suporte e amor. Ao meu irmão, Alex, por ser meu ouvinte e conselheiro. À toda a minha família pelo apoio e pelas orações. A todos os meus amigos pela alegria que trazem à minha vida.

À minha orientadora Prof^ª. Dr^ª. Ana Cristina Menegotto Spannenberg, pelo trabalho inspirador que realizou comigo. Aos membros da banca examinadora, por terem aceitado dispor de seu tempo para lerem meu trabalho.

*“A verdadeira ciência descobre Deus
esperando atrás de cada porta.”
Papa Pio XII*

SANTOS, Giovana Silveira. **Desligamento institucional por maioria civil**: Contribuições do jornalismo literário para visibilidade dos jovens desligados na sociedade. 2019. 84 f. Relatório técnico-científico (Mestrado) - Curso de Tecnologias, Comunicação e Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

RESUMO

O presente relatório técnico-científico de conclusão do mestrado profissional em Tecnologias, Comunicação e Educação da Universidade Federal de Uberlândia apresenta o itinerário da produção de um livro-reportagem impresso sobre o desligamento institucional por maioria civil no Brasil. Guiamos o trabalho pelo seguinte problema: De que maneira o jornalismo literário pode contribuir para reduzir a invisibilidade da questão do desligamento institucional por maioria na mídia impressa brasileira? Sustentamos a pesquisa em fundamentações teóricas sobre o histórico da institucionalização no Brasil, desde a colonização do nosso país até a atualidade. Também trazemos literatura sobre o processo desenvolvimento humano, os fatores de riscos e de proteção da institucionalização e o desenvolvimento da resiliência em sujeitos cujas vidas foram marcadas pelo acolhimento em instituições. A metodologia que usamos compreende o jornalismo literário como método e técnica de produção dos textos que compõem o livro-reportagem. A obra é formada por quatro capítulos, o primeiro deles é sobre o histórico da institucionalização no Brasil. Os demais são perfis jornalísticos de sujeitos que vivenciaram a experiência do desligamento institucional por maioria em diferentes períodos históricos. Foram entrevistados: Dona Haydée, uma senhora de 80 anos, que viveu 46 anos de sua vida em instituições de acolhimento e em parte desses anos atuou como uma das diretoras do Educandário onde morou por 43 anos; Saulo, 49 anos, viveu em instituições de acolhimento desde o seu nascimento e foi desligado por maioria há 31 anos e Bárbara, uma jovem de 17 anos que na data das entrevistas (realizadas entre os meses de setembro a novembro de 2018) encontrava-se em eminência do desligamento por maioria da instituição, onde vive desde 2017.

Palavras-chave: Desligamento, Instituição, jornalismo-literário, livro-reportagem, perfis.

SANTOS, Giovana Silveira. **Institucional dismissed for civil majority:** Contributions of the literary journalism for visibility of the off young in the society. 2019. 84 f. Technician-scientific report (Master) - Course of Technologies, Communication and Education, Federal University of Uberlândia, Uberlândia, 2019.

ABSTRACT

The present technician-scientific report for the conclusion of a professional Master's degree one in Technologies, Communication and Education of the Federal University of Uberlândia presents the itinerary of the production of a book-news article printed matter on the institutional dismissal due to legal majority in Brazil. We guide the work for the following problem: How can the literary journalism contribute to reduce the invisibility of the institutional dismissal due to legal majority in the printed Brazilian media? We support the research in theoretical recitals on the description of the institutionalization in Brazil, since the settling of our country until the present time. We also bring literatures on the human development process, the factors of risks and protection of the institutionalization and the development of the resilience in citizens whose lives have been marked by the shelter in institutions. The methodology that we use understands the literary journalism as method and technique of production of the texts that compose book-news article. The workmanship is formed by four chapters, the first one of them on the description of the institutionalization in Brazil. Excessively they are journalistic profiles of citizens that have lived deeply the experience of the institutional dismissal due to legal majority in different historical periods. The interviewed ones are: Dona Haydée, an 80 years old lady, who lived 46 years of its life in shelter institutions and in part of these years she acted as one of the directors of the Educational establishment where she lived for 43 years; Saulo, 49 years old, lived in shelter institutions since his birth and was dismissed due to legal majority 31 years ago; and Bárbara, a 17 years old lady that, at the date of the interviews (carried through between the months of September and November, 2018) was about to be dismissed due to legal majority by the institution where she lives since 2017.

Key words: Dismissal; Disconnection, Institution, journalism-literary, book-news article, profiles.

SUMÁRIO

1	<u>APRESENTAÇÃO</u>	11
2	<u>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</u>	16
2.1	ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL	16
2.1.1	BREVE HISTÓRICO DA SIGNIFICAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS ORGANIZAÇÕES FAMILIARES BRASILEIRAS	17
2.1.2	ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NOS PERÍODOS ANTERIORES A PROMULGAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	19
2.1.3	ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL APÓS A PROMULGAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	27
2.1.3.1	<i>LEIS E RESOLUÇÕES ASSISTENCIALISTAS PÓS ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE</i>	31
3	<u>O LIVRO-REPORTAGEM</u>	36
3.1	JORNALISMO LITERÁRIO	36
3.1.1	LIVRO-REPORTAGEM	38
3.1.2	O PERFIL JORNALÍSTICO	41
3.2	RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO E APRESENTAÇÃO DO PRODUTO	43
4	<u>EXEQUIBILIDADE E APLICABILIDADE</u>	48
4.1	DIVULGAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO	49
5	<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	50
	<u>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS</u>	52
	<u>APÊNDICE A – RELATÓRIO DE PESQUISA DO MONITORAMENTO DO TEMA ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE EM SITES E BLOGS</u>	56
	<u>APÊNDICE B - LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO</u>	71
	<u>APÊNDICE C – ANÁLISE DE SIMILARES</u>	77
	<u>ANEXO – LIVRO REPORTAGEM / DESLIGADOS: HISTÓRIAS DE PESSOAS QUE VIVERAM A DESINSTITUCIONALIZAÇÃO POR MAIORIDADE</u>	86

1 APRESENTAÇÃO

Neste relatório apresentamos o resultado de uma pesquisa sobre o tema ‘Adoção de crianças e adolescentes no Brasil’ com foco no ‘Desligamento institucional por maioria’.

O abrigamento de crianças e adolescentes data do período colonial e, desde então, sofreu inúmeras modificações. Ao longo da história, mudanças de regime político, debates, discussões, fóruns, legislações e resoluções atuaram como coautoras e impulsionadoras dessas alterações. No ano de 1990 foi promulgada, no Brasil, a Lei 8.069 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e dá outras providências. A promulgação do ECA estimulou uma modificação na concepção que outrora foi dada à institucionalização de crianças e adolescentes pobres no Brasil (ASSIS & FARIAS, 2013).

Através do Estatuto, todas as crianças e adolescentes, sem exceções, passaram a ser considerados sujeitos de direitos, vistos como prioridade absoluta. Diferente das práticas anteriores, pelas determinações da Lei 8.069, torna-se ponto de destaque que todas as ações do Estado, voltadas para este público, se debruçam na preservação dos vínculos familiares e comunitários.

Em agosto de 2009, sob intenso debate a respeito da convivência familiar e comunitária já estabelecida pelo ECA, foi aprovada a Lei 12.010. O documento alterou o Estatuto (1990) no tocante aos dispositivos anteriormente citados. Embora seja conhecida como Lei da Adoção, a Lei 12.010 tem como objetivo principal aperfeiçoar o direito das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária (ASSIS & FARIAS, 2013).

De acordo com o parágrafo 1º, do artigo 101, do ECA (já atualizado com as disposições da Lei 12.010), o acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais (BRASIL, 2009). No entanto, em razão de uma gama de fatores, o tempo de permanência nos abrigos é prolongado além do previsto. Pesquisadores da questão, Siqueira e Dell’Aglio (2006 apud FIGUEIRÓ, 2012), chamam atenção para a interferência na sociabilidade e manutenção de vínculos afetivos causada pelo prolongamento do tempo de institucionalização.

Segundo o Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas, no Brasil mais de 47 mil crianças e adolescentes vivem em abrigos, sendo que, destes, somente cerca de 7,4 mil¹ estão cadastradas para adoção. Da quantidade de crianças aptas ao processo de adoção, 68,1% têm

¹ Informações disponibilizadas pelo Conselho Nacional de Justiça e disponível no link: <https://goo.gl/rHtgVvk>.

entre 9 e 17 anos e somente 4% dos pretendentes aceitam crianças e jovens desta faixa etária². Ou seja, quanto mais avançada a idade dos abrigados, menores são as chances de serem adotados.

Desse modo, o acolhimento provisório, além de ser prolongado, torna-se duradouro – muitas vezes até o adolescente completar 18 anos, idade em que deixa de ser “sujeito de direitos” das medidas previstas no ECA. Ao atingir a maioridade, os jovens são desligados da instituição de acolhimento. Após a saída do abrigo iniciam sua vida independente, “muitas vezes sem possuírem os direitos sociais básicos, como alimentação, moradia, segurança, sofrendo assim, grande risco de serem excluídos da sociedade” (OLIVEIRA, 2013, p.3). Nessa situação, a integração social compõe um processo de luta dos sujeitos pelo reconhecimento de suas identidades, cujo objetivo é a participação de forma igualitária na organização do espaço social (OLIVEIRA, 2013).

Retomando as reflexões sobre o ECA, vale destacar que o estatuto também garantiu uma grande rede de proteção social para as crianças e adolescentes. Com o intuito de conhecer e analisar os assuntos discutidos sobre adoção pelos vários vieses dos agentes formadores desta rede, bem como a forma que os emissores destas mensagens se ligam às redes sociais, realizamos um levantamento³ de materiais sobre a temática por meio da ferramenta BuzzSumo. A título de explicação, a ferramenta busca os links que mais foram compartilhados em redes sociais.

Através dessa pesquisa, percebemos que a questão do desligamento institucional por maioridade é um tema tratado de forma escassa pela mídia brasileira. A desinstitucionalização por causa da idade acontece quando, por fatores diversos, os adolescentes não são reinseridos em suas famílias de origem ou não são inseridos em famílias substitutas (adotados) até completarem 18 anos. Esse fato nos chamou atenção. Da soma de 149 materiais coletados entre os dias 19 e 25 de maio de 2017, apenas um tratava desta temática.

Na tentativa de melhorar o cenário, podemos recorrer às contribuições e possibilidades que o jornalismo impresso brasileiro oferece. Numa reflexão sobre a mídia impressa do Brasil, ao retrocedermos na história, encontramos entre os anos de 1830 e 1840 a eclosão de um jornalismo popular, cuja marca era a publicação de narrativas literárias. Os escritores desse período são considerados os precursores do jornalismo literário, gênero

² Informações disponibilizadas pelo Conselho Nacional de Justiça e disponível no link: <https://goo.gl/BCFgR1>

³ A íntegra da pesquisa pode ser acessada no ‘Apêndice A - Relatório de pesquisa do monitoramento do tema adoção de crianças e adolescente em sites e blogs’, na página 61

caracterizado “pela publicação de literatura nas páginas de jornais” (PENA, 2006). Por meio deste jornalismo são construídas novas estratégias para o tratamento dos fatos, como a humanização de histórias anteriormente invisíveis aos olhos da mídia convencional.

Mediante esse panorama, suscitamos o seguinte problema de pesquisa: De que maneira o jornalismo literário pode contribuir para reduzir a invisibilidade da questão do desligamento institucional por maioria na mídia impressa brasileira? Diante desse questionamento, nosso objetivo geral foi produzir um livro-reportagem que dê visibilidade à questão do desligamento institucional por maioria, através do desenvolvimento de perfis jornalísticos de sujeitos que vivenciaram e vivenciarão essa experiência em diferentes períodos históricos, de modo que o leitor também possa conhecer, em partes, a história da institucionalização no Brasil, bem como a realização desse desligamento em distintos momentos da história.

Nossos objetivos específicos foram: apresentar e problematizar os processos institucionais aos quais estão e estavam submetidos os sujeitos envolvidos na questão do desligamento institucional por maioria na atualidade e em momentos histórico passados; promover reflexões acerca dos procedimentos, já realizados e que atualmente são praticados, que visam o preparo para o desligamento e para a vivência fora da instituição, ouvindo os sujeitos que passaram e passarão por essa experiência; fazer uso do jornalismo literário como método e técnica para proporcionar maior visibilidade às essas fontes no cenário midiático impresso brasileiro, favorecendo a inserção dessas pessoas na sociedade (com vistas às suas participações igualitárias no meio social) e, por fim, suscitar nos leitores discussões a respeito da eficácia das atuais ações de garantia do direito à convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes brasileiros.

Justificamos a relevância científica desse trabalho através do auxílio que ele pode conferir a formação do jornalista, principalmente no tocante à exploração do jornalismo literário não apenas como um método de produção textual. Pois, por meio do livro-reportagem, foi possível reconhecer a força do jornalismo literário como um método de significado, que trata de uma concepção de sujeito. Por meio dessa compreensão metodológica de jornalismo literário, lança-se luz nos sentidos produzidos pelos sujeitos a partir das vivências experimentadas ao longo de uma temporalidade. Assim, a técnica da entrevista se une ao processo de escrita com vistas à uma reconstrução humana do sujeito. Por consequência abre-se distância das narrativas frias, que se norteiam apenas pelas ideias de espaço, efeito ou historicidade de situação pontuais do sujeito.

Para além dos muros da universidade, nosso trabalho também é justificado pela sociedade e pela comunidade profissional. O livro-reportagem pode despertar discussões e o desejo de conhecimento a respeito do desligamento institucional por maioria tanto na sociedade, como entre os jornalistas. O detalhamento dos perfis jornalísticos e a voz dos personagens têm potencial para instigar a população a trazer a temática para os seus universos de discussões, bem como para promover um reconhecimento recíproco entre esses jovens e a sociedade. Acreditamos que o próprio tema do nosso livro também é capaz de levantar debates sobre a forma como esses sujeitos, alvos do desligamento institucional por maioria no passado e na atualidade, têm sido ou não tratados pela mídia convencional.

Concomitante às justificativas sociais, nossa pesquisa também tem legitimidade pessoal. O livro-reportagem nos proporcionou a oportunidade de contribuir com a rede de agentes protetores das crianças e adolescentes, da qual toda sociedade faz parte. Contribuição esta que pode gerar resultados positivos para as crianças e adolescentes em condição de acolhimento institucional e em eminência do desligamento institucional por maioria. Ademais, a desenvoltura do nosso trabalho contribuiu para a expansão dos nossos conhecimentos sobre essa área em estudo.

De uma perspectiva mercadológica, considerando a escassez com que a temática do ‘Desligamento institucional por maioria’ é tratada na mídia impressa brasileira, o livro-reportagem pode se tornar uma das poucas iniciativas de tratamento da questão no meio jornalístico. Também, o produto desse trabalho será pioneiro na forma de lidar com o assunto, ou seja, será o primeiro⁴ livro que trata a temática pela perspectiva do jornalismo literário, com um aprofundamento nos fatos, personagens e situações. A afirmativa do pioneirismo provém de buscas informais de similares realizadas pelas autoras até o mês de junho do ano de 2019. Em todas essas buscas não foram encontrados materiais semelhantes, por tal, consideramos que o livro-reportagem será o primeiro produzido.

Para além disso, segundo Belo (2006, p. 35 e 36), “a falta de novidades cria um vínculo vicioso que asfixia os veículos comercialmente. Os leitores perdem o interesse tão logo percebem que aquilo que o periódico entrega pode estar disponível, quase de graça e muito antes, na TV, no rádio ou na internet”. Sob uma análise desse cenário jornalístico, o livro-reportagem pode apresentar a esse público um conjunto de informações qualitativas e providas de singularidade.

⁴ Essa pesquisa foi realizada de forma informal. Não temos esse material descrito formalmente. A pesquisa formal que temos foi feita no ano de 2017 e está no apêndice C, que pode ser encontrado na página 75.

O público-alvo do nosso livro-reportagem é amplo, se trata de toda a sociedade. Considerando que nossas narrativas têm caráter literário, mas também são jornalísticas, acreditamos que nosso material carrega, portanto, sua missão fundamental de informar a população em geral. Ademais, a temática do livro é um assunto de interesse para muitos, afinal, como já mencionado, a sociedade em geral participa (ou deveria participar) da rede de agentes de proteção às crianças e aos adolescentes.

Com vistas a explanação e discussão dos objetivos da pesquisa proposta, estruturamos esse relatório em quatro capítulos. O primeiro - A Apresentação – já está exposto acima. O capítulo 2 reúne nossa fundamentação teórica. Nesse tópico trazemos um aprofundamento conceitual do histórico da institucionalização no Brasil, destacando as mudanças ocorridas ao longo do tempo. No terceiro capítulo descrevemos o livro-reportagem, o processo de desenvolvimento da obra, o método e a técnica utilizados para sua produção, a saber o jornalismo literário, e a exequibilidade e aplicabilidade do produto. Por fim, no quarto capítulo trazemos as nossas considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste tópico apresentamos o capítulo conceitual que compõem o Relatório técnico-científico do livro-reportagem que produzimos. O subcapítulo conceitual, denominando ‘Acolhimento institucional no Brasil’, abarca os tópicos ‘Breve histórico da significação das crianças e adolescentes nas organizações familiares brasileiras’; ‘Acolhimento institucional nos períodos anteriores a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente’ e ‘Acolhimento institucional após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente’.

2.1 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL

Desde o século XIX, o acolhimento institucional é uma das principais práticas adotada pelo Estado para assistir as crianças e adolescentes que se encontram em situação irregular. Em menor ou maior grau, a prioridade para esse tipo de atendimento à infância e juventude perdurou até grande parte do século XX. Literaturas sobre o tema, incluindo documentações dos séculos XIX e XX, não consistem fontes suficientes para estatísticas que estimem o número de crianças e adolescentes que foram institucionalizadas no país (RIZZINI; RIZZINI, 2004). Parte da ausência de registros deve-se a falta de domínio da escrita e a dependência administrativa vivida até as primeiras décadas do século XIX (TRINDADE, 1999).

No contexto histórico do Brasil, a criança e o adolescente nem sempre foram reconhecidos como sujeitos de direitos. Paralela a essa realidade, a família também não foi considerada fundamental desde o princípio. Desse modo, as definições e práticas do acolhimento institucional no Brasil estão diretamente ligadas à organização familiar ao longo da história, bem como, ao papel que as crianças e adolescentes exerciam no seio da família e da sociedade.

Considerando tal correlação direta, julgamos conveniente nesta pesquisa tratarmos brevemente da colocação das crianças e adolescentes nas organizações familiares constituídas historicamente na sociedade brasileira. O texto que segue trata a temática de forma objetiva e apresenta, pois, limitações de estudo. A intenção é que esse curto levantamento colabore para um melhor entendimento do acolhimento institucional no Brasil.

2.1.1 Breve histórico da significação das crianças e adolescentes nas organizações familiares brasileiras

Nesse estudo tratamos das organizações familiares da sociedade medieval e moderna. Elegemos esse ponto de partida histórico em razão de ter sido o modelo transitório da família medieval para a moderna que adentrou no Brasil quando os portugueses chegaram ao país.

A organização familiar medieval era marcada pelo patriarcalismo, exercido pelo pai ou pelo avô, ou pela solidariedade entre seus membros. Segundo Kreuz (2012), a mulher casada da baixa idade Média era submissa à autoridade do marido, assim como os seus filhos. Tão forte era a influência patriarcal, que somente no século XI a mulher adquiriu, em alguns feudos, o direito à sucessão, sendo capaz de exercer um certo poder político. Nesse período medieval, o reconhecimento da filiação era ligado a existência de um casamento válido, daí a importância da realização dos matrimônios.

Com o passar dos anos os filhos também conquistaram direitos no seio familiar. Foi convencionado que ao pai era dado poder sobre os filhos apenas enquanto morassem com esses. A emancipação dos filhos era então alcançada quando contraíam matrimônio. Somente a partir do século XVI que a idade se tornou causa de emancipação. Já a violência física contra os filhos apenas passou a ser considerada ato punível a partir do século XV.

Nos anos finais da Idade Média a organização familiar sofreu uma mudança que a distinguiu das famílias medievais. Ariés (1986) explica que nesse período a criança conquistou um lugar junto dos seus pais (apud KREUZ, 2012). Esse espaço era impensável de ser conquistado na família antiga, na qual a educação das crianças e adolescentes era destinada a ser realizada por terceiros. O autor conta que nesse tempo de transição entre os períodos históricos, as crianças passaram a ser elementos indispensáveis na rotina familiar e os pais começaram a preocupar-se com sua educação, carreira e futuro. Embora não tenham se tornado o centro do sistema, os filhos ganharam mais consistência no contexto das famílias.

Essa organização familiar foi progressivamente implantada no Brasil pelos colonizadores portugueses. Os primeiros povoadores europeus do Brasil foram homens e entre as frotas chegadas ao território não havia mulheres. Os portugueses, então, uniam-se às índias e esses relacionamentos não eram monogâmicos e fixos. A forma como os colonizadores se relacionavam com as mulheres nativas contrariou os princípios religiosos vigentes na sociedade portuguesa da época. Diante da situação, o padre Manuel da Nóbrega

solicitou à Lisboa que fossem enviadas mulheres, ainda que as mesmas fossem meretrizes ou órfãs (KREUZ, 2012).

A solicitação do padre foi atendida e, a partir de então, além do incentivo à produção agrícola houve grande influência para a realização de matrimônios. Pois, essas uniões garantiam o objetivo de povoar a nova terra e dentro dos padrões familiares já convencionados na sociedade da qual provinham os colonizadores. Para garantir a povoação do Brasil nesse molde familiar, a Igreja exerceu o trabalho de catequizar os indígenas a fim de que abandonassem as práticas sexuais vividas e aderissem ao casamento católico. No entanto, “contribuía [sic], ainda, para as uniões livres, a burocracia exigida pela Igreja, custos elevados para o casamento, constantes mudanças de domicílio, falta de padres” (KREUZ, 2012, p.32).

Passada essa primeira fase de colonização, o Estado debruçou-se no reforço da autoridade do pai dentro da família. O patriarca, no século XVII, foi considerado o representante do próprio rei dentro das casas. A organização política e econômica dessa época influenciou diretamente na composição das famílias. Assim, até meados do século XIX a casa-grande foi o modelo tradicional da família patriarcal brasileira. Essas famílias eram compostas não apenas pela mulher e os filhos, mas também pelas concubinas, escravos, padrinhos, afilhados, amigos e dependentes.

A consolidação da República, no final do século XIX, promoveu fortes mudanças nesse quadro familiar. Através do êxodo rural, as grandes famílias foram esfaceladas e núcleos familiares menores foram formados. Os pais começaram a passar mais tempo no trabalho do que em casa, conforme ditava o liberalismo econômico, e a religião deixou de ser o esteio nas famílias contemporâneas. Assim, diminuíram os casamentos por conveniência e aumentaram as uniões fundamentadas no amor e na afetividade. A família patriarcal foi substituída pela nova família fundada nas relações de afeto (KREUZ, 2012).

Decorrido um século sem alterações significativas no modelo familiar, no ano de 1988 a família passou novamente por mudanças (KREUZ, 2012). Por meio da Constituição Federal o casamento deixou de ser a única maneira de se constituir família. A lei ainda confirmou outros modelos familiares distintos dos legitimados pelas legislações anteriores, a fim de conceder proteção jurídica aos sujeitos que dela fazem parte e nela se desenvolvem. Nesse período, o reconhecimento da filiação deixou de estar ligado ao casamento válido. Os filhos passaram a ser considerados sem distinção, tendo nascidos de matrimônio, união estável, concubinato ou qualquer outra origem.

A partir do marco da chegada dos portugueses ao Brasil, a família e a sociedade brasileira passaram por inúmeras mudanças. Nessas transformações, as crianças e os

adolescentes angariaram diferentes significações no seio das organizações familiares. Embora tenha havido grandes e constantes modificações sociais e familiares, o abandono e, consequentemente, o acolhimento institucional da criança e adolescente são práticas presentes desde a colonização até os tempos atuais. Assim como a família e a sociedade se modificaram ao longo do tempo, a prática do acolhimento também sofreu alterações.

2.1.2 Acolhimento institucional nos períodos anteriores a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente

As primeiras instituições para meninos e meninas no Brasil foram fundadas pelos padres jesuítas. Esses institutos tinham objetivo educacional e foram implementados por meio de escolas elementares (ensino da escrita e leitura) para crianças pequenas das aldeias e vilarejos, bem como, através de colégios para formação de religiosos e instrução superior para as crianças e os jovens de famílias mais abastadas. Os jesuítas foram os principais educadores da sociedade brasileira até o século XVIII, quando foram expulsos pelo Marquês de Pombal, em 1759 (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

O reduzido número de escolas e a distância entre as mesmas fez com que muitas crianças fossem enviadas para morarem nos colégios em que estudavam. Assim, encontramos um dos germes do internamento de crianças e adolescentes no Brasil. Kreuz (2012) esclarece que a partir do século XVII o internamento, a princípio para fins de estudo, tornou-se uma prática aceitável. Até as famílias mais ricas despachavam seus filhos para serem educados em grandes orfanatos.

Além do internamento com objetivos educacionais e escolares, ainda no Brasil colônia foi iniciado o acolhimento de crianças cuja pobreza dos pais impedia o sustento dos filhos. Segundo Kreuz (2012), as casas de acolhimento deviam possuir uma mulher livre ou escrava em condições de amamentar e, caso a criança fosse independente do leite materno, deveria haver condições e recursos para sustentá-la. A pobreza já era naquela época causa da separação entre os filhos e os pais.

Quanto aos órfãos e abandonados, participantes de uma outra realidade de separação, foi previsto, em 1603, pelas Ordenações do Reino, que as Câmara ou os hospitais deviam assumir a manutenção do cuidado a essas crianças. Apesar dessa determinação, registra-se no Rio de Janeiro que somente a partir do ano de 1694 o Senado da Câmara passou a prestar assistência aos enjeitados. A regularização das assistências aos abandonados

aconteceu apenas no século XVIII. Nesse período, as crianças abandonadas foram tratadas pelos termos “enfeitadas” ou “expostas”, que representam as principais formas pelas quais se davam os abandonos (TRINDADE, 1999).

Posteriormente ao acolhimento pelas Câmaras e hospitais, as Santas Casas de Misericórdia também deram início ao serviço caritativo de atendimento às crianças órfãs e abandonadas no Brasil. Conforme explica Trindade (1999), essas casas eram mantidas predominantemente por doações individuais e coletivas provenientes da população. Para recebimento dessas ajudas foi adotada a roda, objeto que se constituía numa caixa cilíndrica que girava sobre um eixo vertical. Os alimentos, remédios e mensagens eram depositados nas rodas que, ao serem giradas, levavam a doação para o interior das Santas Casas. Por esse meio, o doador era mantido no anonimato.

Inicialmente destinada à arrecadação de ofertas para manutenção das casas, as rodas passaram a ser utilizadas por mães que depositavam seus bebês na confiança de que as freiras criariam seus filhos. O grande aumento da utilização desse objeto pelas mães, levou a criação de rodas destinadas especialmente para o recebimento de bebês. Esse artefato foi chamado de ‘roda dos expostos’. A primeira roda do mundo foi instalada em Roma, no ano de 1198, no Hospital do Espírito Santo. No Brasil, a primeira roda com esse fim foi instalada no ano de 1726, na Bahia. O sistema se espalhou pelo país e, assim, em 1738 foi implementada no Rio de Janeiro, em 1825 na cidade de São Paulo, em 1828 no município de Desterro - atual cidade de Florianópolis no estado de Santa Catarina - , por exemplo (TRINDADE, 1999).

As instituições de acolhimento dessa época foram consideradas locais de eliminação da infância indesejada. Pois, como explica Kreuz (2012, p.14), “grande parte das crianças deixadas nas rodas era de filhos ilegítimos, também conhecidos como filhos do pecado, crianças de famílias pobres, mas principalmente, de crianças filhas de escravas”. Nessas casas, o índice de mortalidade dos expostos chegava a sessenta por cento entre as crianças menores de um ano e, em alguns casos, os índices alcançavam noventa por cento dos acolhidos.

A mortandade das crianças aconteceu, majoritariamente, em razão da alimentação. De acordo com Rizzini e Rizzini (2004), o atendimento a um número tão elevado de bebês exigiu um sistema de criação externa por amas-de-leite, contratadas pelas Santas Casas, e também um método de encaminhamento para famílias criadeiras. Essas famílias recebiam ajuda das Santas Casas para o sustento das crianças enviadas. No entanto, quando não era possível encaminhar as crianças e o leite das amas era insuficiente, a amamentação dos bebês

era completada com leite de vaca que, por não ser esterilizado, levava à um altíssimo número de mortes (KREUZ, 2012).

Quando sobreviviam a essa primeira fase e completavam sete anos, as crianças encaminhadas às famílias criadeiras ficavam sujeitas a decisão dos pais de criação: de deixá-los ou não permanecer na casa. Devido a legislação da época, a adoção era praticamente impossível. Assim, costumeiramente, as crianças continuavam morando quase que de favor nas casas das mães criadeiras.

Completados os sete anos, as crianças já eram consideradas praticamente como adultas, por essa razão, podiam ter o seu trabalho explorado em troca de remuneração ou, simplesmente, em troca de alimentação e moradia. Não raras vezes, a exploração do trabalho infantil foi o pagamento pela hospedagem e alimentação nas casas das famílias criadeiras. Diante da possibilidade do abuso das crianças, as autoridades portuguesas estabeleceram que os “enjeitados ou expostos de pais mortos ficassem sujeitos aos juízes de órfãos, até que completassem 20 anos de idade, podendo ser encaminhados para as casas de acolhida, até que completassem dozes anos, bem como deviam fazer com que aprendessem algum ofício” (KREUZ, 2012, p.15).

No ano de 1834 foi promulgado o ato adicional – Lei n.16 de 12/8/1834 – que determinou a obrigação da responsabilidade das províncias brasileiras pela instrução primária. A partir do ato, o governo imperial criou em todo o país as Companhias de Aprendizizes Marinheiros e Escolas/Companhias de Aprendizizes dos Arsenais de Guerra. Os Arsenais de Guerra eram destinados a receber meninos órfãos, já as Companhias de Aprendizizes de Marinheiros, que eram do tipo internato, recebiam meninos recolhidos nas ruas pela polícia.

Em suas análises, as irmãs Rizzini (2004) concluíram que os internatos nas companhias durante o período imperial atuaram na “limpeza” das ruas brasileiras. Tanto que, “as Companhias de Aprendizizes Marinheiros, por exemplo, forneceram, entre 1840 e 1888 8.586 menores aptos para o serviço nos navios de guerra, contra 6.271 homens recrutados à força e 460 voluntários” (NASCIMENTO, 1999, p.75 apud RIZZINI, RIZZINI, 2004, p.25).

Nesse período, o destino das meninas órfãs e desvalidas era distinto daquele que era oferecido aos meninos. As órfãs pobres e filhas de legítimo casamento contaram com a proteção dos recolhimentos femininos, criados por religiosos. Às meninas indigentes, filhas naturais de mães pobres sem casamento legítimo, e órfãs desvalidas também lhes foram ofertados abrigos. No entanto, inicialmente, as irmandades criaram asilos para atendê-las separadamente das outras meninas, cujas origens eram diferentes.

Esses recolhimentos assumiram o papel de pais na vida das meninas, ofertando a elas os meios necessários para se manterem vivas e alcançarem um matrimônio (RIZZINI; RIZZINI, 2004). Desse modo, além da alimentação, a essas meninas eram dada educação para o lar, enxoval e dote, a fim de conferir-lhe meios para reproduzirem seu lugar na sociedade. Trindade (1999) esclarece que, a essa época, acreditava-se que fora do asilo o lugar mais seguro para as mulheres era o casamento. A proteção asilar era, então, exercida por meio de um regime de claustro que limitava o contato com mundo exterior.

De acordo com Kreuz (2012), mesmo tendo havido instituições de acolhimento no período imperial, os filhos de escravas, ingênuos (crianças nascidas livres pela Lei do Ventre Livre, de 1871) e as crianças indígenas nunca foram os alvos das intervenções institucionais religiosas, privadas ou governamentais. O atendimento aos indígenas, em particular, somente foi instituído através de iniciativas pessoais de seus instrutores e não constituíram políticas sociais de assistência e educação de grupo societário. Os primeiros colégios indígenas apenas começaram a surgir depois do advento da República, no entanto, eram vinculados a missões religiosas instaladas em áreas resididas por índios.

O acolhimento institucional no período colonial, em seus diversos modos, teve como causa principal o abandono das crianças e adolescentes. Nesse período, a problemática das crianças abandonadas era diretamente ligada a manutenção dos valores da sociedade colonial e escravagista e da honra das famílias inspiradas na organização familiar burguesa (ARANTES, 1993 apud FIGUEIRÓ, 2012). A princípio, os pequenos eram deixados nas naveas das Igrejas, próximo às casas de particulares e nas ruas (KREUZ, 2012). Com o advento da roda dos expostos, o local da entrega se modificou e iniciou-se um processo paralelo de centralização do abandono das crianças nas Santas Casas de Misericórdia. Segundo Figueiró (2012), no período imperial, o cuidado à infância foi ligado a uma atitude de ordem caritativa.

No Brasil, a questão dos menores foi tratada a luz do Código Criminal (1830) até o final do século XIX. Com a Proclamação da República, no ano de 1889, mudou-se a visão que anteriormente tinha-se a respeito da infância e juventude. De acordo com Rizzini e Rizzini (2004, p.28), enquanto que

a grande questão do Império brasileiro repousou na ilustração do povo, sob a perspectiva da formação da força de trabalho, da colonização do país e da contenção das massas desvalidas, no período republicano a tônica centrou-se na identificação e no estudo das categorias necessitadas de proteção e reforma, visando ao melhor aparelhamento institucional capaz de salvar a infância brasileira no século XX.

Para Figueiró (2012), essa modificação de sentimento em relação à infância e à juventude estava diretamente imbricada em interesses políticos. A mudança de regime político e a confirmação do Brasil como nação despertou a esperança de reforma no país, que começou a se realizar através de missões saneadoras e civilizatórias. Além disso, em razão da abolição da escravidão, o período pós-República foi marcado por um momento de crise, proveniente do aumento das classes subalternizadas na formação da população brasileira. Diante desse quadro, a autora acredita que a passagem da Monarquia para a República estabeleceu um marco no pensamento social sobre a infância no Brasil. Foram retiradas as ideias de inocência e pureza relacionadas a essa faixa etária, a fim de taxar as crianças e adolescentes como perigosas e, assim, justificar a necessidade de moldá-las.

A modelagem das crianças atendia ao objetivo de conceder meios para o alcance da nação desejada e, assim, proteger a sociedade dos riscos eminentes que elas representavam. Segundo Figueiró (2012, p.38), para “uma nação civilizada, que começava a se modernizar, era preciso ter um povo educado, trabalhador e amante da pátria, sem conflitos com os detentores de poder, docilmente submetido a um modo de existência que contribuísse com a “ordem” e o “progresso””.

A medida protecionista foi legitimada pelo Código Penal Republicano de 1890, instituído logo após a proclamação da República. O objetivo do Código era manter a ordem e combater a vadiagem, a mendicância, a prostituição e o jogo. Tendo em vista que a maioria das crianças desvalidas dessa época estava associada à prática de vadiagem e delinquência, elas se tornaram alvo do Código. O problema da criança de rua tornou-se responsabilidade da polícia, que deteve o poder de corrigir e encaminhar as crianças para instituições filantrópicas ou abrigos. Com o crescimento urbano e aumento dos problemas sociais, o Estado interveio com a criação e proliferação de internatos, incumbidos da missão de disciplinar, corrigir e inserir as crianças no mercado de trabalho (KREUZ, 2012).

A descentralização desse sistema protecionista incomodou os meios especializados, que compararam esse método a uma espécie de ‘caridade oficial’. Nesse contexto de industrialização e crise social é criado, em 1927, o primeiro Juízo de Menores do país e é aprovado o Código de Menores, idealizado por Mello Matos⁵. O código de 1927

⁵ Mello Matos foi parlamentar e Juiz de Menores. Como parlamentar, em 1904, esteve à frente da campanha de vacinação obrigatória, em apoio a Oswaldo Cruz. Ainda no Congresso, apresentou em 1906, o projeto de resultou na criação de um Instituto Oswaldo Cruz. Entre os anos 1920 e 1924 atuou como diretor do Instituto Benjamin Constant, centro de referência nacional na área de educação para deficientes visuais. Em 1924 proferiu

unificou as escassas determinações jurídicas a respeito da infância e juventude, bem como acolheu as práticas que já haviam sido adotadas, inclusive as ações utilizadas em outros países. Trindade (1999, p. 147 e 148) relata que os principais pontos do Código de Menores foram:

a) instituiu o juízo privativo de menores; b) elevou para 14 anos de idade a irresponsabilidade criminal do menor; c) instituiu processo especial para infratores de 14 a 18 anos; d) atribuiu ao Juiz de Menores competência para legislar sobre o abandono de menores e anormais (sic) bem como sobre o pátrio poder e a imposição de normas e condutas aos pais e tutores; e) regulou o trabalho dos menores; criou um centro de observação dos menores e também uma Polícia Especial de Menores; definiu a competência dos comissários de vigilância e procurou criar um corpo de assistentes sociais denominados delegados de assistência e proteção, com participação de populares como voluntários e, finalmente, deu estrutura aos internatos do Juízo de Menores.

Dentre as determinações do Código, a prática de internação de menores abandonados e delinquentes atraiu especial atenção da imprensa. Matérias em defesa do modelo de ação do Código foram produzidas em larga escala, consequentemente, contribuíram para aceitação e disseminação das práticas do Código de Menores. A procura pelos internamentos aumentou de forma exponencial, principalmente pelas famílias de baixa renda e sem a figura do pai. Os internatos foram adotados por essa população como alternativa de educação para os filhos.

O Código de menores e o Juizado também estabeleceram parâmetros de classificação das crianças desvalidas, das famílias pobres e das situações que as envolviam. Pelo Código foi formalmente determinado o termo ‘menor’ para designar aqueles que tinham menos de 21 anos e cujos pais não eram capaz de oferecer o sustento necessário. A pobreza foi considerada como ‘situação de irregularidade’, as famílias pobres como ‘desestruturadas’ e as condições concretas de vida das pessoas foram omitidas. Às “situações de irregularidade” foram atribuídas questões de caráter médico, psicológico ou culturais. Desse modo, atuaram de forma que a internação era vista como um meio de intervenção terapêutica, com vistas a cura e reabilitação das crianças e famílias para o convívio social aceito pela sociedade (FIGUEIRÓ, 2012).

Mesmo com as exaltações iniciais, pouco tempo após a promulgação, o Código de 1927 começou a sofrer críticas. A insatisfação se deu principalmente em razão dos maus

seu primeiro despacho como Juiz de Menores, cargo no qual permaneceu até seu falecimento, no ano de 1934 (ARAÚJO, 2018).

tratos que aconteciam às crianças internadas e pela incapacidade do Código de afastar os jovens da criminalidade e da marginalidade (KREUZ, 2012). Somado a essa situação, com a instauração do Estado Novo, no ano de 1937, aumentaram as ideologizações dos representantes do Estado quanto ao atendimento à infância e à juventude. Tal foram as ideologias, que o Juiz Sabóia Lima anunciou que a ameaça comunista estava associada às crianças (RIZZINI e RIZZINI, 2004). Assim, na ditadura Vargas a intervenção junto à infância tornou-se uma questão de defesa nacional.

Em busca da proteção da nação, o governo Vargas centralizou a assistência às crianças através da criação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM). Segundo Kreuz (2012), os objetivos do SAM eram, entre outros, sistematizar a assistência a menores desvalidos e delinquentes internados, recolhê-los em internatos adequados e abrigá-los. No entanto, o fracasso do sistema não tardou a chegar e os insucessos foram depositados sobre o menor e sua família. As irmãs Rizzini (2004) explicam que as carências das instituições e as dificuldades de viabilizar as propostas educacionais passaram a ser culpa do menor, que foi considerado como “incapaz”, “sub-normal de inteligência e afetividade” e super “agressivo”. Entre a sociedade, o SAM foi visto como prisão para os menores desviados e escola do crime.

Ainda no Governo Vargas foi estabelecido outro tipo de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, que foram os preventórios. Esses abrigos eram destinados a acolherem os filhos indenes dos pais vítimas da hanseníase. Pois, nesse período histórico, a doença havia se tornado um problema de dimensões grandiosas. A criação dos preventórios foi uma resposta ao cumprimento do tripé constitucional definido para o enfrentamento da hanseníase no país (CURI, 2002). A tríplice de ações previa a edificação de asilos colônias – para isolar os doentes –, de dispensários – que objetivavam vigiar os parentes que haviam convivido com o doente isolado – e de preventórios (CURI, 2002).

No ano de 1964, o Brasil passou pelo ‘golpe-civil-militar’ que destituiu do poder o presidente João Goulart. Nesse mesmo ano, foi estabelecida a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM) executada pela Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Sob a direção da FUNABEM, foram criadas as Fundações Estaduais do Bem-Estar (FEBEMs), cuja missão era prevenir e atuar contra a marginalização do menor e corrigi-lo quando necessário. De acordo as irmãs Rizzini (2004), também era objetivo das FEBEMs atuar com diretrizes ‘Anti-SAM’, segundo as quais as instituições deviam centrar-se na autonomia financeira e administrativa, bem como rejeitar atuarem como ‘depósito de menores’. O lema das instituições era valorizar a família e recorrer a internação como último recurso.

As FEBEMs recebiam crianças em situação de risco, por abandono, negligência, pobreza e crianças com histórico de envolvimento em práticas criminosas. O número de internamentos para controle de crianças rebeldes, no entanto, era muito pequeno. Grande parte das famílias buscava as fundações como local seguro para seus filhos crescerem, estudarem e se alimentarem. As irmãs Rizzini (2004) mencionam, até mesmo, que os pais dominavam ‘a tecnologia do internamento’, ao interferirem, manipularem e adquirirem benefícios do sistema. O interesse pelo internamento em razão da falta de recursos não impediu a disseminação do boato de que as famílias procuravam as fundações para ficarem livres da obrigação de criarem seus filhos.

Embora tenham assumido o objetivo de se opor ao SAM, Kreuz (2012) acredita que as fundações transformavam os menores em marginais. A violência e a falta de proteção presentes no cotidiano do menor em situação irregular repetia-se nas FEBEMs. Figueiró (2012) esclarece que durante o período militar as práticas de atendimento ao menor foram predominantemente de cunho repressivo. Semelhante às práticas de assistência anteriores, a PNBEM auxiliou no reforço da ideia de que proteger a criança significava protegê-la da família, intensificando as representações negativas dos pais.

Assim como o Código de 1927, o novo Código de Menores, promulgado em 1979, expôs uma vez mais as famílias pobres à intervenção do Estado (RIZZINI, RIZZINI, 2004). Além disso, o novo Código consolidou a distância existente entre a criança e adolescente por um lado e o ‘menor abandonado’ e ‘delinquente’ por outro (FIGUEIRÓ 2012). Nesse novo documento não foram identificadas mudanças que solucionassem os problemas existentes e criados pelo Código de 1927. Tanto que, segundo Kreuz (2012), as determinações das normas de 1979 somente validaram as práticas que estavam sendo adotadas à época.

Em síntese, com a proclamação da República acompanhada pela industrialização e o crescimento urbano sem planejamento, os números de crianças nas ruas aumentaram. Ao cotidiano do cenário urbano foi incorporado a negligência, mendicância, exploração do trabalho e envolvimento das crianças em práticas de crimes (KREUZ, 2012). Essa nova realidade refletia a pobreza da população e a ausência de condição das famílias para sustentarem, educarem e alimentarem seus filhos. No período republicano, anterior à data de promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a pobreza foi a principal causa do acolhimento institucional. Novamente, assim como no período imperial, repete-se a imputação do afastamento das crianças de seus pais e o rompimento de laços afetivos por ausência de condições de sustento.

2.1.3 Acolhimento institucional após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente

A partir da década de 1980, a sociedade brasileira passou a alcançar conquistas importantes no tocante ao direito das crianças e adolescentes. Com a queda do regime militar e redemocratização, o país pôde dar abertura aos acontecimentos e decisões internacionais em termos de legislação para infância e juventude. Também foi possível dar espaço para os clamores e necessidades da população. Nesse novo cenário político, aumentou a visibilidade dos problemas relacionados aos internamentos de menores nos meios de comunicação e cresceu a preocupação com o desenvolvimento de políticas públicas de assistência ao menor que apresentassem verdadeira eficácia (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Os intensos debates e movimentos em prol das crianças impulsionaram um avanço legislativo a partir da inserção do artigo 227 no escopo da Constituição Federal de 1988. O artigo é composto de sete incisos que estabeleceram a criança e o adolescente como prioridade absoluta e também compartilharam entre a família, a sociedade e o Estado a responsabilidade pela garantia dos direitos desse grupo social. No ano de 1989, foi adotada pela Assembleia das Nações Unidas e ratificada pelo Brasil (1990) a Convenção sobre os Direitos das Crianças (ONU 1989). Em meio a esse contexto nacional e internacional, marcado por intensas lutas em favor da regulamentação do artigo 227, foi promulgado, no ano de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Através do ECA, o paradigma corretivo no atendimento ao menor foi substituído por um novo paradigma jurídico, político e administrativo, cuja prioridade é a proteção integral de qualquer criança e adolescente (ASSIS; FARIA, 2013). A essa proteção o Estatuto deu novos princípios, pelos quais as instituições deviam abdicar de atendimentos com caráter assistencialista e passar a fornecer programas emancipatórios, que promovam a cidadania e a garantia de direitos das crianças e adolescentes (FIGUEIRÓ, 2012).

O Estatuto também lançou um novo olhar sobre a família e conferiu a ela maior importância no desenvolvimento das crianças e adolescentes. Além disso, foi exaltada a participação da comunidade no processo de crescimento desse grupo social. Assim, o direito à convivência familiar e comunitária estabeleceu-se como um dos pilares do ECA, por meio do qual seria garantido o pleno desenvolvimento da infância. Tornou-se dever da família, da

sociedade e do poder público a responsabilidade de garantir esses direitos às crianças e adolescentes.

Isto representa um grande avanço após um longo histórico de práticas baseadas na institucionalização de crianças e adolescentes pobres. Ao contrário, a pobreza deixa de ser motivo para a perda ou suspensão do poder familiar, prática comum nos anos de vigência do Código de Menores. Para tanto, o ECA determina que a falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar. Parágrafo único: não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio (artigo 23) (ASSIS; FARIA, 2013, p.2013).

Quanto a internação, o ECA instituiu mudanças a depender da natureza da medida: o abrigo foi estabelecido com um atendimento de caráter provisório e excepcional de proteção para crianças e adolescentes em situações consideradas de risco pessoal e social; e a internação de adolescentes em instituições como medida socioeducativa de privação da liberdade (RIZZINI; RIZZINI, 2004). Por essa norma, o abrigamento foi considerado uma medida de proteção que somente deve ser aplicada em último caso. Esgotadas todas as alternativas, a criança que tiver sido encaminhada ao abrigo deveria ser mantida de maneira provisória, de modo que fosse priorizado o retorno à sua família de origem, ou, excepcionalmente, para uma família substituta o mais rápido possível (FIGUEIRÓ, 2012).

Figueiró (2012) acredita que para o cumprimento do direito à convivência familiar das crianças e adolescentes, não devem ser mantidos esforços apenas no bem-estar institucional, mas também no reestabelecimento dos vínculos familiares. Para tal, as famílias deveriam ser encaminhadas para programas de auxílio que as possibilitassem meios para permanência ou retorno da criança ou adolescente, dentro das condições necessárias de convivência. A autora também defende que, embora sejam excepcionais e provisórios, os abrigos deveriam manter uma estrutura capaz de promover a convivência familiar e comunitária. Tinham, portanto, que se assemelhassem ao máximo a uma família, principalmente no que se refere ao atendimento personalizado e individualizado para cada criança ou adolescente abrigado.

Após a promulgação do Estatuto observou-se, de um modo geral, que se centram em três grupos as origens das crianças e adolescentes acolhidos em instituições (RIZZINI; RIZZINI, 2004). O primeiro grupo são de crianças órfãs e abandonadas, nos casos em que não tenham nenhum parente que possa se responsabilizar por sua criação. O segundo grupo é composto por crianças e adolescentes em 'situação de risco', em razão de casos de violência,

crises familiares ou catástrofes que os impeçam de retornar às suas casas. Por fim, o terceiro grupo é formado por crianças e adolescentes em situação de pobreza. Para as irmãs Rizzini (2004, p.52),

Seja qual for a origem destas crianças, todas apresentam traços comuns, relatados em entrevistas: histórias marcadas pela descontinuidade de vínculos e trajetórias, por muitas mudanças e constantes rompimentos de seus elos afetivos, além de uma grande demanda por atenção e cuidados que poucas vezes é correspondido. Com frequência, a urgência de serem ouvidas e terem suas necessidades atendidas são os mais fortes elementos que surgem em suas falas.

Associada às origens das crianças e adolescentes abrigadas estão as causas que as levam ao acolhimento. De acordo com Kreuz (2012), em grande parte dos acolhimentos existe mais de uma causa que imputa o abrigamento da criança ou adolescente. Por meio da atual legislação, a pobreza unicamente, causa de inúmeras institucionalizações no passado, não consiste um motivo para perda ou suspensão do poder das famílias sobre os filhos. Atualmente, os motivos de abrigamento consistem na pobreza ligada à outras causas, como negligência, falta de higiene, alcoolismo, drogas, promiscuidade, mendicância, abandono escolar, etc.

As crianças e adolescentes necessitados da medida de abrigamento chegam às instituições de diferentes maneiras. Conforme relatos das irmãs Rizzini (2004), as formas mais comuns são: levados pelas próprias famílias; encaminhados pelo Juizado da Infância e Juventude; por eles mesmos; através de outros agentes em ações de recolhimento forçado; encaminhados pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente; encaminhados pela Delegacia Especializada de Crianças e Adolescentes e encaminhadas pelo Conselho Tutelar. As autoras acreditam que essa forma desarticulada com que os profissionais e instituições interagem auxilia na sequência de rupturas de laços afetivos que acontecem na vida dessas crianças e adolescente. Ainda conforme as autoras, os abrigos suprimem, em muitas vezes, a voz das crianças e adolescentes em atendimento.

Além da ausência de articulação no serviço de abrigamento, outra questão que marca a história da institucionalização no Brasil é falta de dados consistentes sobre o público abrigado (ASSIS; FARIA, 2013). A fim de mitigar o problema da ausência de dados, foi realizado em 2003, pela primeira vez no país, um estudo estatístico denso com foco no levantamento da situação de crianças e adolescentes abrigados em unidades de acolhimento no Brasil. A pesquisa, intitulada ‘Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes’, foi realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Do total de 670 abrigos beneficiados, no ano de 2003, por recursos da Rede de Serviços de Ação Continuada do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 637 corresponderam ao universo de pesquisa do Levantamento. Destas 637 instituições 589 eram abrigos (88% do total) e estes foram investigados pela pesquisa. Segundo o Levantamento, o caráter de excepcionalidade e provisoriade do abrigo, determinado pelo ECA, não é respeitado e a institucionalização ainda é realizada de forma indiscriminada (ASSIS; FARIA, 2013).

Embora a falta de recursos para sustento dos filhos não constitua motivo para perda ou suspensão do poder familiar, um grande número de crianças e adolescentes sofrem as consequências da exclusão social perene (ASSIS; FARIA, 2013). Assim, mesmo não sendo causa única, o Levantamento revelou que a pobreza das famílias continua a ser o principal motivo de abrigamento, representando 24% dos casos. Em seguida são motivos para a medida de abrigamento: o abandono (18,9%); a violência doméstica (11,7%); a dependência química dos pais ou responsáveis, incluindo o alcoolismo (11,4%); a vivência de rua (7,0%); e a orfandade (5,2%). Quanto ao tempo de permanência nos abrigos, o Levantamento demonstrou o descumprimento do princípio de brevidade. Segundo a pesquisa, a maior parte das crianças e adolescentes viviam nos abrigos há mais de oito anos, enquanto 32,9% estavam nos abrigos por um período de dois e cinco anos, 13,3% entre seis e dez anos e 6,4% por mais de dez anos.

Com relação às ações de estímulo à convivência familiar das crianças e adolescentes, a pesquisa mostrou que a maioria dos programas realizavam visita aos lares, no entanto, apenas uma minoria permitia a visita livres dos familiares aos abrigos. A manutenção ou reconstituição dos grupos de irmãos eram priorizadas pela maioria dos programas. Também grande parte dos abrigos recebiam tanto meninas quanto meninos. Quanto a reestruturação das famílias, foi demonstrado pelo Levantamento que os programas desenvolviam ações insatisfatórias. Embora grande parte dos programas visitavam as famílias, poucos realizavam reuniões ou grupos de discussão e encaminhavam as famílias para inserção em programas de proteção social.

Sobre o incentivo à convivência comunitária, a pesquisa apontou que apenas 6,6% dos abrigos investigados realizavam todos os serviços disponíveis na comunidade, como por exemplo, educação infantil e fundamental; profissionalização para adolescentes; assistência médica e odontológica; atividades culturais, esportivas e de lazer e assistência jurídica. A maioria das instituições (80,3%) oferecia pelo menos um desses serviços de maneira exclusiva. De um modo geral, de acordo com o Levantamento, “a maioria das instituições

pesquisadas que surgiram durante a vigência do ECA, seguem os preceitos condizentes com as diretrizes legais e com os princípios de proteção integral e atendimento individualizado” (ASSIS; FARIA, 2013, p.36).

2.1.3.1 Leis e resoluções assistencialistas pós Estatuto da Criança e do Adolescente

No ano de 1993 foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). Por meio da Loas a assistência social adquiriu diretrizes de organização baseada na descentralização política-administrativa, na participação popular e na primazia da responsabilidade do Estado na condução das políticas de assistência social, em cada esfera do governo. Desse modo, a assistência social passou a ser um direito do cidadão e dever do Estado, constituindo uma política de seguridade social não contributiva, com o objetivo de garantir as necessidades básicas (art.1). Com vistas a materializar as diretrizes da Loas foi aprovada, no ano de 2004, a Política Nacional de Assistência Social (Pnas) (MDS, 2004) e sua Norma Operacional Básica (MDS, 2006).

A partir da constituição da assistência social como integrante da seguridade social, a Pnas determinou também o “seu caráter de política de proteção social articulada associada à outras políticas do campo social, voltadas à garantia de direitos e condições dignas de vida” (MDS, 2004, p.29). A proteção social, então, foi atrelada à garantia das seguranças de sobrevivência, de acolhida e de convívio. A primeira refere-se a segurança de rendimento e autonomia da qual todos os cidadãos são dependentes para manterem condições dignas de sobrevivência. A segurança de acolhida trata-se das ações de cuidado, serviços e projetos operados em favor da proteção e recuperação da situação de abandono e isolamento de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, com foco na promoção da autonomia desses grupos sociais. Por fim, a segurança de convívio consiste na realização de ações que promovam a construção, restauração e fortalecimento dos laços familiares e comunitários de públicos cujos laços afetivos são enfraquecidos. Sem pormenorização, segundo Assis e Faria (2013), a Pnas trouxe o avanço de estabelecer, de forma inédita no Brasil, a ‘Família Acolhedora’ como uma modalidade de atendimento e proteção’. Tal medida, passou a ser reconhecida como constituinte das políticas sociais do país.

Em 2004, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva estabeleceu como prioridade o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e

Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC). É interessante esclarecer que direito à Convivência Familiar é composto por três áreas. A primeira refere-se a importância dos vínculos familiares e comunitários e o papel de políticas públicas de apoio sócio familiar; a segunda trata da necessidade de intervenção institucional nas situações de rompimento ou ameaça de rompimento dos vínculos familiares e a terceira área aborda o reordenamento dos Programas de Acolhimento Institucional e da Implementação dos Programas de Famílias Acolhedoras e a adoção (ASSIS; FARIA, 2013).

Na busca pela garantia do direito à convivência familiar, o Plano (PNCFC) trouxe inovações. Através do PNCFC foi iniciada a missão de desmistificar a existência de uma estrutura familiar ‘natural’ e abriu-se possibilidades para o reconhecimento da diversidade de organizações familiares no contexto histórico, social e cultural. Concomitantemente, o plano ampliou os vínculos familiares para além dos laços consanguíneos.

Entre as mudanças promovidas pelo Plano, constam ainda a alteração da definição de acolhimento institucional, que passou a ser designado como programa de atendimento às crianças e adolescentes sob medida protetiva de abrigo. Dada essa modificação, passaram a ser ofertados pelo ‘Acolhimento institucional’ serviços nas modalidades de: abrigo institucional, casa lar ou casa de passagem. Todas as instituições que ofereçam esse tipo de acolhimento devem adotar os seguintes princípios determinado pelo artigo 92 do ECA (Brasil, 1990 apud ASSIS; FARIA, 2013, p.43 e 44):

- I - Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;
- II - Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou na extensa;
- III – atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV – desenvolvimento de atividades em regime de coeducação;
- V – não desmembramento de grupo de irmãos;
- VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de criança e adolescentes abrigados;
- VII – participação na vida da comunidade local;
- VIII – preparação gradativa para o desligamento
- IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

O Plano ainda determina outros fatores para o acolhimento institucional:

Proximidade com o local onde vive a família de origem e localizar-se em área residencial; primazia pelo contato da criança e do adolescente com a família de origem, visando a preservação do vínculo; comunicação com a Justiça da Infância e Juventude sobre a situação do acolhido e de sua família; busca de ambiente que favoreça o desenvolvimento infanto-juvenil, além do estabelecimento de uma relação afetiva e estável com o cuidador; atendimento a crianças e adolescentes com deficiência de forma integrada às demais crianças e adolescentes, bem como a ambos os sexos e diferentes

idades; promoção da convivência comunitária ao utilizar os serviços disponíveis na rede local para o atendimento das diversas demandas (saúde, lazer, educação, dentre outras); preparação gradativa da criança e do adolescente para o processo de desligamento, nos casos de reintegração à família de origem ou de encaminhamento para adoção; desenvolvimento de autonomia e inclusão do adolescente em programas de qualificação profissional, bem como a sua inserção no mercado de trabalho (BRASIL, 2006, p. 41 apud ASSIS; FARIA, 2013 p.44 e 45).

Com o objetivo de se fazer cumprir as ações previstas no Plano Nacional, foram aprovadas duas resoluções no ano de 2009, a saber: ‘Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes’ e ‘Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais’. As Orientação Técnicas estabelecem parâmetros destinados à qualidade dos serviços de acolhimento institucional. Com base nas legislações vigentes, o documento determina sete princípios estruturantes dos acolhimentos: 1) excepcionalidade do abrigo; 2) provisoriedade do abrigo; 3) preservação dos vínculos familiares e comunitários; 4) garantia de acesso e respeito à diversidade e à não discriminação; 5) oferta de atendimento personalizado e individualizado; 6) garantia de liberdade religiosa e de crença e 7) respeito a autonomia da criança e do adolescente (ASSIS; FARIA, 2013). Por estes princípios reforça-se a importância dos vínculos familiares e comunitários. Também se determina que a inserção em família substituta somente deve ser realizada quando esgotados todos os recursos de restauração dos vínculos com a família de origem.

A resolução de ‘Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais’, por sua vez, reorganizou os serviços de acolhimento institucional, que agora são prestados nas modalidades: abrigo institucional; casa lar; casa de passagem e residência inclusiva. A partir dessa nova organização as medidas de proteção às crianças e adolescentes passam a ser cumpridas nos abrigos institucionais e nas casas lar. Quanto a estrutura física dos acolhimentos, o documento estabelece que esses espaços devem propiciar condições de habitação, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade. O atendimento, de acordo com a resolução, deve ser personalizado, em pequenos grupos e com características de organizações familiares. Uma medida importante, presente nas duas resoluções, é a prioridade na busca pela proximidade geográfica e socioeconômica entre a família de origem e a criança ou adolescente. O objetivo, mais uma vez, é a manutenção dos vínculos familiares e comunitários.

Discussões, debates, leis e resoluções aprovadas nos últimos anos levaram a alteração e inclusão de artigos no Estatuto da Criança e do Adolescente. A mudança de maior destaque foi a criação da Lei 12.010, promulgada no ano de 2009. Apesar de ser mais

conhecida como ‘Lei da Adoção’, essa norma tem por objetivo principal aperfeiçoar os sistemas de garantia da convivência familiar e comunitária às crianças e adolescentes. De um modo específico, a lei trata de aspectos relacionados ao acolhimento familiar e institucional.

Através da Lei 12.010, a expressão ‘pátrio poder’ foi substituída pela terminologia ‘poder familiar’, em todo o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente. Da mesma maneira foi trocada a expressão ‘abrigo’ ou ‘programa de abrigamento’ por ‘acolhimento institucional e familiar’. Por meio da nova legislação foram adicionados três parágrafos ao artigo 19 do ECA, todos com a intenção de reforçar a importância da convivência familiar e comunitária. O primeiro parágrafo reafirma o caráter de excepcionalidade e provisoriedade do acolhimento institucional e familiar e, também, estabelece que a situação dos acolhidos deve ser reavaliada em, no máximo, seis meses pelo Poder Judiciário. O segundo parágrafo determina que o prazo máximo de acolhimento não deve exceder o período de dois anos, salvo em casos de necessidades comprovadas.

Por último, o terceiro parágrafo constitui a prioridade da reintegração familiar da criança e do adolescente sobre todas as outras alternativas e providências. Pelo dispositivo, intenciona-se a reinserção, prioritariamente, na família de origem ou extensa e, somente no último caso, em família substituta. Nas situações de colocação em família substituta, sempre que possível, a criança ou adolescente deve ser ouvido a respeito do processo. Quanto à adoção, a Lei 12.010 não realizou mudanças nas causas que a possibilitam. A medida de adoção continua a ser excepcional e irrevogável, e deve ser utilizada apenas quando forem esgotados todos os recursos de permanência da criança ou adolescente em sua família de origem ou extensa.

Dentre as muitas alterações realizadas pela Lei 12.010 pode-se citar ainda a inclusão de 12 parágrafos no artigo 101, que trata das medidas protetivas determinadas pela autoridade. Em meio às novidades houve a imputação da obrigatoriedade de redação de uma Guia de Acolhimento na qual constem informações sobre criança ou adolescente e sua família. Também se torna obrigatório a elaboração de um plano individual de atendimento, com meta principal a reinserção da criança ou adolescente à sua família de origem ou extensa.

Para além disso, novamente é reforçada a necessidade do acolhimento familiar ou institucional acontecer o mais próximo possível da casa dos pais ou responsáveis pela criança ou adolescente. Ainda a precisão de promover a inserção das crianças e adolescentes em programas de orientação, apoio e promoção social em casos necessários. Uma última ação importante determinada pela Lei 12.010 foi o estabelecimento da criação de um cadastro de crianças e adolescentes em acolhimento institucional e familiar. Nesse documento devem

constar as providências tomadas para reinserção do acolhido à sua família de origem ou para colocação em família substituta (ASSIS; FARIA, 2013).

3 O LIVRO-REPORTAGEM

O livro-reportagem é o resultado das inquietações geradas pela pesquisa a respeito dos materiais mais compartilhados nas redes sociais sobre adoção de crianças e adolescentes. Esse trabalho foi referido no primeiro capítulo⁶. Por essa busca observamos que o desligamento institucional por maioria é uma temática invisível na mídia brasileira. O livro-reportagem, então, foi uma forma que encontramos de mitigar essa situação. A obra é composta por quatro capítulos. Em três desses narramos a história de sujeitos que viveram e vivenciarão a experiência do desligamento institucional por maioria no Brasil, em distintos períodos históricos. O outro capítulo apresenta um breve histórico da institucionalização em nosso país.

A apuração de cada uma das histórias narradas foi feita através da realização de entrevistas diversas com os perfilados. Para redação dos perfis, adotamos como método e técnica o jornalismo literário, que propõe um aprofundamento dos limites dos acontecimentos do cotidiano. Todos os textos, por fim e como dito anteriormente, foram reunidos num livro-reportagem. Segue abaixo uma descrição conceitual do método e técnica utilizados, bem como do suporte através do qual apresentamos os textos produzidos.

3.1 JORNALISMO LITERÁRIO

Nossa pesquisa foi guiada pelo seguinte problema: de que maneira o jornalismo literário pode contribuir para reduzir a invisibilidade da questão do desligamento institucional por maioria na mídia impressa brasileira? Através da exploração profunda desse método e técnica de produção textual e tratamento dos fatos, apresentamos o desligamento institucional por maioria de uma forma específica para a sociedade. Por meio do jornalismo literário trabalhamos detalhadamente e de forma humanizada a temática. Com isso, acreditamos que o problema da invisibilidade pôde ser mitigado não somente no que se refere a existência de materiais sobre a questão. Para além disso, o problema pôde ser reduzido no tocante a apresentação do tema de um modo pormenorizado e aplicado à realidade dos sujeitos que vivenciaram e estavam prestes a vivenciar a experiência do desligamento institucional por

⁶ A íntegra da pesquisa pode ser acessada no 'Apêndice A - Relatório de pesquisa do monitoramento do tema adoção de crianças e adolescente em sites e blogs', na página 61.

maioridade e a ela deram sentidos. Ainda, a amplitude temporal aceita pelo jornalismo literário, nos permitiu apresentar e analisar com mais detalhe o enraizamento dessa invisibilidade, que é também social. Segundo Pena (2006, p. 13), o jornalismo literário

Não se trata apenas de fugir das amarras da redação ou de exercitar a veia literária em um livro-reportagem. O conceito é muito mais amplo. Significa potencializar os recursos do Jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, romper com as correntes burocráticas do *lead*, evitar os definidores primários e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos. No dia seguinte, o texto deve servir para algo mais do que simplesmente embrulhar o peixe da feira.

Ao conjunto desses temas que definem jornalismo literário, Pena (2006) dá o nome de estrela de sete pontas. Por essa comparação o autor evidencia o fato de que todos os itens são indispensáveis e formam um todo harmônico. A primeira ponta dessa estrela problematiza o desenvolvimento das técnicas tradicionais do jornalismo, de modo a elaborar novas formas de exercer a profissão. A segunda ponta da estrela representa o trabalho de ultrapassar os limites das narrativas jornalísticas cotidianas, cujo abrangência se prendem à periodicidade e à atualidade. Seguindo essa consonância, a terceira ponta dessa estrela prevê que o jornalista se esforce para apresentar uma informação contextualizada (PENA, 2006).

O quarto extremo lembra o profissional de que seu trabalho deve se pautar na cidadania, sendo assim, suas obras precisam visar o bem comum. O quinto aspecto do jornalismo literário questiona a organização cientifizada das notícias, em que a estrutura é norteadada pelo *lead*. A sexta ponta alerta para a abertura do leque de opções de fontes e sugere a oferta de espaço para outros sujeitos que geralmente são relegados. A última ponta, refere-se à perenidade que esses textos têm de desenvolver, para isso, recomenda-se a fuga de histórias que sejam efêmeras e superficiais (PENA, 2006).

Pena (2006) acredita ainda que a definição de método de produção textual está atrelada a uma questão linguística. “Assim, defino jornalismo literário como linguagem musical de transformação expressiva e informacional” (PENA, 2006, p. 21). A união dos gêneros jornalismo e literatura constrói um terceiro gênero, a partir da transformação dos domínios específicos dos dois primeiros. Nesse contexto, não se fala mais em ficção ou verdade, mas em verossimilhança possível.

Geralmente são nos livros-reportagem que os jornalistas literários ganham escopo para divulgação de suas produções. Lima (2009), assim como Pena (2006), explica que a narrativa jornalística é construída com limitações nas dimensões de espaço e tempo. Considerando que o desligamento institucional por maioria, cujos acontecimentos e

contexto envolvem uma dimensão temporal e espacial alargadas, encontramos um indício das razões pelas quais o tema é relegado pela mídia brasileira. Ainda de acordo com Lima (2009), enquanto ao jornalismo cabem as funções de informar e orientar, ao livro-reportagem – subsistema do jornalismo – é destinado o papel de informar e orientar com profundidade, complementando e estendendo o tratamento dos assuntos. Nesse contexto, faz-se de grande importância para essa pesquisa discutirmos sobre o conceito e a prática do livro-reportagem.

3.1.1 Livro-reportagem

Livro reportagem, na definição de Lima (2009), é um veículo de comunicação desprovido de periodicidade e cujas reportagens apresentam um grau de profundidade maior em relação aos textos repercutidos pelo jornalismo periódico. Belo (2006) acredita que dada as características do livro-reportagem, ele não se constitui como um meio de comunicação substituto a qualquer outro, mas serve como complemento a todos os veículos. Conforme Belo (2006, p. 41), livro-reportagem é o

Veículo no qual se pode reunir a maior massa de informação organizada e contextualizada sobre um assunto e representa, também, a mídia mais rica – com a exceção possível do documentário audiovisual – em possibilidades para a experimentação, uso da técnica jornalística, aprofundamento da abordagem e construção da narrativa.

Por meio das definições supracitadas fica evidente a ligação do conceito de livro-reportagem com a concepção de jornalismo, principalmente o jornalismo em profundidade. Para Lima (2009), no que se refere a linguagem, montagem e edição do texto do livro-reportagem é possível observar, sobretudo, o caráter jornalístico desse material. Quanto a linguagem, o autor se refere aquela conceituada por Lage (1958, p.57 apud LIMA, 2009, p.27), que “mobiliza outros sistemas simbólicos além da comunicação linguística”. Inclui-se nessa linguagem, por exemplo, o projeto gráfico, os sistemas analógicos e o sistema linguístico em si, abarcando as manchetes, os títulos, os textos e as legendas. A linguagem do livro-reportagem segue também os princípios da linguagem jornalística, a saber: precisão, exatidão, clareza e concisão. Apesar de obedecer às regras de linguagem, o livro-reportagem apresenta uma maior flexibilidade no tratamento dos temas.

Belo (2006), por seu turno, afirma que à exceção do fator temporal, todos os demais aspectos do jornalismo podem ser tratados pelo livro-reportagem. Pois, para ter

condições de existência, esse veículo precisa superar as barreiras do imediato e do superficial e fazer uso de informações mais detalhadas em qualidade e quantidade. A intenção é que o livro-reportagem desperte nos leitores e na sociedade um interesse maior que o momentâneo e perdure por mais tempo, até mesmo para que haja compreensão e análise maiores dos assuntos tratados no material.

Nesse contexto, Lima (2009) destaca que concomitante às semelhanças coexistem distinções entre livro-reportagem e periódico. Ao confrontar com as definições de periódicos estabelecidas por Oto Groth, o autor elenca diferenças quanto aos aspectos de periodicidade e de atualidade. Enquanto os periódicos, como o próprio nome refere, são publicações regulares, feitas numa periodicidade estabelecida, os livros-reportagem possuem caráter monográfico. Também o conceito de atualidade apresenta uma elasticidade maior do que o que é aplicado às publicações periódicas.

A atualidade, ideia de tempo presente, ganha diferentes contornos, de acordo com a periodicidade do veículo em que é inserida. Assim, no jornal diário o atual é o ocorrido ontem, há poucas horas. Na revista semanal, o atual é a ocorrência social que resiste um pouco mais ao tempo, por causar maior impacto público e perdurar reverberando na sociedade, à medida que suas causas e origens vão sendo descobertas, identificadas no transcorrer dos dias, à medida que também sua rede de implicações e consequências se torna visível. Nesse caso, o núcleo central do tempo presente deixa de ser o fato desencadeador central da ocorrência em si, para ser muito mais o seu contexto, obrigando a prática jornalística dos veículos impressos não-diários a entrar cada vez mais no terreno da opinião, da interpretação, do aprofundamento dos fatos, em suma (LIMA, 2009, p.30 e 31).

A extensão de tempo, portanto, no livro-reportagem é superior à que se considera nos periódicos. Medina (2009 apud LIMA, 2009) acredita que, situado na contemporaneidade, o saber jornalístico pode desbravar especulações mais profundas que o imediatismo exercido pelas notícias. Para realizar esse jornalismo em livro, Belo (2006) explica que é necessário suprir as carências de densidade, análise e conteúdo presentes nos periódicos. Tal suprimento dependerá do tamanho do texto e da capacidade do autor que o desenvolve. Sustentado, assim, pelo raciocínio de que o livro-reportagem apresenta maior densidade e profundidade de conteúdos, pode-se compreender que ele ocupa o espaço deixado pelas publicações periódicas (LIMA, 2009).

Semelhante à ideia de Lima (2009), Belo (2006) afirma que, embora o livro-reportagem não substitua o jornal e a revista, ele pode ocupar os espaços deixados pelas coberturas deficientes dos periódicos. Belo (2006) destaca também que o livro-reportagem tem crescido no Brasil pelo fato de que, pelo menos uma parte da população, tem apresentado

o desejo por textos mais longos e profundos, diferentemente do que se acreditava serem os anseios dos leitores. O livro-reportagem desempenha, desse modo, a função aparente de “informar e orientar em profundidade sobre ocorrências sociais, episódios factuais, acontecimentos duradouros, situações, ideias e figuras humanas, de modo que ofereça ao leitor um quadro da contemporaneidade capaz de situá-lo diante de suas múltiplas realidades, de lhe mostrar o sentido, o significado do mundo contemporâneo” (LIMA, 2009, p.39).

De um modo geral, quanto à sua definição, podemos dizer que o livro-reportagem compõem um subsistema híbrido, que num primeiro plano estabelece ligações fundamentais com o sistema jornalismo e, num segundo plano, está ligado ao sistema editorial (LIMA, 2009). A ligação do livro-reportagem com o sistema jornalismo se dá por meio da grande-reportagem, ou seja, através das técnicas de reportagem de que o livro de relatos reais se utiliza para comunicar (LIMA, 2009). Essa grande-reportagem desenvolvida nos livros apresenta um grande comprometimento com a sensibilidade e com a construção e tratamento do que ainda se materializará. Assim, a característica das publicações periódicas de relatar os fatos já concretizados é, portanto, ausente nas reportagens dos livros.

Nessa pesquisa entendemos, segunda Lima (2009), a reportagem com uma ampliação da notícia na horizontalização e verticalização do relato. O aprofundamento horizontal e extensivo refere-se à ampliação quantitativa de dados, números e informações sobre o tema. Já o aprofundamento vertical e intensivo trata do aumento qualitativo das informações repassadas ao leitor.

Além da ligação do livro-reportagem com o jornalismo por meio da grande-reportagem, outras linhas temáticas e tratamentos narrativos podem ser adotados. Diante da variedade de livros-reportagem, Lima (2009) entende que os mesmos podem ser classificados em grupo diferentes, através dos critérios de objetivo particular e natureza do tema que a obra retrata. Convém a esse trabalho, portanto, falarmos do livro-reportagem-perfil, que será o tipo de livro produzido. Esse livro trata-se de uma obra que tem por objetivo evidenciar o lado humano de uma pessoa anônima ou de uma personalidade pública. No primeiro caso, os sujeitos representam um determinado grupo social, seja pelas suas características ou pelas suas circunstâncias de vida. No segundo caso, o perfilado escolhido é, geralmente, uma figura “olimpianas”, ou seja, personalidades cuja imagem é cultuada pelas pessoas (LIMA, 2009).

Nesse sentido podemos falar da humanização das narrativas, uma propriedade do jornalismo literário que pode muito bem ser apresentada pelo livro-reportagem. A justificativa de uma boa narrativa do real se dá quando os personagens e protagonistas apresentados são tratados com o devido cuidado. Nessa conversação devem ser conferidos extensão necessária

e equilíbrio no tratamento, de modo a evitar que os sujeitos sejam endeusados ou menosprezados. Lima (2009, p.359) diz que “precisamos lançar um olhar de identificação e projeção humana da nossa própria condição nos nossos semelhantes, sejam celebridades ou pessoas do cotidiano”. No tratamento humanizado das narrativas, aplicados ao livro-reportagem, as pessoas são o eixo da narrativa. Para Lima (2009), em todas as pessoas podem ser encontradas histórias únicas e tal descoberta depende do olhar e análise do autor. Assim devem procurar ser os perfis jornalísticos presentes nos livros-reportagem. Torna-se importante, nesse momento, falarmos mais detalhadamente sobre o gênero jornalístico perfil.

3.1.2 O perfil jornalístico

Estudos apontam que a prática do gênero perfil surgiu no jornalismo brasileiro há cerca de dois séculos. Revistas que já foram até extintas como, por exemplo, *O Cruzeiro* e *Realidade* reproduziram em seus materiais esse gênero jornalístico. Dos periódicos contemporâneos, a revista *Veja*, desde o ano de 1968 até hoje, tece a história de indivíduos em textos publicados nas suas páginas. Segundo Silva (2009, p.6), os “perfis são textos geralmente curtos que reconstituem um episódio e circunstâncias marcantes da vida de um indivíduo”. Em Sodré e Ferrari (1986), o texto em gênero perfil é aquele que dá enfoque na pessoa, seja uma celebridade ou um tipo popular. Esse enfoque, segundo os autores, é sempre conferido ao protagonista da história, ou seja, a sua própria vida.

Assim como os demais gêneros, o perfil jornalístico também possui atributos que o definem e estabelecem os parâmetros de sua prática. Desses podemos citar: o pleno destaque na pessoa, preocupando-se em desvendar a ideologia dos personagens, mesmo que esta esteja sendo encenada e a eliminação dos pressupostos do jornalismo meramente informativo, diminuindo a negação da subjetividade e o famoso foco no factual (SILVA 2009).

Mais, Vilas-Boas (2003) diz que o perfil não pode prescindir de cinco elementos essenciais, a saber: memória, conhecimento, imaginação, sínteses e sentimentos. Para o autor, a narrativa de um perfil “está atrelada ao sentimento de quem participa. A frieza e o distanciamento são altamente nocivos. Envolver-se significa sentir” (VILAS-BOAS, 2003, p. 14). Ainda de acordo com o autor (2003), o perfil deve conter quatro partes, quais sejam: lembrança, espaço, circunstância e interação. As lembranças promovem a fluidez da história, o espaço refere-se ao local no qual o encontro aconteceu, a circunstância revela um momento de relevância e a interação conduz as expressões do sujeito.

Os perfis devem ainda cumprir o papel de gerar empatia nos leitores (VILAS-BOAS, 2003). Através desse texto, o apreciador da obra pode viver a experiência de sentir as situações descritas pelos sujeitos perfilados. Com isso, podem se colocar no lugar desse outro. Nesse contexto, o sujeito entrevistado deve ser o foco maior do jornalista. “Vivemos em um contexto intangível. Constantemente, nos achamos e nos perdemos. Qual o ponto de partida e de chegada? Acredito que é a biografia, a história de vida, o perfil. Ou seja, o personagem real. A experiência humana é a nossa principal referência” (VILAS-BOAS, 2003, p. 18).

De acordo com Silva (2009), podemos afirmar que, nos tempos atuais, para produção de quase todos os gêneros jornalísticos é preciso realizar entrevistas. Para a autora, portanto, o desenvolvimento de um perfil depende fundamentalmente da discussão sobre as experiências de vida do entrevistado, pois, somente assim é possível elaborar um texto permeado pela reflexão sobre seus atores sociais.

A entrevista pode ser apenas uma eficaz técnica para obter respostas pré-pautadas por um questionário. Mas certamente não será um braço da comunicação humana, se encarada com simples técnica. Esta – fria nas relações entrevistado – entrevistador – não atende os limites possíveis da inter-relação, ou, em outras palavras, do diálogo. Se quisermos aplacar a consciência profissional do jornalista, discuta-se a técnica da entrevista; se quisermos trabalhar pela comunicação humana, proponha-se o diálogo (MEDINA, 2011, p.8)

Medina (2011) explica que a entrevista é uma maneira de promover interação social e o seu objetivo é fazer uma interpretação dos fatos de modo informativo. Além disso, a autora acredita que a entrevista é capaz de quebrar os isolamentos grupais, individuais e sociais; popularizar as vozes do discurso e distribuir informações. Em primeira instância, a entrevista jornalística é “uma técnica de obtenção de informação que recorre ao particular; por isso se vale, na maioria das circunstâncias, da fonte individualizada e lhe dá crédito, sem preocupações científicas” (MEDINA, 2011, p.17).

Preparar-se para a entrevista é uma etapa essencial do processo como um todo. Em quase todas as ocasiões, é interessante que o jornalista monte uma lista de perguntas que fará ao entrevistado, pois, a improvisação não é uma prática indicada (YORKE, 1998). Embora o jornalista tenha que se preparar para a entrevista, essa preparação não deve engessá-lo. Quando o autor fala de preparar-se está se referindo à busca por conhecimento dos fatos, do contexto e da pessoa que entrevistará. No momento da entrevista é preciso haver espontaneidade, a fim de que a fonte não fique nervosa ao ponto não conseguir passar a informação desejada.

Entre os muitos teóricos que definem tipos de entrevista, cabe a nossa pesquisa falarmos da divisão estabelecida por Morin (apud MEDINA, 2011). Segundo o autor, há quatro tipos de entrevista, a saber: entrevista-rito, entrevista anedótica, entrevista diálogo e neoconfissões. A entrevista-rito é geralmente breve e busca apenas confirmar algo esperado. A entrevista-anedóticas é uma conversação frívola que se situa no nível dos mexericos. A entrevista-diálogo intenciona encontrar verdades sobre o entrevistado ou sobre um problema. Por fim, as neoconfissões são as entrevistas em profundidade, nas quais o entrevistador sai do superficial e mergulha na vida do entrevistado e obtém por resultado grandes confissões. As entrevistas em profundidade (neoconfissões) são o tipo mais indicado para a produção dos perfis, pois, elas não focam num tema particular ou evento, mas na representação do mundo que o entrevistado construiu.

Morin (apud MEDINA, 2011) agrupa esses tipos de entrevista em duas tendências: a da espetacularização e a da compreensão. Essas tendências recebem ainda subdivisões. O subgênero espetacularização é compreendido por: perfil do pitoresco, perfil do inusitado, perfil da condenação e perfil da ironia ‘intelectualizada’. Já o subgênero da compreensão é formado pela entrevista conceitual, entrevista enquete, entrevista investigativa, confrontação-polemização e perfil humanizado. Medina (2011, p.17) esclarece que, “ao contrário da espetacularização, a entrevista com finalidade de traçar um perfil humano não provoca gratuitamente, apenas para acentuar o grotesco, para ‘condenar’ a pessoa (que estaria pré-condenada) ou para glamorizá-la [sic] sensacionalisticamente.” O objetivo desse tipo de entrevista é mergulhar no outro para compreendê-lo em seus conceitos, valores, comportamentos e histórico de vida. Desse modo, deve se desenvolver uma entrevista com tendência de compreensão para a produção de um perfil jornalístico.

3.2 RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO E APRESENTAÇÃO DO PRODUTO

Nossa principal opção de formato de livro-reportagem envolvia a realização do perfilamento de três sujeitos, a saber: um(a) jovem que estivesse na eminência do desligamento institucional por maioria; uma pessoa que tivesse saído da instituição há menos de cinco anos e uma pessoa que havia vivido a experiência desse desligamento há mais de cinco e menos de dez anos. Com o objetivo de identificar a viabilidade da realização do livro-reportagem proposto acima – ou seja a possibilidade de encontrarmos as fontes que

originariam os nossos perfis – iniciamos no final do ano de 2017 a busca pelos sujeitos. Começamos as nossas buscas pelos jovens que já haviam sido desligados. Na cidade de Uberlândia atua a ONG Pontes de Amor, filiada à Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção (ANGAAD). Tal ONG realiza um trabalho conjunto com a Vara da Infância e da Juventude, Órgãos e Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente.

Diante da atuação da Pontes de Amor, entramos em contato com Anyelen Rosa, voluntária da ONG, e indagamos a respeito do conhecimento de algum jovem que tivesse passado pelo processo de desligamento institucional por maioridade. A voluntária nos informou que sabia de um jovem que havia sido desligado há dois anos da instituição em que vivia, no entanto, ela não dispunha do contato dessa pessoa.

Assim, Anyelen nos informou o contato de uma outra voluntária da ONG Pontes de amor que possuía o telefone do jovem. Essa voluntária se chama Olívia Silva. Entramos em contato com a Olívia, que nos passou o telefone do jovem. Vale ressaltar que apresentamos o projeto do mestrado para ambas as voluntárias, a fim de informá-las e certificá-las da veracidade da pesquisa. Uma vez tendo conseguido o telefone do jovem, começamos a conversar com ele através de mensagens de celular. Novamente, assim como feito anteriormente com as voluntárias, explicamos a nossa pesquisa e perguntamos se ele tinha interesse em fazer parte do trabalho como um dos perfilados. Apesar do jovem ter aceito participar do projeto, a incompatibilidade de horários para as entrevistas inviabilizou sua participação. Diante dessa situação, estabelecemos uma pausa na busca por pessoas que haviam vivido o desligamento institucional por maioridade e começamos a procura pelo(a) jovem que ainda estava na instituição.

A fim de encontrarmos esse sujeito que estivesse na eminência do desligamento por maioridade, entramos em contato com a Vara da Infância e Juventude da Comarca de Uberlândia. Nosso pedido à Vara da infância era para ter acesso aos jovens em eminência do desligamento por maioridade, bem como, aos processos individuais de cada um desses adolescentes. Ao chegarmos ao Fórum de Uberlândia, fomos direcionados para tratarmos o assunto com Vera de Oliveira Tavares, Comissária da Vara da Infância e Juventude. Realizamos uma reunião com Vera e, na ocasião, fomos informadas de que precisávamos entregar um projeto explanando formalmente a pesquisa que estávamos apresentando de modo informal. Também fomos avisadas de que Vera seria nossa mediadora no processo.

Dias após a reunião, levamos para Vera o projeto contendo as informações sobre a pesquisa. Destacamos que o projeto levado se tratava do pré-relatório de qualificação. Vera encaminhou o projeto ao Juiz, que o destinou ao Ministério Público. O texto permaneceu sob

tutela do Ministério Público por vários dias. Depois desse tempo, o MP devolveu o projeto a Comissária e pediu que ele fosse enviado de novo, juntamente a um parecer de Vera. O parecer foi escrito e enviado ao MP, conforme pedido. Passados muitos dias, o MP devolveu o projeto, analisado, para o Juiz da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Uberlândia a fim de que ele emitisse a decisão do final. Felizmente, o juiz deu parecer positivo ao pedido.

Começamos, então, as visitas às instituições de acolhimento de Uberlândia. A fim de mantermos o anonimato da jovem que aceitou participar do projeto – pois ela ainda era menor de idade quando a entrevistamos - não apresentamos os nomes das instituições que visitamos. Na primeira em que fomos, a coordenadora do local nos recebeu e nos informou que os jovens presentes naquele abrigo não conseguiriam contribuir com a pesquisa por questão de saúde psicológica e faixa etária.

Fomos então direcionados pela coordenadora a visitarmos outra instituição. Assim como da primeira vez, também fomos recebidos pelo coordenador. Na visita ele nos apresentou Bárbara⁷, uma jovem cujo perfil estava em acordo com os critérios que buscávamos. Apresentamos a ideia do projeto ao coordenador, que nos disse que a repassaria à jovem a fim de saber se ela desejaria participar do mesmo. Alguns dias após essa visita, o coordenador nos informou que Bárbara havia aceitado participar do projeto. Assim, encontramos a primeira perfilada e retomamos as buscas pelos demais sujeitos.

Numa conversa informal com o coordenador da instituição em que vive nossa perfilada, ele nos contou sobre o Saulo, um amigo que havia vivido numa instituição e tinha sido desligado por maioridade. Pedimos o telefone de Saulo ao coordenador, que nos passou. Ao termos acesso ao contato Saulo, lhe apresentamos o projeto e ele prontamente aceitou participar. Durante as entrevistas com Saulo tomamos conhecimento de que Dona Haydée, uma das diretoras da instituição onde ele morou, também havia vivido no mesmo local num período anterior ao dele. A experiência do desligamento institucional de Dona Haydée foi vivida de uma forma peculiar. Diante da história dela, discutimos sobre a inserção desse perfil em nosso livro e decidimos que seria positivo. Entramos em contato com Dona Haydée, lhe apresentamos o projeto e ela aceitou fazer parte. Por meio desse longo itinerário, encontramos nossos três perfilados: Bárbara, ainda institucionalizada e em eminência do desligamento por maioridade; Saulo, um homem que saiu da instituição há 31 anos e Dona Haydée, uma senhora que viveu numa instituição por mais de 40 anos e foi desligada há 23 anos.

⁷ Como dito anteriormente, Bárbara ainda era menor de idade quando realizamos as entrevistas, sendo assim, optamos por mantê-la no anonimato. Fica registrado, portanto, que o nome adotado para tratamento da jovem é fictício.

Cabe destacarmos que, nosso projeto inicial era a produção de perfis de sujeitos cuja vivência em instituições de acolhimento aconteceu durante a vigência do ECA. Pois, a ideia era que o perfilado com maior tempo de desligamento institucional tivesse saído do acolhimento há 10 anos. No entanto, com o decorrer das buscas pelas fontes e as inúmeras intercorrências, chegamos aos três perfilados descritos brevemente acima. Com esses novos sujeitos, nossa proposta de trabalho se alterou. Deixamos de trabalhar apenas com pessoas cuja institucionalização foi regida pelo ECA e passamos a trabalhar com sujeitos que viveram em instituições de acolhimento e passaram pela experiência da desinstitucionalização por maioria em diferentes períodos históricos. Além disso, sob o foco de nossa pesquisa – desligamento institucional por maioria – começamos a trabalhar a ideia de rupturas dos sujeitos com as instituições nas quais haviam vivido. Dessa forma, a linha narrativa adotada no livro-reportagem acabou passando pela historicidade do processo de acolhimento institucional e desligamento por maioria no Brasil.

Uma vez definidas as fontes, começamos a apuração. Foram três encontros com Bárbara, todos eles gravados em áudio e realizados na instituição de acolhimento em que ela vive. Com Saulo foram realizados dois encontros, ambos feitos no Center Shopping e gravados em áudio. Também com Dona Haydée efetuamos dois encontros, que aconteceram em sua casa, na cidade de Araguari. Assim como as demais entrevistas, as de Dona Haydée foram gravadas em áudio. Realizamos as entrevistas mediante roteiros, cujas perguntas se destinavam a conhecer a vida dos perfilados sob a luz do foco de nossa pesquisa.

Após a realização dos encontros, imediatamente transcrevemos as entrevistas e as categorizamos de acordo com os assuntos que escolhemos trabalhar nos perfis. Vale destacar que a categorização das entrevistas foi específica para cada perfilado, conforme sua história. A redação de cada um dos perfis somente foi realizada quando havíamos acabado os encontros com o perfilado, transcrito e categorizado suas entrevistas. Como supracitado, para a produção dos textos utilizamos o jornalismo literário como método e técnica.

Paralelamente à produção dos perfis começamos a idealizar o projeto gráfico do livro. Considerando a inviabilidade de apresentarmos fotos de Bárbara e o nosso desejo de estabelecermos um padrão visual, optamos por não trazermos fotos de nenhum dos perfilados. Assim, decidimos ilustrar o livro com desenhos que representavam situações marcantes narradas na história dos sujeitos. Para produção das ilustrações contratamos os serviços de Rodrigo Oliveira, artista e designer. Foram feitos três desenhos para cada perfil, além da capa.

As histórias narradas no livro, tratam de um assunto sério e nós desejamos deixar essa característica assinalada no projeto gráfico. As ilustrações adotaram o padrão

monocromático, marcando, de um certo modo, os aspectos que consideramos sombrios nas três narrativas. Os outros elementos gráficos do livro também foram feitos em preto e branco, buscando construir a identidade visual da publicação. A capa do livro apresentou uma figura que busca demonstrar que, embora tenham sido desabrigados das instituições em que viveram, os sujeitos possuem um percurso de vida e experiências que não podem ser apagados pelo desligamento. Após terminarmos a diagramação do livro-reportagem imprimimos quatro cópias numa gráfica rápida. Realizamos essa impressão por considerarmos que a banca ainda fará pontuações a respeito da obra, que demandarão edições. Nossas intenções futuras são fazer as possíveis correções solicitadas; imprimir o livro numa gráfica especializada, com a encadernação característica de livros; inserir a ficha catalográfica e, então, publicá-lo.

O livro-reportagem, como dito acima, foi estruturado em quatro capítulos e é intitulado: ‘Desligados – histórias de pessoas que viveram a desinstitucionalização por maioridade’. No primeiro capítulo apresentamos um histórico da institucionalização no Brasil, cuja abrangência temporal alcança desde a colonização do nosso país até a atualidade. No segundo capítulo, narramos a história de vida de Dona Haydée, uma senhora que viveu mais de 40 anos numa instituição de acolhimento. Ela foi institucionalizada por razões de prevenção da hanseníase, pois sua mãe e tia eram portadoras da doença e seu pai não conseguiu cuidar sozinho das filhas. Dona Haydée viveu na instituição como interna até completar 15 anos, quando assumiu o posto de responsável pelos demais internos. Nessa função ela permaneceu até os 57 anos de idade, quando aconteceu a ruptura com a instituição.

O terceiro capítulo trata da história de Saulo, que viveu em instituições de acolhimento desde o seu nascimento. Ele também foi institucionalizado por determinações governamentais, pois seu pai era portador de hanseníase e àquela época os filhos das vítimas da doença eram levados obrigatoriamente para preventórios. Saulo entrou na instituição no ano 1970 e saiu ao completar a maioridade, no ano de 1988. Por fim, no quarto capítulo trazemos o perfil de Bárbara, uma jovem que estava em eminência do desligamento institucional quando foi entrevistada. A menina vive na instituição desde o ano de 2017 e sua desinstitucionalização por maioridade está prevista para acontecer em junho de 2019, quando ela completa 18 anos.

4 EXEQUIBILIDADE E APLICABILIDADE

Como mencionado ao longo desse trabalho, a temática do ‘Desligamento institucional por maioria’ é tratada de forma escassa pela mídia impressa brasileira. Tanto que, o livro-reportagem pode se tornar uma das poucas iniciativas de tratamento da questão no meio jornalístico. Aliás, em buscas informais de similares, realizadas pelas autoras até junho de 2019, não encontramos nenhuma obra semelhante a que produzimos. Assim, o produto desse trabalho será o primeiro a trabalhar o tema pela perspectiva do jornalismo literário.

Quanto à produção do livro-reportagem e desse relatório técnico-científico apresentados, ambos foram desenvolvidos durante um período de dois anos e meio. No primeiro ano, nos concentramos na feitura das disciplinas, obrigatórios e optativas, bem como nos debruçamos com intensidade nas leituras e reflexões conceituais que compõem esse relatório. No segundo ano, demos início a produção do livro-reportagem e seguimento ao desenvolvimento do relatório. Por fim, no semestre do terceiro ano nos dedicamos primordialmente a finalização do livro-reportagem, por meio das apurações e redação, revisão e diagramação dos textos. Durante a produção do relatório e do livro-reportagem todos os custos foram arcados pela autora. Segue abaixo a especificação dos gastos:

Tabela 3 – Custos da pesquisa: recursos materiais

RECURSOS MATERIAIS			
RECURSO	QUANTIDADE	VALOR MENSAL/UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Notebook Positivo Premium Select 7150 – 14 polegadas, Intel Core i3, 4GB RAM, HD 500 GB	1 unidade	R\$ 1.700,00	R\$ 1.700,00
Internet Banda Larga 4MB e Telefone (700min) CTBC	30 meses	R\$ 64,90	R\$ 1.947
Smartphone Samsung Grand Prime	1 unidade	R\$ 790,00	R\$ 790,00
Impressão dos relatórios técnicos-científicos	4	–	R\$ 84,00
Impressão dos livros-reportagem	4	–	R\$ 96,00

RECURSOS MATERIAIS			
RECURSO	QUANTIDADE	VALOR MENSAL/UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TOTAL:			R\$ 4.617,00

Tabela 3 – Custos da pesquisa: recursos materiais
Fonte: elaborada pela autora

Tabela 4 – Custos da pesquisa: recursos humanos

RECURSOS HUMANOS			
RECURSO	QUANTIDADE	SALÁRIO	VALOR TOTAL
Designer Gráfico	11 ilustrações	R\$ 300,00	R\$ 300,00
TOTAL:			R\$ 300,00

Tabela 4 – Custos da pesquisa: recursos humanos
Fonte: elaborada pela autora

4.1 DIVULGAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Levando em consideração que a pesquisa foi realizada no seio de um mestrado profissional, ofertado por uma universidade federal, desejamos que o produto se reverta num bem para a sociedade. Desse modo, após a defesa propomos publicar o livro-reportagem, numa quantidade representativa. A fim de realizarmos a publicação, nossa intenção é recorrer a plataformas de financiamentos coletivos, como a Catarse (<https://www.catarse.me/>).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desse trabalho fomos levadas a refletir uma vez mais sobre a pesquisa, os conhecimentos que ela nos proporcionou apreender e os fatos que descobrimos. Vale lembrar que, nessa jornada, nos guiamos pelo seguinte problema: de que maneira o jornalismo literário pode contribuir para reduzir a invisibilidade da questão do desligamento institucional por maioria na mídia impressa brasileira? Através desse questionamento, abrimos uma porta para um grande universo, que acompanha nossa sociedade há séculos: a institucionalização de crianças e adolescentes.

Quando adentramos nesse ambiente pudemos compreender o modo, a causa e os motivos pelos quais as crianças e adolescentes foram levados a instituições de acolhimento e dela fizeram lares, ainda que temporariamente. Logo, tivemos a oportunidade de conhecer a maneira como o desligamento institucional por maioria se consolidou em nossa sociedade ao longo dos anos, tendo em vista que esse acontecimento como um fato nem sempre foi levado em consideração pelas autoridades.

O resultado da exploração do nosso problema e desse universo que se abriu à nossa frente, foi o livro-reportagem ‘Desligados – histórias de pessoas que viveram a desinstitucionalização por maioria’. O capítulo introdutório da obra expõe a história da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil. Os outros capítulos, que compõem o livro, trazem perfis jornalísticos de três sujeitos que viveram e vivenciarão o desligamento institucional por maioria em diferentes períodos históricos. Os perfilados foram entrevistados nos anos de 2018 e 2019, mas suas narrativas mostram um recorte temporal passado, que resgata mais de sete décadas anteriores. Assim, além do próprio capítulo introdutório, os perfis também apresentam, costurado às histórias de vida, um retomar histórico contextual e individual que data desde o ano de 1946.

Desse modo, a partir da união do levantamento histórico e dos relatos de vida vimos a concretização da institucionalização e do desligamento na vida de pessoas reais que viveram e vivenciarão essas experiências. Do contraponto e complementos que o levantamento foi para cada perfil percebemos, ainda, a forma como, em muitas situações e há longos anos, teoria e prática caminham separadamente, tanto positiva quanto negativamente. De um modo específico, a respeito dos pontos negativos desse distanciamento, pudemos ver o descaso que a infância a adolescência brasileira sofreu ao longo de décadas.

Por fim, o pesquisador não subsiste sem um indivíduo que o personifique. Desse modo, além das contribuições acadêmicas, o trabalho também contribuiu para o crescimento

peçoal, formativo e peçoal das pesquisadoras. Através da pesquisa, entendemos na prática o conceito que discutimos nesse relatório: a resiliência. Assim, alargamos nossos conhecimentos sobre a capacidade que o ser humano tem de se reconstruir enquanto indivíduo e de fazer e refazer laços afetivos. Bem como, dilatamos nossos saberes sobre a competência dos seres para abrir mão daquilo que, embora seja importante e devesse cumprir esse papel relevante, não faz bem. Ademais, pudemos ver como as relações humanas são capazes de suprir lacunas abertas pelas circunstâncias individuais, familiares ou pela lei, de modo o apreço pelo outro antecipa, de forma benevolente e despretensiosa, ações necessárias, mas não regulamentadas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

ADOÇÃO tardia. [s.l]: Rede Globo, 2017. (36 min.), son., color. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6146915/>>. Acesso em: 23 out. 2017.

ARAÚJO, Denilson Cardoso de. **80 anos do Código de Menores. Mello Mattos:** a vida que se fez lei. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,80-anos-do-codigo-de-menores-mello-mattos-a-vida-que-se-fez-lei,21162.html>>. Acesso em: 31 maio 2018.

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro:** vida, genocídio e 60 mil mortos no maior hospício do Brasil. São Paulo: Geração, 2013. 272 p.

AMARANTE, Paulo. **O homem e a serpente:** outras histórias para a loucura e a psiquiatria. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996. <https://doi.org/10.7476/9788575413272>

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** Tradução de Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

ASSIS, Simone Gonçalves de; FARIAS, Luís Otávio Pires. **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento.** São Paulo: Hucitec, 2013. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/LIVRO_Levantamento Nacional_Final.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

BASAGLIA, Franco. **A Instituição Negada.** 3. ed. [s.l]: Graal, 1985.

BECKER, M. J. A Ruptura dos Vínculos: quando a tragédia acontece. In: KALOUSTIAN, M. (org). **Família Brasileira:** a base de tudo. São Paulo: Cortez, Brasília/DF: UNICEF, 1994.

BELO, Eduardo. **Livro-reportagem.** Rio Grande do Norte: Contexto, 2006.

BOAS, Sergio Vilas. **Perfis e Como Escrevê-los.** [s.l]: Summus, 2003.

BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Disponível em < <https://goo.gl/xLtgzw> >; acesso em novembro de 2017.

_____. Lei nº 12010, de 3 de agosto de 2009. **Dispõe sobre adoção. Altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.** Brasília, 2009(b). Disponível em <<https://goo.gl/WErkX>>.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** Brasília, 2006.

BOWLBY, John. **Formação e Rompimento dos Laços Afetivos**. 3. ed. [s.l]: Martins Fontes, 1982.

BRUM, Eliane. **O olho da rua**: uma repórter em busca da literatura da vida real. [s.l]: Globo, 2008.

CARVALHO, Dayane. **Adoção positHIVa**: Adoção de crianças e adolescentes portadores de HIV/aids em Curitiba. Curitiba: [s.e], 2006.

CONSTANTINO, Elizabeth Piemonte. **Meninos Institucionalizados**: A Construção de um Caminho. São Paulo: Arte e Ciência, 2000.

CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; MAGALHÃES, Celina Maria Colino; PONTES, Fernando Augusto Ramos. **Institucionalização precoce e prolongada de crianças**: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. Aletheia, Canoas, p.20-34, jan/jun 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n25/n25a03.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

COIMBRA, Oswaldo. **O texto da reportagem imprensa**. São Paulo: Atica, 2004.

CUNEO, Mônica Rodrigues. **Abrigamento prolongado**: os filhos do esquecimento a institucionalização prolongada de crianças e as marcas que ficam. Rio de Janeiro, p.415-432, 2012. Disponível em: <http://mca.mp.rj.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/7_Abrigamento.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

CURI, Luciano Marcos. **Defender os sãos e consolar os lázaros**: Lepra e isolamento no Brasil 1935/1976. 2002. 237 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

FIGUEIRÓ, Martha Emanuela Soares da Silva. **Acolhimento Institucional**: a maioria e o desligamento. Jundiaí: Paco Editorial, 2012. 140 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Acolhimento_institucional.html?id=rBOHBAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 23 out. 2017.

HECHET, Bruna; SILVA, Rebeca Fabrício Pereira da. **Crianças institucionalizadas**: a construção psíquica a partir da privação do vínculo materno. 2009. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. 4. ed. São Paulo: Atica, 2000.

KREUZ, Sergio Luiz. **Direito à Convivência Familiar da Criança e do Adolescente - Direitos Fundamentais, Princípios Constitucionais e Alternativas ao Acolhimento Institucional**. Curitiba: Juruá, 2012. 186 p.

LIMA, Edvaldo Pereira. Páginas Ampliadas - **O Livro-reportagem Como Extensão do Jornalismo e da Literatura**. 4. ed. [s.l]: Monole, 2009.

MARIANO, Agnes Francine de Carvalho. **Diálogos entre a fala e a escrita na produção de perfis jornalísticos em ambientes educacionais**. São Paulo: [s.e], 2013.

MEUS 18 anos. Rio de Janeiro: Rede Globo, 2017. (49 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1y0sPZYCp2k>>. Acesso em: 26 out. 2017.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista - o diálogo possível.** São Paulo: Atica, 2011.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

_____. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB - RH/SUAS,** Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **A ressaca da Marujada:** recrutamento e disciplina na armada imperial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

OLIVEIRA, Flávia Letícia Alves de. **Acolhimento institucional e maioridade:** Uma análise da saída do jovem do abrigo à luz da teoria do reconhecimento de Axel Honneth. 2013. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=f3c985feac25c219>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

PENA, Felipe. **O jornalismo Literário como gênero e conceito.** Rio de Janeiro. 2006. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v2i17.349>

PRIZIBISCZKI, Cristiane de Azevedo. **A Práxis do Livro-reportagem:** Teoria e Prática em Diálogo. Londrina: [s.e], 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1109-2.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2018.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A Institucionalização de crianças no Brasil:** Percurso histórico e desafios do presente. 2. ed. Rio de Janeiro: Puc-rio, 2004. 96 p. Disponível em: <http://www.editora.vrc.puc-rio.br/media/ebook_institucionalizacao_de_crianças_no_brasil.pdf>. Acesso em: 23 out. 2017.

SANTOS, Patrícia Maria Correia dos. **Maus-tratos, resiliência e desenvolvimento moral:** uma investigação ecológico-cognitiva com adolescentes institucionalizados. 2014. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.uportu.pt/jspui/handle/11328/919>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

SILVA, Amanda Tenório Pontes da. **O perfil jornalístico:** possibilidades e enfrentamentos no jornalismo impresso brasileiro. Paraíba: [s.e], 2009.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **O impacto da institucionalização na infância e na adolescência:** uma revisão de literatura. Psicologia e Sociedade, Rio Grande do Sul, p.71-80, jan/abr, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100010>

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de Reportagem Notas Sobre a Narrativa Jornalística**. 5. ed. [s.l]: Summus, 1986.

SPOSATI, Aldaíza. Proteção e desproteção social na perspectiva dos direitos socioassistenciais. Brasília: [s.e], 2007. In: **VI CONFERÊNCIA Nacional de Assistência Social**. Brasília.2007.

TEIXEIRA, Marina Salles. **Adotando uma família**: Histórias de encontro entre pais, mães e filhos. São Paulo: [s.e], 2015. 145 p. Disponível em: <<https://laboratoriodejornalista.files.wordpress.com/2015/11/livro-adocao-adotando-uma-familia.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. O abandono de Crianças ou a Negação do Óbvio. **REV. Brasileira de História**. VOL.19, n.37, São Paulo, Setembro de 1999. <https://doi.org/10.1590/S0102-01881999000100003>

YORKE, Ivor. **Jornalismo diante das câmeras**. São Paulo: Summus, 1998. 201 p.

APÊNDICE A – RELATÓRIO DE PESQUISA DO MONITORAMENTO DO TEMA ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE EM SITES E BLOGS

Contextualização

A partir da escolha pelo tema, realizamos pesquisas sobre o processo adoção de crianças e adolescentes no âmbito municipal e nacional. Imersas nessa fase de pesquisa, surgiu na aula de Monitoramento e Análise de Mídias Sociais a tarefa de realização de um plano de monitoramento. Incumbida dessa demanda, a transformamos numa oportunidade de monitorar as discussões sobre o processo de adoção de crianças e adolescentes em sites e blogs. O plano contribuiu com as pesquisas para o produto que produzimos ao longo do mestrado profissional. Auxiliadas pelo monitoramento conhecemos o processo de adoção pelo olhar puramente legal e por outros pontos de vista. Além disso, analisamos o modo como os meios de comunicação dos conteúdos sobre a temática ligam-se às redes sociais.

Objetivo:

Verificar e analisar os assuntos que discutidos, em sites e blogs, sobre o processo de adoção de crianças e adolescentes no Brasil. Também analisar a ligação destes materiais com as redes sociais.

Etapas:

Diretrizes do monitoramento:

Período de busca:

19 de maio de 2017 a 25 de maio de 2017

Foco do monitoramento:

- # Direcionamentos, falas e ações de autoridades sobre adoção de crianças e adolescentes
- # Fatos e informações relacionados à adoção de crianças e adolescentes
- # Ações e manifestações de crianças aptas à adoção ou que estão em processo de preparo para estarem aptas à adoção
- # Ações e manifestações de pessoas que viveram em abrigos, completaram maioridade, e não foram adotadas
- # Ações e manifestações de crianças e adolescentes já adotados

Ações e manifestações de psicólogos e assistentes sociais que se envolvem no processo de adoção de crianças e adolescentes

Ações e manifestações de pessoas que já passaram, estão passando ou pensam em passar pelo processo de adoção de crianças e adolescentes

Ações e manifestações de pessoas que auxiliam, de alguma forma, os abrigos de crianças e adolescentes abandonados

Ambientes analisados:

Sites e blogs

Premissas:

- Temática do trabalho de conclusão do mestrado profissional

Ferramentas utilizadas e métricas:

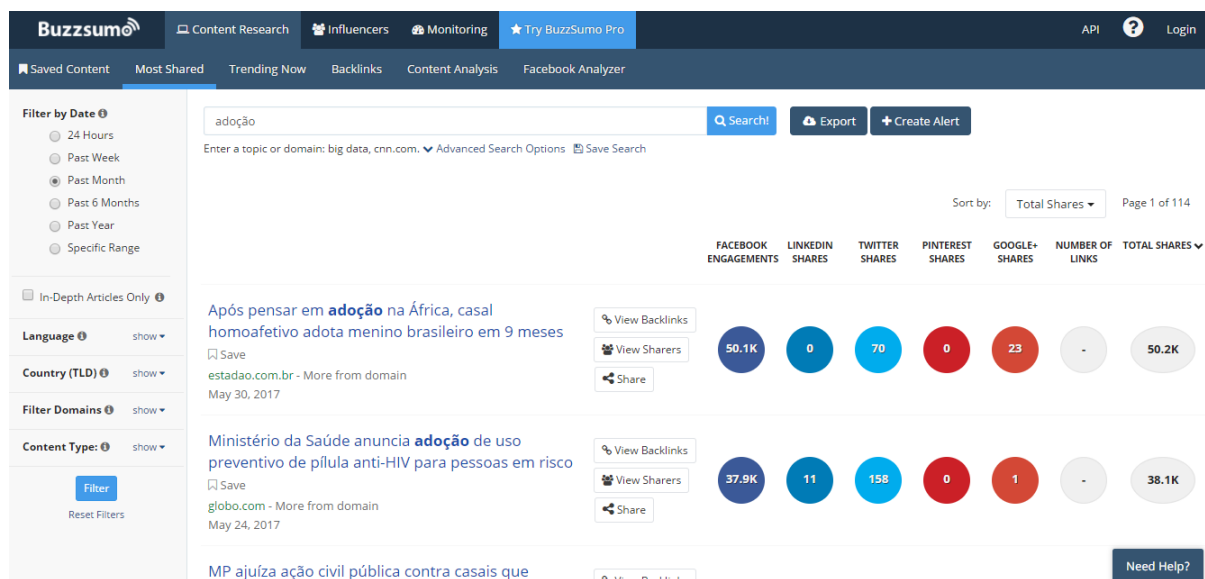
- Ferramentas: Buzzsumo
- Monitorar os tópicos com mais Buzz sobre adoção de crianças e adolescentes
- Observar o conteúdo das postagens

Termos de busca:

Adoção

Adoção de crianças e adolescentes

Análise dos materiais sobre adoção rastreados pela ferramenta Buzzsumo



Levantamento dos materiais

A adoção de crianças e adolescentes no Brasil envolve inúmeras questões legais e uma grande rede de agentes, cada qual com uma função específica. Os agentes dessa rede, por vezes, possuem distintos posicionamentos e formas de tratamento do tema. Vale destacar que essa rede é composta não apenas por autoridades e profissionais ligados à adoção, mas é formada pela sociedade como um todo.

Intencionadas em conhecermos e analisarmos os assuntos discutidos sobre adoção por estes vários vieses, bem como a forma que os emissores destas mensagens se ligam às redes sociais, realizamos um levantamento de materiais sobre a temática por meio da ferramenta Buzzsumo. A título de explicação, a ferramenta busca os links que são mais compartilhados em redes sociais.

O Dia Nacional da adoção é comemorado em 25 de maio. De posse desta informação, estabelecemos o período de busca dos materiais entre os dias 19 e 25 maio. Iniciamos as buscas dias antes do Dia Nacional de Adoção para observarmos o tratamento do tema em períodos comuns. Incluímos o dia 25 de maio no período de busca a fim de verificarmos a divulgação de materiais sobre adoção num dia atípico e dedicado ao tema. Ao final do período de busca, coletamos a soma de 149 materiais, entre textos, áudios e vídeos.

Análise dos materiais

Para realizarmos a análise dos 149 materiais que coletamos, determinamos unidades de análise, quais sejam: classificação de gênero dos materiais, classificação de formato dos materiais, categorização dos materiais (as categorias foram definidas de acordo com o foco de monitoramento supracitado nesta pesquisa), ineditismo dos materiais, materiais cujos comentários são ligados às redes sociais, quantidade de comentários dos materiais, material ligado às redes sociais, quantidade de materiais por dia e quantidade de materiais por região do Brasil.

Classificação e categorização dos materiais rastreados

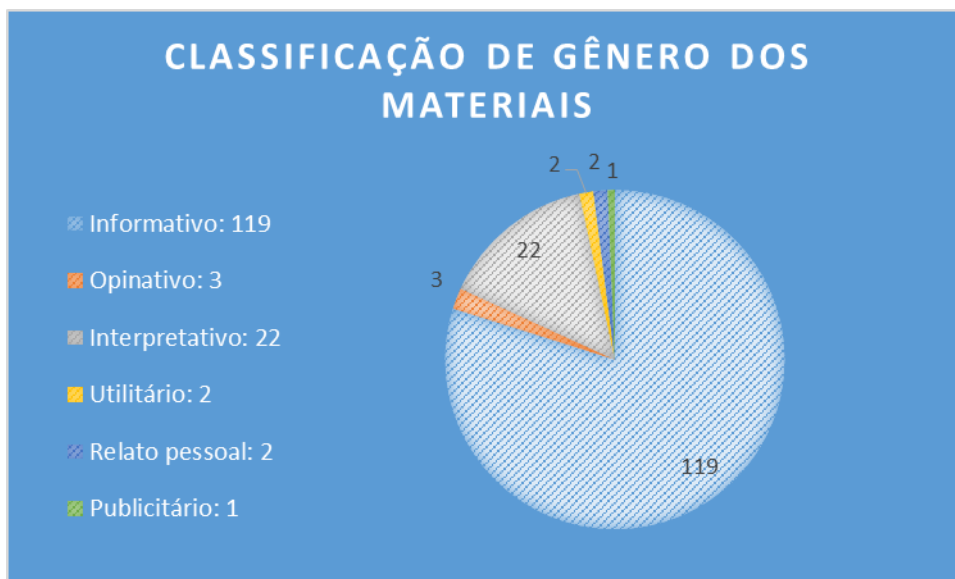
Nesta pesquisa, a classificação dos gêneros e dos formatos dos materiais foi realizada de acordo com a classificação de José Marques de Melo, na obra *Gêneros Jornalísticos no Brasil* (2010)⁸, também conforme o artigo *Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório* (2016)⁹. A categorização foi feita segundo os critérios supracitados no tópico: “Focos de monitoramento”.

Melo e Assis (2016) sugerem a classificação dos textos jornalísticos nos seguintes gêneros: informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário. Orientadas por essa sugestão de classificação dos autores, classificamos o gênero dos materiais rastreados pela ferramenta.

Vale destacar que alguns dos materiais colhidos não são propriamente jornalísticos. Segundo os autores, jornalismo é uma “categoria pertencente à modalidade de Comunicação periódica, inserida no conjunto da Comunicação massiva, dentro do campo da Comunicação” (MELO; ASSIS, 2016. p. 48). Entretanto, aplicamos a classificação de Melo e Assis a todos os materiais, pois embora não sejam jornalísticos, são materiais com alcance massivo. Além dos gêneros sugeridos por Melo e Assis (2016), em razão da demanda, adicionamos outros dois: relato pessoal e publicitário.

⁸ MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de (Org.). *Gêneros Jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. 331 p.

⁹ MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. *Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório*. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, [s.l.], v. 39, n. 1, p.39-56, abr. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1809-5844201613>.

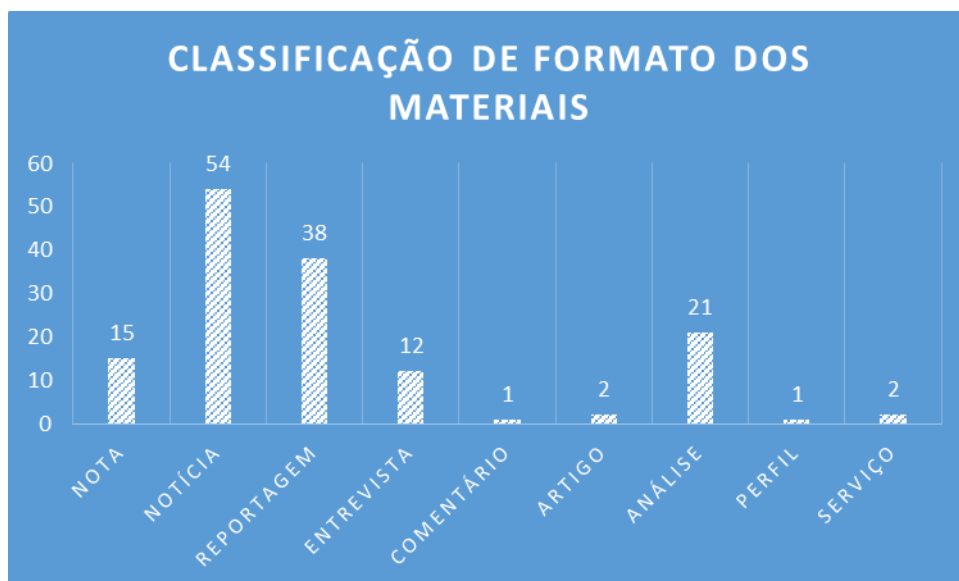


Fonte: elaborado pela autora

De todos os materiais que coletamos, 149 ao total, a maioria deles (119) eram informativos e a minoria (1) publicitário. O segundo gênero mais recorrente foi o interpretativo (22).

O tema adoção, como dito anteriormente, é cercado de questões legais e posicionamentos distintos, tanto de autoridades, como das outras searas da sociedade que se envolvem direta ou indiretamente com o assunto. Observamos uma alta disparidade entre o número de materiais informativos (119) e opinativos (3), e verificamos uma razoável quantidade de materiais interpretativos (22). Percebemos que esses posicionamentos não são expressos enquanto modo de pensar (opiniões), mas como relato de experiência vivida ou mecanismo instrutor do processo de adoção (informativo ou interpretativo), em conjunto com as questões legais.

Os autores Melo e Assis (2016) sugerem também uma subclassificação dos gêneros em formatos textuais, que são: informativo: nota, notícia, reportagem e entrevista; opinativo: editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura, carta e crônica; interpretativo: análise, perfil, enquête, cronologia, dossiê; diversional: história de interesse humano e história colorida e gênero utilitário: indicador, cotação, roteiro e serviço.



Fonte: elaborado pela autora

Os textos que coletamos para esta pesquisa foram, em sua grande maioria, notícias (54) e reportagens (38). Apenas um material era perfil, e somente um era comentário. Pertencente ao gênero informativo, as notícias e reportagens abordavam o tema com o distanciamento e a objetividade esperados. Entretanto, o dado que saltou aos nossos olhos, foi a quantidade de materiais do formato análise (22). Esses materiais tratavam a adoção sob uma perspectiva didática, de ensino dos transmisses que devem ser realizados por pessoas que desejam adotar.

A fim de estabelecermos focos de monitoramento, determinamos categorias de assuntos que encontramos nos materiais, quais sejam:

Categorização dos assuntos dos materiais

Notícia relacionada à adoção de crianças e adolescentes: 19 materiais

Direcionamentos, falas e ações de autoridades relacionadas à adoção de crianças e adolescentes: 34

Fatos e informações relacionados à adoção de crianças e adolescentes: 113

Ações e manifestações de crianças aptas à adoção ou que estão em processo de preparo para estarem aptas à adoção: 15

Ações e manifestações de pessoas que viveram em abrigos completaram maioridade e não foram adotadas: 1

Ações e manifestações de crianças e adolescentes já adotados: 2

Ações e manifestações de pessoas que já passaram, estão passando ou pensam em passar pelo

processo de adoção de crianças e adolescentes: 54

Ações e manifestações de psicólogos e assistentes sociais que se envolvem no processo de adoção de crianças e adolescentes: 29

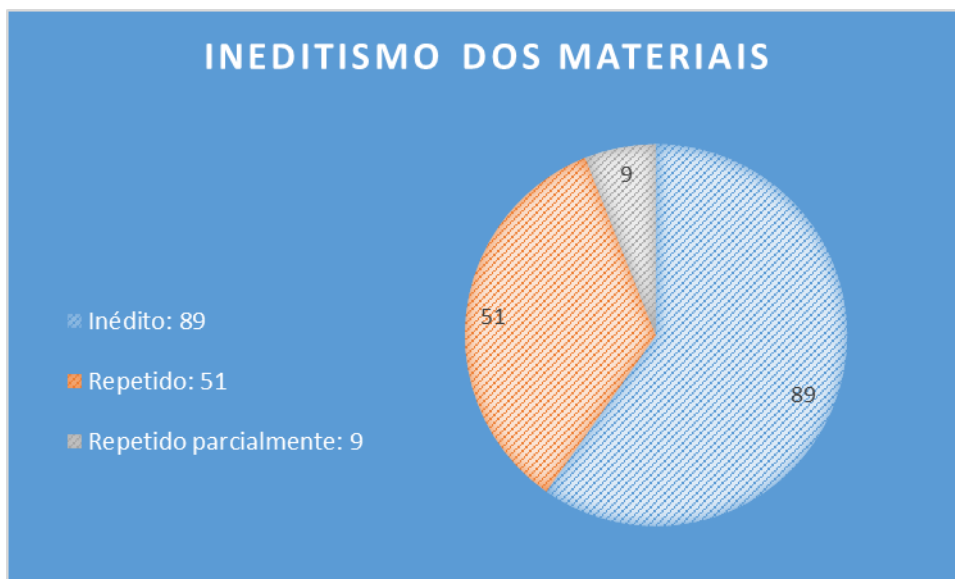
Ações e manifestações de pessoas que auxiliam, de alguma forma, os abrigos de crianças e adolescentes abandonados: 4

Fonte: elaborado pela autora



Fonte: elaborado pela autora

De todos os materiais analisados, uma grande quantidade (113) apresentava em seu escopo a categoria ‘Fatos e informações relacionados à adoção de crianças e adolescentes’. Raros foram os materiais que não abarcaram esse assunto. Em contrapartida, apenas um material trouxe o assunto da categoria ‘Ações e manifestações de pessoas que viveram em abrigos, completaram maioridade, e não foram adotadas’. Os posicionamentos que mais observamos nos materiais foram ‘Ações e manifestações de pessoas que já passaram, estão passando ou pensam em passar pelo processo de adoção de crianças e adolescentes’ (54) e ‘Direcionamentos, falas e ações de autoridades relacionadas à adoção de crianças e adolescentes’ (34). Duas pontas do processo de adoção, justiça e pretensos pais, foram recorrentemente colocados nos materiais.



Fonte: elaborado pela autora

De todos os materiais rastreados pela ferramenta 89 eram inéditos, ou seja, foram divulgados em apenas um site. Do restante, 51 eram repetidos integralmente, sendo publicados em mais de um site e 9 eram parcialmente repetidos. Observamos que, em muitos casos, ocorre apenas a replicação integral de textos de agências. Essa ação limita a abrangência de discussões e de divulgação de posicionamentos sobre um tema que envolve uma grande rede de agentes, envolvidos direta ou indiretamente.

Materiais rastreados e as redes sociais

Neste trabalho, também buscamos analisar a ligação dos materiais rastreados com as redes sociais. Observamos tanto a ligação do material em si, como dos comentários que poderiam ser feitos sobre eles.



Fonte: elaborado pela autora

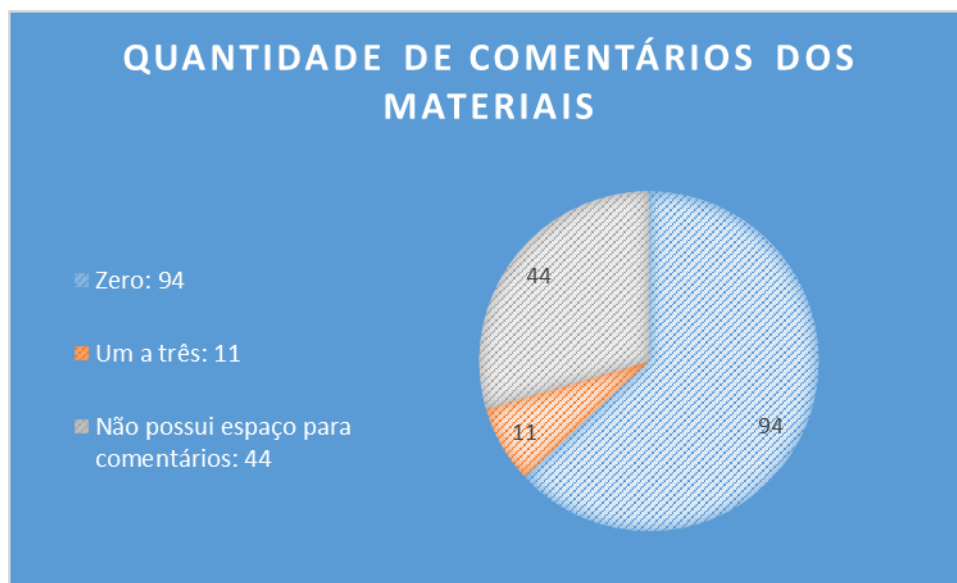
Entre todos os materiais analisados nessa pesquisa, apenas nove não estavam ligados à alguma rede social. Todo o resto (140) estava ligado à uma rede social: Facebook, Twitter, Google+, Pinterest, Whatsapp, LinkedIn, entre outras. Contrária a maré de busca por engajamento, estava a quantidade de materiais cujos comentários eram ligados às redes sociais.



Fonte: elaborado pela autora

No tocante a ligação dos comentários dos materiais às redes sociais, apenas 59 apresentavam alguma ligação e 46 não ofereciam nenhum ligamento. Além disso, 44 materiais não chegavam a possuir espaço para comentários. Diante desses gráficos,

visualizamos uma busca desses emissores muito maior pela divulgação dos seus conteúdos nas redes sociais, do que o anseio pela interação dos receptores no próprio ambiente de publicação do material. Observamos também, que ainda era tímida a interação dos receptores com o material em seu próprio ambiente de publicação – que oferece essa possibilidade e espaço para comentários.

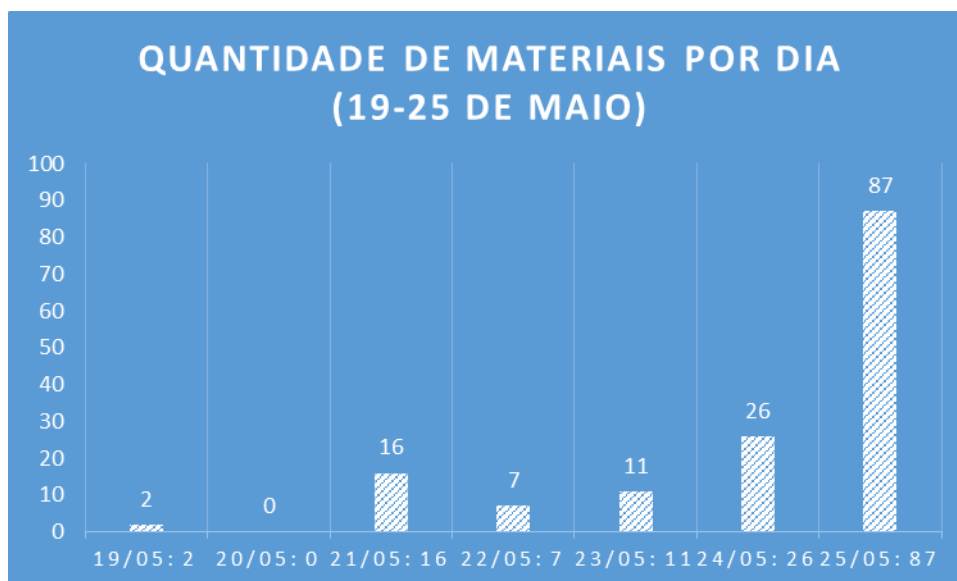


Fonte: elaborado pela autora

Da soma de materiais que possuía espaço para comentários (105), a grande maioria (94) não possui nenhum comentário. Uma pequena quantidade (11) possuía entre um e três comentários. Essa pesquisa não consegue responder o motivo do baixo envolvimento com os materiais por meio dos comentários.

Distribuição dos materiais por dia e pelas regiões do Brasil

Ao final dos sete (19 de maio à 25 de maio) dias de busca, a ferramenta rastreou 149 materiais de diferentes formatos. O período de busca abrangeu dias comuns e um dia atípico relacionado ao tema, que foi o dia Nacional da Adoção (25 de maio). A distribuição da quantidade desses materiais, portanto, foi diferente em cada um dos dias de busca. Também foi distinta a origem e abrangência regional de cada um dos materiais.



Fonte: elaborado pela autora

Distante de surpresas, o dia 25 de maio foi o dia em que a ferramenta rastreou a maior quantidade de materiais que foram massivamente compartilhados em redes sociais. No dia Nacional da Adoção coletamos 87 materiais. Quanto aos demais dias, embora sejam comuns para a temática, alguns destacaram-se em quantidade de materiais em razão da realização de ações direcionadas a comemoração do dia 25 de maio. Por exemplo, no dia 21 de maio (domingo) muitas ações foram realizadas em todos o país em alusão ao dia Nacional da Adoção e também dando início às comemorações. Assim, no dia 21, rastremos 16 materiais, de todos esses apenas um não se referia às ações específicas em comemoração ao dia da adoção. Observamos também um aumento de materiais no dia 24 de maio, dia que antecede o dia Nacional da Adoção. Nessa véspera, coletamos 26 materiais, desses 6 não tratavam de ações comemorativas ao dia da adoção.

A origem e abrangência regional dos materiais que obtiveram maior compartilhamento nas redes sociais e, portanto, foram rastreados pela ferramenta Buzzsumo, também foi hegemônica. Além de materiais com origens e abrangências regionais específicas, houve materiais com extensões nacionais.

Quantidade de materiais por regiões e Estados do Brasil

Norte: 11	Rio Grande do Norte: 6
Acre: 1	Sergipe: 2
Amazonas: 1	Sul: 18
Pará: 1	Paraná: 7

Amapá: 1	Santa Catarina: 11
Rondônia: 0	Rio Grande do Sul: 0
Roraima: 0	Centro-oeste: 9
Tocantins: 7	Goiás: 0
Nordeste: 32	Mato Grosso: 9
Alagoas: 6	Mato Grosso do Sul: 0
Bahia: 0	Distrito Federal: 0
Ceará: 5	Sudeste: 37
Maranhão: 0	Minas Gerais: 6
Piauí: 0	Rio de Janeiro: 13
Pernambuco: 6	São Paulo: 8
Paraíba: 7	Espírito Santo: 10
Nacional: 42	Total: 149

Fonte: elaborada pela autora



Fonte: elaborado pela autora

A maior parte dos materiais que rastreamos eram originados ou abrangiam as regiões sudestes e nordeste, coletamos respectivamente 37 e 32 materiais desses locais. A região da qual menos proveio materiais foi a centro-oeste, encontramos apenas nove. Também muitos foram os materiais com abrangência nacional, 42 abordavam assuntos não originado ou referente à uma cidade, estado ou região específica. Diante dos dados e dos materiais que

coletamos, inferimos que as regiões sudeste e nordeste destacaram-se em quantidade de materiais devido às representativas ações e campanhas elaboradas em comemoração ao dia Nacional da Adoção.

Conclusão

O processo de adoção de crianças e adolescentes, como muitas vezes dito nesse documento, envolve uma vasta rede de agentes, ligados direta ou indiretamente com o tema. Tornou-se, então, de grande valia para o desenvolvimento dessa pesquisa de mestrado, como também já dito, que conhecemos os assuntos e a forma como eles são tratados e discutidos. Também era importante que explorássemos o modo como os meios desses conteúdos se ligavam às redes sociais. A pesquisa realizada foi muito importante na elucidação e compreensão de questões que nos rondavam.

Durante o período de busca (19 de maio a 25 de maio de 2017), a ferramenta Buzzsumo rastreou 149 materiais que alcançaram grande número de compartilhamento em redes sociais. Esses materiais eram textos, vídeos e podcasts. Observamos que o tema adoção foi, em grande parte, tratado sob a perspectiva informativa, por meio de notas, notícias, reportagens e entrevistas. Nesses materiais, a adoção foi tratada com objetividade, distanciamento e, principalmente, associada a um fato gerador que a conferiu noticiabilidade.

O segundo gênero mais recorrente entre os materiais, foi o interpretativo, no formato análise. Além do massivo tratamento informativo do tema, existe uma forte tendência em abordar a adoção por um viés esclarecedor e educativo. Em poucos materiais verificamos intenções de discussões sobre a temática, apenas um era comentário e somente dois eram artigos. O processo de adoção e a adoção são cercados por mitos e preconceitos, em contrapartida, existem inúmeros pontos dessa rede de agentes com ricas informações e bagagens para discussões. Entretanto, toda essa força conceitual foi destinada a textos informativos ou interpretativos (com foco didático) engessados em duras pautas. Ressaltamos que, a importância de um gênero não exclui a relevância de outro gênero, todos têm sua carga de qualidade. Todavia, ignorar diferentes horizontes, a temáticas que dispõem de fôlegos para outros voos pelo campo dos gêneros, é uma escolha que consideramos questionável.

No que se refere a categorização dos assuntos verificados nos materiais, o que mais se destacou foi ‘Fatos e informações relacionados à adoção de crianças e adolescentes’. Da soma de 149 materiais, 113 trouxeram essa categoria de assuntos. Outras duas categorias que sobressaíram foram ‘Ações e manifestações de pessoas que já passaram, estão passando

ou pensam em passar pelo processo de adoção de crianças e adolescentes’ (54) e ‘Direcionamentos, falas e ações de autoridades relacionadas à adoção de crianças e adolescentes’ (34). Pretensos pais e autoridades recorrentemente aparecem nestes materiais. Entretanto, o processo de adoção envolve muitas outras pontas da rede de agentes.

Por meio do número de ocorrência da categoria ‘Ações e manifestações de psicólogos e assistentes sociais que se envolvem no processo de adoção de crianças e adolescentes’ (29), observamos que poucos foram os materiais que trouxeram posicionamentos mediadores no processo de adoção com um todo, desde a destituição do poder de uma família até a reinserção da criança ou adolescente numa família adotiva.

A temática ainda é discutida na definição e nas leis antigas de adoção, pelas quais buscavam-se filhos para pretensos pais. Por esta visão considera-se majoritariamente as autoridades e os pretendentes. No entanto, as leis de adoção mudaram, e a prioridade estabelecida pela lei 12.010/09¹⁰ é a garantia do direito à convivência familiar às crianças e adolescentes. Trilhando esses novos caminhos legais, novas vozes também deveriam ganhar espaço de fala. Ainda quanto à categorização dos assuntos, observamos que apenas um dos textos abordou a questão dos jovens que completam a maioria nas instituições e não são adotados. E esse único material abordou o desligamento institucional por maioria de forma superficial, sem aprofundamentos, análises ou críticas. Além disso, o texto conferiu pequeno espaço de fala à fonte que viveu a experiência desse tipo de desinstitucionalização.

Quanto a ligação dos materiais às redes sociais, verificamos que 140 materiais do total de 149, estavam ligados à alguma rede social. Em contrapartida, menos de 40% desses materiais dispunham de alguma ligação dos seus comentários às redes sociais. Além disso, 29% dos materiais não chegaram a oferecer espaço para comentários. Entendemos, por esses números, que estes emissores de mensagens optaram, majoritariamente, pela divulgação e compartilhamentos dos seus conteúdos nas redes sociais. Enquanto que, o compartilhamento nas redes sociais, dos comentários a respeito dos materiais, não foi uma prioridade. Deixamos nessa pesquisa a seguinte dúvida: Qual o motivo pelo qual existe a preferência pelo compartilhamento do material em detrimento do compartilhamento da opinião do receptor sobre aquele material e/ou conteúdo?

No tocante à quantidade de materiais por dia de busca (19 de maio à 25 de maio), bem como suas distribuições regionais, observamos que o maior número de materiais em alguns dias e regiões estava ligado à alguma ação ou projeto realizado sobre o tema adoção.

¹⁰ BRASIL. Lei nº 12010, de 2009. Lei 12010/09 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília.

No domingo (dia 21) aconteceram ações em todos o país, por esta razão, foi grande o número de materiais rastreados. Nesse contexto, alguns estados conquistaram maior divulgação e compartilhamento de suas ações ou projetos. Nos dias comuns, em que não havia a realização de ações e projetos, o número de materiais rastreados foi menor. Retomando um outro dado, a quantidade de materiais informativos (119) e somando a ele a quantidade de materiais por dias e regiões, inferimos que o tratamento do tema adoção tem uma forte ligação à acontecimentos noticiáveis, como ações e projetos.

APÊNDICE B - LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

a. Processo de busca

O levantamento bibliográfico consiste numa das etapas para construção do projeto de pesquisa científica. O primeiro passo para a feitura desta atividade foi a definição dos descritores. Considerando o tema da pesquisa: ‘Desligamento institucional por maioria’ e o produto que elaboramos a partir da temática, a saber um livro-reportagem, definimos os descritores, quais sejam: desligamento institucional, adoção e livro-reportagem.

Uma vez definidos os descritores foi preciso elencar as plataformas de busca dos materiais. Através de uma busca exploratória no Google pudemos projetar as melhores plataformas para cada descritor. Ao pesquisar ‘desligamento institucional’ verificamos que o tema é recorrentemente tratado por pesquisadores das áreas de Psicologia, Serviço Social e Direito de família. Ancoradas nesse encaminhamento, e no direcionamento de que deveríamos procurar no mínimo em um congresso e em um periódico, iniciamos a busca das plataformas. Após uma extensa procura encontramos dois congressos cujos anais estavam disponíveis, que foram: Encontro Nacional Abrapsco (área de Psicologia) e Jornada Nordeste de Serviço Social (área de Serviço Social). Infelizmente, em nossas pesquisas não encontramos congressos na área de Direito de família cujos anais estavam gratuitamente disponíveis, desse modo, não tivemos a oportunidade de explorar o descritor nessa área.

Quanto ao periódico – para o descritor ‘desligamento institucional’ – não utilizamos apenas um único material. Conscientes, por meio das buscas exploratórias, do número um tanto restrito de artigos a respeito deste tema, realizamos a pesquisa no Google Acadêmico, na biblioteca eletrônica Scielo e no portal de periódicos da Capes.

Semelhante ao ocorrido com o descritor ‘desligamento institucional’, o descritor adoção também é um tema comumente trabalhado pelas áreas de Psicologia, Serviço Social e de Direito de família. Sendo assim, adotamos para busca os mesmos congressos explorados para o descritor ‘desligamento institucional’: Encontro Nacional Abrapsco (área de Psicologia) e Jornada Nordeste de Serviço Social (área de Serviço Social). No que se refere ao periódico pesquisado, assim como para o descritor ‘desligamento institucional’, não usamos somente um material. Entretanto, diferente do tema ‘desligamento institucional’, o tema ‘adoção’ é amplamente trabalhado em artigos. Desse modo, para restringir e pré-selecionar os materiais buscados, escolhemos pesquisar apenas periódicos publicados na Scielo.

A fim de tangenciarmos a pesquisa na área da comunicação, e de posse da recorrência de pesquisas sobre o descritor ‘livro-reportagem’ nesta área, fixamos as buscas em congressos de Comunicação, quais sejam: SBPjor e Intercom. No que se refere ao periódico, igualmente aos outros descritores não buscamos em um único material. Pesquisamos por periódicos publicados na Scielo e no Portal Capes. Estabelecemos por período de busca dos três descritos os trabalhos realizados nos últimos dez anos.

b. Descrição dos dados brutos

Ao realizarmos as buscas levantamos, nos congressos, periódicos e períodos supracitados, todos os materiais que tratavam dos descritores. Sobre o descritor ‘desligamento institucional’ encontramos 14 materiais, destes, dois eram de congressos e o restante de periódicos. Dos artigos que rastreamos em congressos, um deles é do Encontro Nacional Abrapso e o outro é da V Jornada Internacional de Políticas Públicas. Quanto a pesquisa em congressos do descritor ‘desligamento institucional’ cabem duas ressalvas. Primeira, ao pesquisar materiais na Jornada Nordeste de Serviço Social não encontramos nenhum artigo, em contrapartida localizamos inesperadamente nas buscas do Google Acadêmico um artigo apresentado na V Jornada Internacional de Políticas Públicas. Segunda, mesmo procurando arduamente congressos que pudessem ter em seus anais trabalhos com a temática do descritor, infelizmente não aconteceu como esperávamos, e o número de artigos encontrados foi diminuto.

No que se refere ao descritor ‘adoção’ encontramos 43 artigos, destes, 15 eram de congressos e 28 de textos publicados em periódicos. Dos artigos que encontramos em congressos, todos eles eram do Encontro Nacional Abrapso, não localizamos nenhum material na Jornada Nordeste de Serviço Social.

A respeito da pesquisa em congressos do descritor ‘adoção’ fazemos uma observação/confissão, ao pesquisarmos nos anais do Encontro Nacional Abrapso não nos atentamos ao fato de que estávamos olhando uma edição do congresso do ano de 2003. Assim, baixamos a pasta zip com os artigos e iniciamos a busca manual, olhamos artigo por artigo. Quando já havíamos olhado mais de 300 artigos, percebemos que estávamos a pesquisar numa edição cujo ano excedia o período de busca (último dez anos). Em razão do trabalho despendido para a realização desta pesquisa, mantivemos no levantamento os artigos que encontramos nesse período. A saber, após a primeira filtragem desses artigos, selecionamos 13 materiais que tratavam da temática em questão.

Quanto ao descritor ‘livro-reportagem’ encontramos 31 artigos, destes, 30 eram de congressos e apenas um era de periódico. Com relação à pesquisa em periódicos, conforme explicado acima, buscamos o descritor ‘livro-reportagem’ na Scielo e no portal da Capes, nestas pesquisas localizamos apenas um material. As buscas nos congressos, por seu turno, foram bem-sucedidas e auxiliaram no levantamento.

c. Descrição dos critérios de filtragem e resultado após triagem

A triagem dos materiais foi feita em duas etapas: uma pré-triagem, por meio da definição de critérios de buscas nas plataformas e, posteriormente, uma triagem dos materiais que já havíamos encontrado. Nas buscas em congressos do descritor ‘desligamento institucional’ não realizamos a pré-triagem, buscamos o descritor sem aplicação de critérios, até mesmo porque os mecanismos de pesquisa das plataformas dos anais não nos ofereciam buscas refinadas. Já nas plataformas de busca de periódicos realizamos a pré-triagem. No Google Acadêmico definimos os seguintes critérios de busca: a sentença ‘desligamento institucional’ devia estar no título, devia conter pelo menos a palavra criança ou adolescente no texto e o material devia ter sido publicado nos últimos dez anos. No portal da Capes os seguintes critérios: a sentença ‘desligamento institucional’ devia estar no título, o material devia ser no formato artigo e ter sido publicado nos últimos dez anos. Na biblioteca Scielo o seguinte critério: a sentença ‘desligamento institucional’ podia estar em qualquer índice do texto, a fim de ampliar nossas possibilidades de encontrarmos materiais.

Após a feitura das buscas do descritor ‘desligamento institucional’ nas plataformas, fizemos a triagem dos 14 materiais encontrados. Os critérios de seleção que adotamos para triagem dos artigos levantados foram: disponibilidade - online - do texto completo do artigo, existência de referências bibliográficas e temática do artigo. Norteadas pelos dois primeiros critérios, excluimos da tabela de levantamento os resumos encontrados cujo texto completo do artigo não estava disponível online, bem como dispensamos os artigos que não dispunham de referências bibliográficas. Quanto a temática do artigo estabelecemos cinco temas de interesse para minha pesquisa: Vivência na instituição / Desligamento institucional e reinserção social / Preparação e orientação para a vida pós-desligamento / Invisibilidade jurídica do desligamento institucional ante a maioria / Necessidade de políticas públicas que abarquem a questão do desligamento institucional. Considerando esses temas de interesse, retiramos da tabela os artigos que, pela leitura do resumo, não sugeriam o tratamento de pelo menos um destes assuntos no texto. Ao final da triagem restaram – do

descriptor ‘desligamento institucional’ - 11 artigos, destes um era de congresso e dez eram de periódicos.

Nas pesquisas em congressos do descriptor ‘adoção’ também não realizamos a pré-triagem, buscamos o descriptor sem aplicação de critérios, pelo mesmo motivo referido anteriormente. Nas plataformas de periódicos, por sua vez, realizamos a pré-triagem. No Google Acadêmico definimos os seguintes critérios de busca: a palavra ‘adoção’ devia estar no título, devia conter pelo menos a palavra criança ou adolescente no texto e o material devia ter sido publicado nos últimos dez anos. No portal da Capes os seguintes critérios: a palavra ‘adoção’ devia estar no título, a palavra criança devia estar em algum lugar do texto, o material devia ser no formato artigo e ter sido publicado nos últimos dez anos. Na biblioteca Scielo os seguintes critérios: a palavra ‘adoção’ devia estar no título e a palavra criança devia estar em alguns dos índices do texto.

Depois de buscarmos o descriptor ‘adoção’ em congressos e periódicos, realizamos a triagem dos 43 artigos encontrados. Para a filtragem adotamos os seguintes critérios: existência de referências bibliográficas e temática do artigo. Pautadas por este primeiro critério, retiramos da tabela de levantamento os artigos que não apresentavam em seu escopo as referências bibliográficas. No que se refere a temática do artigo definimos cinco temas de relevância para nossa pesquisa, que foram: Vivência na instituição / Perfil da criança e desdobramentos ligados ao perfil / Lei e processos de adoção / Adoção na mídia / Políticas públicas a respeito da adoção. Levando em consideração esses temas de relevância, excluimos da tabela os artigos que, pela leitura do resumo, não indicavam o tratamento de pelo um desses temas. Realizada a filtragem, a tabela de levantamento do descriptor ‘adoção’ ficou contemplada por 15 artigos, sendo três de congressos e 12 de periódicos.

Assim como nas pesquisas em congressos dos descritores ‘desligamento institucional’ e ‘adoção’, na pesquisa do descriptor ‘livro-reportagem’ nesses ambientes também não foi possível realizarmos a pré-triagem. Já nas plataformas de busca de periódicos realizamos a pré-triagem. No portal Capes definimos os seguintes critérios de busca: a palavra ‘livro-reportagem’ devia estar no título, o material devia ser no formato artigo e ter sido publicado nos últimos dez anos. Na biblioteca Scielo o seguinte critério: a palavra ‘livro-reportagem’ devia estar no título.

Finalizada as buscas nos congressos e nos periódicos do descriptor ‘livro-reportagem’, filtramos os 30 artigos encontrados. Para triagem dos materiais adotamos a temática dos textos como critério de seleção. Elencamos seis temas de interesse para futura realização da pesquisa de mestrado, foram eles: Produção e definição de livro-reportagem /

Texto que trata de questões relacionados à crianças e adolescentes / Texto que trata de questões relacionados à crianças e adolescentes em situação de abandono / Prática jornalística / Livro-reportagem como mídia impressa / Livro-reportagem de perfis. Tomando por base estes temas, descartamos os artigos que, pelo resumo, não indicavam a presença de pelo um destes assuntos no texto completo. Realizada a triagem, a tabela de artigos referentes ao descritor ‘livro-reportagem’ estabilizou-se com 16 artigos, destes 15 eram de congressos e 1 era de periódico.

d. Análise dos resultados finais

Realizados o levantamento e a filtragem dos materiais pudemos lançar um olhar analítico para os resumos dos artigos remanescentes das seleções e sobre esses fazemos algumas considerações gerais. Tomando por base os resumos dos artigos, percebemos que o tema ‘desligamento institucional’ tem sido abordado pelas seguintes perspectivas: desligamento e reinserção do jovem, preparação e orientação do jovem para o desligamento e vivência destes jovens nos abrigos. Com relação a perspectiva do desligamento e reinserção, tem se falado sobre os sentidos produzidos nos jovens pela saída dos abrigos, bem como o desenvolvimento do processo de reinserção desses jovens na sociedade, entre outros. A respeito da vivência dos adolescentes nos abrigos há discussões, por exemplo, a sobre do papel de socialização realizado pela TV nas instituições.

Entre os principais autores que discutem o desligamento institucional por maioria no Brasil, através da pesquisa realizada, destacamos os seguintes: Martha Emanuela Soares da Silva; Aline Cardoso Siqueira; Patrícia Caroline Souza da Rocha Vieira; Ana Laura Moraes Martinez e Antonio Lancetti. Verificamos que são referências para tratamento do tema as obras: ‘Acolhimento institucional: a maioria e o desligamento’ (SOARES DA SILVA) e ‘O momento da saída do abrigo por causa da maioria dos adolescentes’ (MARTINEZ ALM, 2008).

Nos artigos selecionados, a temática adoção, por sua vez, foi tratada primordialmente pelo viés do perfil da criança e os desdobramentos ligados a este perfil, e pelo viés da lei e processos de adoção. Com relação ao perfil da criança e os desdobramentos, foram tratadas questões como: adoção da fantasia de uma criança desejada em detrimento da adoção da criança real, o pensamento da criança adotada como um objeto de consumo na relação familiar e a rejeição de alguns perfis de crianças. No que se refere a lei e processos de adoção haviam discussões como: importância de atentar-se ao ECA e a lei de adoção num

processo de adoção, análise do aumento da celeridade dos processos através da nova lei de adoção e desenvolvimento de instrumentos que promovam a adoção tardia.

Os principais autores que tratam a temática adoção no país, considerando os artigos encontrados, são: Maria Terezinha de Albuquerque; Elizabeth Badinter; Silvio Manoug Kaloustian; John Bowlby; Márcia Regina Porto Ferreira e Sônia Regina Carvalho; Clelia Nise Gomes Soares Coelho; Fernando Freire; Walter Carlos Cassin; Françoise Dolto; Claudia Fonseca; Gina Khafif Levinzon; Maria Tereza Maldonado; Maria Luiza Marcílio; Leila Dutra Paiva; Halia Pauliv de Souza; Lidia Natalia Dobrianskyj Weber; Fernanda Neísa Mariano; Maria Clotilde Rossetti-Ferreira; Donald Woods Winnicott; Enid Rocha Andrade da Silva; Aline Cardoso Siqueira; Luiz Schettini; Suzana e Sofia Moeler Schettini.

As principais obras referentes ao tema adoção foram: ‘Abandono e adoção: contribuições para uma cultura da adoção II’ (FREIRE, 1994); ‘Adoção: significados e possibilidades’ (PAIVA, 2004), Adoção: os vários lados dessa história’ (2006) e ‘Os caminhos do coração: pais e filhos adotivos’ (MALDONADO, 1995).

O tema livro-reportagem, nos artigos selecionados dos congressos e periódicos, havia sido abordado principalmente pelas seguintes perspectivas: produção e definição de livro-reportagem e prática jornalística. Com relação a perspectiva da produção e definição de livro-reportagem, foi falado sobre a definição de livro-reportagem e sua interface com outros gêneros, as etapas teóricas da produção deste tipo de livro, a apresentação de técnicas de apuração jornalísticas e experimentação do livro-reportagem, entre outros. Sobre a prática jornalística, haviam discussões como, quebra do paradigma positivista do jornalista pelos autores de livros-reportagem, a localização do jornalista-autor num campo mais específico do jornalismo, entre outras.

No Brasil, os principais autores que tratam o tema livro-reportagem são: Luiz Beltrão; Edvaldo Pereira Lima; Cremilda Medina; Caco Barcelos; Rom Wolf, Sergio Vilas Boas; Eduardo Belo; Rildo Cosson; Felipe Pena; Ricardo Kotscho; Muniz Sodré; Nilson Lage; Gaye Tuchman; Antônio Heriberto Catalão JR. Observei que são referências para a temática as obras: Páginas Ampliadas: livro-reportagem como extensão do jornalismo (LIMA, 2009), Livro-reportagem (BELO, 2006) e Jornalismo Literário (PENA, 2006).

APÊNDICE C – ANÁLISE DE SIMILARES

a. Introdução

Considerando a decisão pela feitura de um produto a respeito do ‘Desligamento institucional por maioria’, uma das etapas para a realização do projeto dessa pesquisa científica – após ou concomitante ao levantamento bibliográfico – foi a análise de similares. Para execução dessa atividade selecionamos seis similares, sendo 2 desses materiais similares em temática (Desligamento institucional por maioria e adoção) e quatro similares em formato (livro-reportagem). Os similares selecionados foram:

Quanto à temática

- 1) Edição do Profissão Repórter – 13/09 | Adoção tardia (ADOÇÃO... 2017)
- 2) Documentário – Meus 18 anos (MEUS... 2017)

Quanto ao formato:

- 3) Adoção PostHIVa (CARVALHO, 2006)
- 4) Adotando uma família: histórias de encontro entre pais, mães e filhos (TEIXEIRA, 2015)
- 5) Holocausto brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortos no maior hospício do Brasil (ARBEX, 2013)
- 6) O olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real (BRUM, 2008)

b. Similares quanto à temática

- Edição do Profissão repórter – 13/09 | Adoção tardia

O material 'Adoção tardia', dirigido por Caco Barcelos, apresentou-se sob o formato de grande reportagem audiovisual. O produto em questão, refere-se à edição do dia 13 de setembro, do programa Profissão Repórter produzido pela emissora Rede Globo. O material foi exibido, primeiramente, no canal aberto de TV da emissora na data supracitada. Após a apresentação na televisão, o vídeo foi disponibilizado no site Globo Play, e pode ser visto na íntegra gratuitamente¹¹. Esse audiovisual possui 36 minutos de duração.

¹¹ Link para acesso ao material ‘Adoção tardia’ realizando pelo programa ‘Profissão Repórter: <https://globoplay.globo.com/v/6146329/programa/>

O programa Profissão Repórter, apresentado pelo jornalista Caco Barcelos e sua equipe, tratou nessa edição do dia 13 de setembro de assuntos caros à adoção de crianças e adolescentes no Brasil. Nesta grande reportagem foram trabalhadas as questões de devolução de crianças adotadas, de desligamento institucional por maioria e de adoção tardia. Esses assuntos foram apresentados de forma mesclada no programa, a marcação da divisão entre as questões foi feita pelos repórteres, pois, cada jornalista tratou de um assunto.

Na grande reportagem, cada um dos assuntos supracitados apresentou um ou mais sujeito – criança ou adolescente institucionalizado – diretamente ligado à questão em tratamento. Ao tratar de devolução de crianças e adolescentes foi mostrada a história de um jovem, com 11 anos de idade, que foi vendido pela mãe quando tinha apenas um ano. O adolescente já morou com oito famílias diferentes, mas foi devolvido todas as vezes durante o período de convivência, que é o estágio anterior à adoção.

Sobre esse assunto (devolução de crianças e adolescentes), também foi apresentada a história de um casal de irmãos que fugiram de casa e foram morar no abrigo, no ano de 2013. O menino fugiu por sofrer agressões físicas do padrasto e a menina por sofrer ameaças de abuso sexual, também pelo padrasto. Em 2015, um casal solicitou a guarda provisória dos irmãos, entretanto devido à falta de adaptação da família adotiva com o comportamento do menino, ambos foram devolvidos ao abrigo.

Na abordagem do tema desligamento institucional por maioria, foi retratada a história de Abraão. Acolhido desde os cinco anos de idade, o jovem se preparava para deixar o abrigo ao completar 18 anos. Na reportagem, a jornalista acompanhou os dias que antecederam ao aniversário – de 18 anos - do jovem, a saída do abrigo e a chegada em seu novo lar. Após a saída do acolhimento, Abraão optou por voltar a morar com mãe biológica.

Ao trabalhar a temática de adoção tardia, a grande reportagem apresentou os bastidores da produção dos vídeos do projeto ‘Esperando por você’, realizado pelo Tribunal de Justiça de Vitória – ES. Nessa parte do vídeo, o jornalista responsável conversou com seis crianças que gravaram vídeos para a campanha e com alguns funcionários do TJ envolvidos com o projeto.

Através de uma visualização do vídeo na íntegra, destacamos como ponto forte os assuntos trabalhados no programa. A grande reportagem tratou de assuntos que necessitam de visibilidade para serem conhecidos e lembrados à sociedade. O material também favoreceu o despertar de discussões a respeito dessas temáticas, que carecem de atenção. O ponto fraco que apontamos foi a profundidade com que os assuntos foram tratados. Conscientes do tempo disponível para a produção, acreditamos que os assuntos poderiam ter sido trabalhados de

forma mais contundentes. Pensamos que poderiam ter sido trabalhado, por exemplo: os efeitos causados nas crianças e nos adolescentes por uma devolução, a forma como os abrigos preparam os jovens para saída diante da maioridade, entre outros.

- Documentário – Meus 18 anos

O similar ‘Meus 18 anos’, produzido, roteirizado e dirigido por Maíra Donnici, apresenta-se sob o formato de documentário. O vídeo foi exibido, primeiramente, no Globo News (canal de TV fechado, pertencente ao Grupo Rede Globo), no dia 14 de outubro de 2017. Um dia após a exibição na TV (15 de outubro), o documentário foi disponibilizado na plataforma Youtube e pode ser visto na íntegra gratuitamente.

O documentário tratou do desligamento institucional por maioridade pela ótica dos jovens que estão vivendo esse processo em abrigos do Distrito Federal. Donnici entrevistou sete adolescentes, sendo quatro meninas e três meninos, que haviam completado a maioridade e estavam em processo de desligamento. Os jovens entrevistados foram: Victor, Christoffer, Raquel, Rozângela, Davi, Stefani e Lorrany.

Neste audiovisual não existiam divisões temáticas explícitas textualmente na tela. Os personagens eram apresentados de forma mesclada ao longo de toda a produção, seguindo uma linha de assunto em cada aparição. Desse modo, podíamos acompanhar o assunto que estava sendo tratado através fala dos personagens, por exemplo, em um dado momento a diretora falou sobre o sentimento de completar a maioridade e foi apresentado sucessivamente o ponto de vista de cada um dos jovens entrevistados.

O documentário apresentou poucos personagens além dos jovens que estão em processo de desligamento. Percebeu-se uma tendência de Donnici de dar voz a esses adolescentes e permitir que eles descrevessem esse processo, bem como toda a história que os levou ao abrigo e os acompanhará no momento de sua saída. Donnici questionou os adolescentes sobre os fatos que os levaram ao abrigo, a personalidade de cada um, os sonhos, metas e projetos para o futuro fora do acolhimento. Neste trabalho, Donnici não somente deu voz a esses jovens, mas também os impulsionou a olharem para si mesmos e se enxergarem enquanto indivíduos e em suas individualidades e particularidades.

Por meio da visualização do documentário na íntegra, não encontramos pontos fracos para serem destacados nessa análise. Em contrapartida, encontramos muitos pontos fortes no documentário. Dentre eles, destacamos a ótica pela qual Donnici escolheu tratar o tema desligamento institucional, que foi o ponto de vista dos jovens em processo de

desacolhimento. Assim como está supracitado, a diretora deu preferência a fala dos adolescentes que estavam nessa situação, deu espaço e voz a eles. Pelos depoimentos dos jovens, pudemos perceber as inúmeras maneiras e nuances como esse processo estava sendo vivido por cada adolescente. Considerados sempre sob a lente da coletividade pela instituição de acolhimento, as crianças e adolescentes institucionalizadas não são vistas em suas individualidades. Desse modo, o documentário ressaltou cada jovem como um ser único, dotado de características particulares. Essa ressalva da individualidade não foi somente para nós espectadores, Donnici também estimulou os jovens a olharem para si e verem-se como indivíduos, a identificarem o seu ser próprio e o que este ser ensaja fazer com a liberdade que o aguarda.

c. Similares quanto ao formato

- Adoção PostHIVa

A obra da autora Dayane Carvalho, ‘Adoção PostHIVa’, apresentou-se sob o formato de livro reportagem. O livro foi escrito no ano de 2006 e lançado em 2008. A autora publicou e imprimiu 200 cópias do livro, que foram vendidas por todo o país. Após a venda de todos os exemplares impressos, Carvalho se disponibilizou a enviar gratuitamente a versão digital do livro para as pessoas que solicitam o material via e-mail. Desse modo, atualmente o livro pode ser obtido por meio de solicitação no e-mail da autora (daypositiva@gmail.com).

O livro-reportagem ‘Adoção posithIVA’ retratou a dificuldade que crianças e adolescentes acolhidos em casas de apoio de Curitiba enfrentam no processo de adoção por serem portadores do vírus HIV. No material puderam ser encontradas informações sobre adoção, a doença Aids e as possibilidades existentes para as crianças soropositivas que se encontram em situação de acolhimento institucional.

A autora Carvalho dividiu o livro em cinco capítulos, quais sejam: ‘Uma epidemia global’; ‘Vivendo e convivendo com HIV e AIDS’; ‘Políticas de saúde para o enfrentamento da Aids’; ‘Crianças e adolescentes portadores do HIV/AIDS e ‘Adoção positiva’’. No primeiro capítulo, Carvalho trouxe um histórico e números a respeito da AIDS. O segundo capítulo, contou a história de duas mulheres que, por desconhecerem serem portadores do HIV, transmitiram o vírus para seus filhos durante a gestação. Ao longo da apresentação dessas histórias, conforme surgiam necessidades de explicações médicas e científicas a respeito da doença e do vírus, a autora explanou sobre alguns conceitos indispensáveis.

O terceiro capítulo tratou das políticas de saúde para luta contra AIDS em Curitiba e no Brasil. A autora também trouxe explicações sobre testes e transmissão do HIV, além de apresentar informação sobre o vírus e a doença e discutir sobre as formas de preconceito referentes a AIDS. No quarto capítulo, Carvalho contou duas histórias. A primeira, de uma criança soropositiva abrigada em uma instituição à espera de adoção. A segunda, de uma mulher que, junto com seu marido, solicitaram a adoção de duas crianças em processo de análise sorológica e que, embora acolhidas em um abrigo, ainda estavam sob o poder de sua família biológica. O capítulo final tratou da história, conceito e outros assuntos relacionados à adoção nacional e internacional.

Através de uma breve leitura do livro, destacamos como ponto forte o tratamento da temática - adoção e AIDS – pela abordagem jornalística. De acordo com depoimento da autora, na página do Facebook¹² dedicada ao livro, a obra foi o primeiro material jornalístico a respeito do tema ‘adoção e AIDS’. Destacamos como ponto fraco a distribuição do livro. Considerando o valor da obra, anteriormente ressaltado, acreditamos que o livro devia estar mais facilmente disponível, mesmo que mediante a cobrança de algum valor.

- Adotando uma família: histórias de encontro entre pais, mães e filhos

A obra de Marina Salles Teixeira, ‘Adotando uma família: histórias de encontro entre pais, mães e filhos’, apresentou-se sob o formato de livro-reportagem. O material foi produzido no ano de 2015 e possui 145 páginas. Teixeira publicou o livro apenas meio digital, assim, o material pode ser encontrado e lido gratuitamente no link: <https://laboratoriodejornalista.files.wordpress.com/2015/11/livro-adocao-adotando-uma-familia.pdf>

O livro-reportagem abordou o problema da adoção ilegal, as complicações relacionadas à devolução de crianças, bem como questões relacionadas à permanência prolongada nos abrigos e seus efeitos. No âmbito dos pais, a autora apresentou a história de um pai solteiro, uma mãe solteira, um casal homossexual e um casal com quatro filhos biológicos, que contaram sobre as expectativas do processo de adoção. Na seara dos filhos, Teixeira apresentou o relato de uma filha adotiva sobre a família que a adotou.

¹² Link do depoimento da autora na página do Facebook dedicada ao livro: <https://www.facebook.com/adocaopositiva/photos/a.535219336676779.1073741828.236424516556264/536715706527142/?type=3>

Teixeira dividiu o livro em cinco capítulos, quais sejam: ‘Carreira solo’; ‘Os caras’; ‘Um ensaio, um presente, uma missão’; ‘Lar em construção’ e ‘Mãe do céu e mãe da terra’. O primeiro capítulo apresentou a história de Daniela, que mesmo após a separação de seu marido decide dar continuidade ao sonho de ser mãe. Assim, se inscreveu no cadastro Nacional de Adoção e encontrou sua filha Angelina.

O segundo capítulo trouxe a trajetória de Maurício, um pai solteiro, que adotou os irmãos Luiz Eduardo e Moisés. A autora retratou a batalha das crianças para superar as rejeições do passado e encontrar em Maurício um abrigo e uma fonte de segurança. O terceiro capítulo narrou a história da grande família de Christina e Eduardo, com seus quatro filhos biológicos e seus dois filhos adotivos. O casal adotou primeiro Gabriel, que possui paralisia cerebral, depois adotaram Moacir, que pede uma atenção especial por seu histórico de abandono e frustrações (TEIXEIRA, 2015).

No quarto capítulo, a autora falou da adoção por casais homossexuais e da escolha por crianças mais velhas. Roberto e Denis adotaram Mauro e Adriano, que passaram grande parte de suas vidas acolhidos numa instituição. Os jovens participaram do livro e narraram seus sentimentos por pertencerem a uma família. O último capítulo trouxe a visão da adoção pelos olhos de uma filha adotiva. Fabiana contou sobre sua criação no seio de uma família que a acolheu e com a qual estabeleceu laços mais fortes do que os laços sanguíneos.

Por meio de uma leitura superficial das reportagens, não encontramos pontos fracos para serem destacados nessa análise. Em contrapartida, o livro possui muitos pontos fortes. Entre esses, apontamos a diversidade e distinção dos personagens apresentados na obra. Em seu livro, Teixeira abriu espaço para a narrativa de vários pontos de vistas sobre a adoção.

- Holocausto brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortos no maior hospício do Brasil

A obra de Daniela Arbex ‘Holocausto brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortos no maior hospício do Brasil’, apresentou-se sob o formato de livro-reportagem. O material foi publicado no ano de 2013, pela editora Geração e possui 272 páginas. O livro pode ser encontrado na versão impressa, vendida em livrarias e lojas brasileiras.

Arbex resgatou em seu livro-reportagem a barbárie e a desumanidade praticadas, durante a maior parte do século XX, no maior hospício Brasileiro, conhecido por Colônia, situado na cidade de Barbacena – MG. A obra, da jornalista premiada, lançou luz sobre o genocídio cometido, sistematicamente, pelo Estado Brasileiro, com a co-participação de

médicos, funcionários e também da população, visto que era impossível a manutenção prolongada da violação dos direitos humanos mais básicos sem a omissão da sociedade.

Calculou-se que o genocídio cometido entre os muros da Colônia vitimou pelo menos 60 mil pessoas. Como Arbex retratou em seu livro, a maior parte dos internados foram colocados à força no hospício. Estima-se que 70% desses pacientes não possuíam nenhuma patologia mental. Os motivos que os levavam à Colônia eram: quadro de epilepsia, alcoolismo, homossexualismo, prostituição e rebeldia. Algumas vítimas foram internadas até mesmo pelo fato de terem se tornado indesejadas em seu meio de vivência, como meninas grávidas violentadas por seus patrões, esposas confinadas para que o marido pudesse viver com a amante e filhas de fazendeiros que perderam a virgindade antes do casamento.

O livro-reportagem de Arbex foi dividido em 14 capítulos, quais sejam: ‘O pavilhão Afonso Pena’; ‘Na roda da loucura’; ‘O único homem que amou a Colônia’; ‘A venda de cadáveres’; ‘Os meninos de Oliveira’; ‘A mãe dos meninos de Barbacena’; ‘A filha da menina de Oliveira’; ‘Sobrevivendo ao Holocausto’; ‘Encontro, desencontro, reencontro’; ‘A história por trás da história’; ‘Turismo com Foucault’; ‘A luta entre o velho e novo’; ‘Tributo às vítimas’ e a ‘Herança da Colônia’. Em razão da extensão dos capítulos, não os descreverei separadamente nesta análise de similares.

Ancorada numa rasa leitura da obra de Abex, não encontramos pontos fracos a serem destacados. Entretanto, o best-seller apresenta muitos pontos fortes. Dentre eles, apontamos nesse trabalho, a profundidade das reportagens, o detalhamento das descrições e a riqueza do levantamento histórico. Ao ler o texto de Arbex nos sentimos transportadas à Colônia, mesmo que no plano imaginativo, todos os nossos sentidos foram tocados pela descrição da autora. A cada linha lida conseguimos ver o local em explanação, ouvir os sons do meio, sentir o cheiro e o gosto desagradável que invadia nossa boca ao ler cada palavra. Sentimos até mesmo uma agonia na pele, ao pensarmos nos sofrimentos impostos a tantas pessoas que foram forçadamente internadas e obrigadas a ‘sobreviverem’ num lugar como a Colônia.

- O olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real

A obra de Eliane Brum, ‘O olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real’, apresentou-se sob o formato de livro-reportagem. O material foi publicado no ano de 2008, pela editora Globo. O livro pode ser encontrado, à venda, nas versões impressa e e-

book. Em minhas buscas na internet, não encontrei o livro na íntegra disponível gratuitamente.

O livro ‘O olho da rua’ é um compilado de 10 grandes reportagens produzidas por Brum, na primeira década do século XXI. A obra apresentou uma travessia pelo Brasil sob o ponto de vista da autora. Além da revelação de vários Brasis, Brum também mostrou nessa obra a história dentro da história, ao narrar os bastidores a partir dos dilemas, das descobertas e também das dificuldades vividas pelo repórter disposto a se questionar sobre o seu próprio trabalho.

O livro-reportagem de Brum foi dividido em 10 capítulos, quais sejam: ‘A floresta das parteiras’; ‘A guerra do começo do mundo’; ‘A casa de velhos’; ‘O homem-estatística’ ‘O povo do meio’; ‘Expectativa de vida: vinte anos’; ‘Coração de ouro’; ‘Um país chamado Brasilândia’; ‘O inimigo sou eu’ e ‘Vida até o fim’.

A reportagem ‘A floresta das parteiras’, retratou a história das parteiras mais antigas do Brasil, residentes no Estado do Amapá. O capítulo ‘A guerra do começo do mundo’ apresentou a disputa por terra entre indígenas e extrativistas no norte do país. A matéria ‘A casa dos velhos’ contou sobre pessoas idosas que foram levadas a morar em casas de repouso, algumas por necessidade, outras por abandono e uma pequena parte por escolha própria. A narrativa ‘O homem estatística’ trouxe a história de um homem que viveu o desemprego, a narração é construída pelo ponto de vista do personagem. ‘O povo do meio’ retratou um grupo de pessoas que disputam por uma terra, o espaço em questão localiza-se entre dois rios.

O texto ‘Expectativa de vida: vinte anos’ foi sobre a vida de um menino que sobreviveu ao envolvimento com o tráfico. Em mais uma reportagem na Amazônia, Brum contou na reportagem ‘Coração de ouro’ a realidade dos garimpeiros e do senhor do garimpo. Na reportagem ‘Um país chamado Brasilândia’, Brum retratou seu período de vivência de uma semana no bairro Brasilândia, na zona norte de São Paulo. Diferente das demais, a matéria ‘O inimigo sou eu’ foi o único relato narrado em primeira pessoa. Neste texto, Brum conta sua experiência de vivenciar o ritual budista de vipassana, no qual a pessoa passa dez dias, doze horas por dia, sentada na mesma posição meditando. O último capítulo, ‘Vida até o fim’, ancorado e norteado pelos conceitos da enfermagem de cuidados paliativos, apresentou a descrição do acompanhamento, pela autora, dos últimos dias da doença de Ailce de Oliveira Souza.

Através de uma leitura superficial do livro, destacamos como pontos fortes a diversidade dos personagens, o trabalho de pesquisa e a vivência da autora com seus

personagens, bem como o texto de Brum. A autora retratou em suas reportagens a história de pessoas de vários lugares do Brasil, imersas em distintos contextos e situações, que vão desde a narração de parteiras a descrição de guerras por terras. Distante de pesquisas frias e longínquas, Brum foi o próprio o olho da rua, a autora esteve em contato direto e constante com seus personagens, viveu suas realidades e se colocou em seus lugares de vivência e narração histórica. Para além disso, o texto de Brum foi rico em detalhes, profundo nas descrições e as palavras do livro retrataram as vivências da autora. Não encontramos pontos fracos a serem destacados nesta análise de similares.

**ANEXO – LIVRO REPORTAGEM / DESLIGADOS: HISTÓRIAS DE PESSOAS QUE
VIVERAM A DESINSTITUCIONALIZAÇÃO POR MAIORIDADE**

Disponível no documento que segue abaixo.



< DESLIGADOS >

HISTÓRIAS DE PESSOAS QUE VIVERAM A
DESINSTITUCIONALIZAÇÃO POR MAIORIDADE

Giovana Silveira Santos, 2019
Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação
Programa de Pós Graduação em
Tecnologias, Comunicação e Educação

Reportagem:
Giovana Silveira Santos

Orientação:
Ana Spannenberg

Projeto gráfico:
Giovana Silveira Santos

Ilustração da página 8:
Freepik

Demais Ilustrações:
Rodrigo Oliveira

SUMÁRIO

< ABRINDO AS PORTAS	10	< BÁRBARA - OPÇÃO PELO ACOLHIMENTO	82
< DA INFÂNCIA INDESEJADA À PROTEÇÃO	12	AS ACUSAÇÕES	83
COLÔNIA: EXPOSTAS AO DESCONHECIDO	13	O REENCONTRO	88
REPÚBLICA: MOLDAR PARA SALVAR A PÁTRIA	18	NOVOS ENGANOS	90
NOVA REPÚBLICA: DIREITO À DIGNIDADE	24	SALVA DA MORTE	91
		NOVA MORADA	94
		A SAÍDA DO ABRIGO	98
< HAYDÉE - DESLIGADA AOS 51 ANOS	28	< RELIGANDO SENTIDOS	104
ROMPENDO LAÇOS	30		
O EDUCANDÁRIO VIROU CASA	36	< NOTAS	108
CRESCIMENTO DA FAMÍLIA	46		
MEMÓRIAS ILUSTRES	49	< REFERÊNCIAS	111
O VOO DOS FILHOS	52		
RECOMEÇAR UM CICLO	53		
RELAÇÕES QUE NÃO SE ROMPEM	56		
< SAULO - SAUDADES DO ORFANATO	58		
A SEPARAÇÃO	60		
O ORFANATO FAVORITO	61		
MENTIRA TEM PERNA CURTA	65		
RUPTURAS INESPERADAS	68		
PASSOS NO INCERTO	72		
REFAZENDO LAÇOS	73		
RECOMEÇOS	77		
A NOVA FAMÍLIA	78		

ABRINDO AS
PORTAS

Ao longo da história do Brasil, inúmeras crianças e adolescentes passaram pela experiência de morarem em instituições de acolhimento, por motivos diversos. Também por razões incontáveis, muitos desses não retornaram para suas famílias naturais ou foram inseridos em famílias substitutas, através da adoção. De acordo com as legislações de cada período histórico, jovens viveram e ainda vivem em abrigos até completarem a idade máxima estipulada para sua permanência. Dado esse tempo, são desligados da instituição, sem chances de retorno.

O desligamento institucional por maioria e a ruptura dos sujeitos com as instituições em que residiram são os fios condutores das narrativas que compõem esse livro. A obra apresenta perfis jornalísticos de pessoas que passaram por essa desinstitucionalização em diferentes períodos históricos do nosso país. Os sujeitos perfilados são: Haydée, Saulo e Bárbara (nome fictício). Cada um deles conheceu um cenário de institucionalização. A compreensão desses contextos está inexoravelmente ligada ao entendimento da história da prática de institucionalizar crianças e adolescentes no Brasil.

DA INFÂNCIA INDESEJADA À PROTEÇÃO

◀ HISTÓRICO DA
INSTITUCIONALIZAÇÃO NO BRASIL ▶

DA INFÂNCIA INDESEJADA À PROTEÇÃO >

COLÔNIA E IMPÉRIO

EXPOSTAS AO DESCONHECIDO >

A prática de abrigar crianças e adolescentes não é recente, desde o período colonial essa medida já era opção para algumas famílias. A princípio, o acolhimento foi feito pelos padres Jesuítas, em locais que tinham objetivo educacional e foram implementados por meio de escolas elementares (ensino da escrita e leitura) para crianças pequenas das aldeias e vilarejos. Para as crianças e jovens de famílias mais abastadas, ainda foi oferecida formação de religiosos e instrução superior¹. À época, as escolas eram poucas e distantes entre si, por isso as crianças eram enviadas para morarem nos colégios em que estudavam, o que é um dos germes do internamento no Brasil. Assim, no contexto da Colônia, essa prática se tornou aceitável para fins de estudo, a partir do século XVII². Até as famílias mais ricas enviavam seus filhos para serem educados em grandes orfanatos.

Ainda no Brasil Colônia foi iniciado também o acolhimento de crianças cuja pobreza dos pais impedia o sustento dos filhos. Nas mesmas casas de abrigamento com objetivo educacional havia, pelo menos, uma mulher livre ou escrava em condições de amamentar as crianças dependentes do leite materno e deveria haver recursos para sustentar também os bebês maiores³. Desde aquele tempo a pobreza já era causa de separação entre os filhos e os pais.

Órfãos e abandonados viviam outra realidade de separação. Chamadas de enjeitadas ou expostas, termos que representavam as principais formas pelas quais se davam os

abandonos⁴, foram incluídas nas Ordenações do Reino em 1603, quando se estabeleceu que as Câmaras ou Hospitais deviam assumir a responsabilidade do cuidado à essas crianças. Essa determinação, no entanto, somente passou a ser executada a partir do ano de 1694.

As Santas Casas de Misericórdia, uma herança portuguesa no Brasil, também passaram a realizar o acolhimento de crianças órfãs e abandonadas, inicialmente feito pelas Câmara ou Hospitais. Essas casas eram mantidas predominantemente por doações individuais e coletivas provenientes da população⁵ e, para isso, foi adotada a roda, objeto que se constituía numa caixa cilíndrica que girava sobre um eixo vertical. Os alimentos, remédios e mensagens eram depositados nas rodas que, ao serem giradas, levavam a doação para o interior das Santas Casas mantendo o doador no anonimato.

Essas rodas, que a princípio foram usadas para arrecadação de ofertas, começaram a ser utilizadas pelas mães que depositavam seus bebês na confiança de que as freiras fariam aquilo que elas não podiam fazer pelas crianças: criá-las. Com o aumento do uso desse objeto pelas mães, foram criadas rodas destinadas especialmente para o recebimento de bebês. A primeira roda do mundo foi instalada em Roma, no ano de 1198, no Hospital do Espírito Santo. No Brasil, a primeira roda com esse fim foi instalada no ano de 1726, na Bahia. O sistema se espalhou pelo país e, assim, em 1738 foi implementada no Rio de Janeiro, em 1825 na cidade de São Paulo, em 1828 no município de Desterro - atual cidade de Florianópolis, no estado de Santa Catarina⁶.

“Grande parte das crianças deixadas nas rodas era

de filhos ilegítimos, também conhecidos como filhos do pecado, crianças de famílias pobres, mas principalmente, de crianças filhas de escravas”⁷. Nessas casas, o índice de mortalidade dos expostos chegava a sessenta por cento entre as crianças menores de um ano e, em alguns casos, os índices alcançavam noventa por cento dos acolhidos. As instituições de acolhimento dessa época foram consideradas locais de eliminação da infância indesejada.

A alimentação foi o principal fator para a mortalidade das crianças. O número elevado de bebês fez com que fosse necessário que as Santas Casas contratassem amas-de-leite e também enviassem as crianças para famílias criadeiras⁸. Quando não era possível encaminhar as crianças e o leite das amas era insuficiente, a amamentação dos bebês era completada com leite de vaca que, por não ser esterilizado, levava à um altíssimo número de mortes⁹.

Aquelas crianças que haviam sido enviadas para casas de famílias criadeiras e sobrevivido a essa primeira fase, ao completarem sete anos somente podiam permanecer na casa se a família permitisse. Devido a legislação da época, a adoção era praticamente impossível. Desse modo, essas crianças continuavam morando quase que de favor nas casas das mães criadeiras.

Aos sete anos, as crianças já eram consideradas praticamente adultas, por essa razão podiam ter o seu trabalho explorado de forma remunerada ou, simplesmente, em troca de casa e comida. A exploração do trabalho infantil, em muitas vezes, foi o pagamento pela alimentação e moradia nas casas das famílias criadeiras. Para oferecer alguma proteção diante da possibilidade do abuso das crianças, as autoridades portuguesas estabeleceram que os

“enjeitados ou expostos de pais mortos ficassem sujeitos aos juízes de órfãos, até que completassem 20 anos de idade, podendo ser encaminhados para as casas de acolhida, até que completassem dozes anos, bem como deviam fazer com que aprendessem algum ofício”¹⁰.

Somente após a independência, em 1834, foi promulgada a lei que determinou a responsabilidade das províncias brasileiras pela instrução primária, a Lei n.16 de 12/8/1834. A partir desta legislação, o governo imperial criou em todo o país as Companhias de Aprendizizes Marinheiros e Escolas/Companhias de Aprendizizes dos Arsenais de Guerra. Os Arsenais de Guerra eram destinados a receber meninos órfãos, já as Companhias de Aprendizizes de Marinheiros, que eram do tipo internato, recebiam meninos recolhidos nas ruas pela polícia.

Durante o período imperial essas instituições atuaram na “limpeza” das ruas brasileiras¹¹. Tanto que, “as Companhias de Aprendizizes Marinheiros, por exemplo, forneceram, entre 1840 e 1888 8.586 menores aptos para o serviço nos navios de guerra, contra 6.271 homens recrutados à força e 460 voluntários”¹².

O destino das meninas órfãs e desvalidas foi diferente daquele oferecido aos meninos. As órfãs pobres e filhas de legítimo casamento contaram com a proteção dos recolhimentos femininos, criados por religiosos. Às meninas indigentes, filhas naturais de mães pobres sem casamento legítimo, e órfãs desvalidas também lhes foram ofertados abrigos. No entanto, inicialmente, as irmandades criaram asilos para atendê-las separadamente das outras meninas, cujas origens eram diferentes.

Os abrigos assumiram o papel de pai na vida das

meninas, ofertando a elas os meios necessários para se manterem vivas até se casarem¹³. Desse modo, além da alimentação, a essas meninas eram dados educação para o lar, enxoval e dote, a fim de que pudessem reproduzir seu lugar na sociedade: o de esposa. Nessa época, acreditava-se que fora do asilo o lugar mais seguro para as mulheres era o casamento¹⁴. A proteção era exercida por meio de um regime de claustro que limitava o contato com o mundo exterior.

Mesmo tendo havido instituições de acolhimento no período imperial, os filhos de escravas, ingênuos (crianças nascidas livres pela Lei do Ventre Livre, de 1871) e as crianças indígenas nunca foram os alvos das intervenções institucionais religiosas, privadas ou governamentais¹⁵. O atendimento aos indígenas, em particular, somente foi instituído através de iniciativas pessoais de seus instruidores e não constituíram políticas sociais de assistência e educação. Os primeiros colégios indígenas apenas começaram a surgir depois do advento da República, no entanto, eram vinculados a missões religiosas instaladas em áreas ocupadas por comunidades indígenas.

O abandono das crianças e adolescentes foi o principal motivo para o acolhimento institucional no período colonial. A problemática das crianças abandonadas era diretamente ligada a manutenção dos valores da sociedade colonial e escravagista e da honra das famílias inspiradas na organização familiar burguesa¹⁶. A princípio, os pequenos eram deixados nas naves das Igrejas, próximo às casas de particulares e nas ruas¹⁷. Com o advento da roda dos expostos, o local da entrega se modificou e iniciou-se um processo paralelo de centralização do abandono das crianças

nas Santas Casas de Misericórdia. Já no período imperial, altera-se pouco a lógica do acolhimento, que apenas passa a ser ligado a uma atitude de ordem caritativa¹⁸.

REPÚBLICA

MOLDAR PARA SALVAR A PÁTRIA

A questão dos menores no Brasil foi tratada à luz do Código Criminal (1830) até o final do século XIX. A Proclamação da República, em 1889, modifica a visão que anteriormente se tinha a respeito da infância e juventude. Enquanto que “a grande questão do Império brasileiro repousou na ilustração do povo, sob a perspectiva da formação da força de trabalho, da colonização do país e da contenção das massas desvalidas, no período republicano a tônica centrou-se na identificação e no estudo das categorias necessitadas de proteção e reforma, visando ao melhor aparelhamento institucional capaz de salvar a infância brasileira no século XX”¹⁹.

Os interesses políticos do período foram os principais motivadores dessa modificação de sentimento em relação a infância e a juventude²⁰. Com a abolição da escravatura, o período pós-República foi marcado por um momento de crise, derivado do aumento das classes subalternizadas na formação da população brasileira. A mudança de regime político e a confirmação do Brasil como nação despertou a esperança de reforma no país, que começou a se realizar através de missões saneadoras e civilizatórias. Assim, a passagem da Monarquia para a República estabeleceu um marco no pensamento social sobre a infância no Brasil.

A legislação não mais relacionava as ideias de inocência e pureza relacionadas a essa faixa etária, crianças e adolescentes eram taxadas como perigosas e, assim, justificava-se necessário moldá-las²¹.

Esse processo de modelar as crianças foi considerado como meio de alcançar a nação desejada, através da redução dos riscos eminentes que elas representavam. Para “uma nação civilizada, que começava a se modernizar, era preciso ter um povo educado, trabalhador e amante da pátria, sem conflitos com os detentores de poder, docilmente submetido a um modo de existência que contribuísse com a ‘ordem’ e o ‘progresso’”²².

O Código Penal Republicano de 1890, instituído logo após a proclamação da República, legitimava tal visão. O objetivo desse conjunto de normas era manter a ordem e combater a vadiagem, a mendicância, a prostituição e o jogo. Como a maioria das crianças desvalidas dessa época estava associada à prática de vadiagem e delinquência, elas se tornaram alvo do Código. O problema da criança de rua tornou-se responsabilidade da polícia, que deteve o poder de corrigi-la e encaminha-la para instituições filantrópicas ou abrigos. Com o crescimento urbano e aumento dos problemas sociais, o Estado interveio com a criação e proliferação de internatos, incumbidos da missão de disciplinar, corrigir e inserir as crianças no mercado de trabalho²³.

Em 1927, em meio a esse contexto de industrialização e crise social, foi criado o primeiro Juízo de Menores do país e aprovado o Código de Menores, idealizado por Mello Matos²⁴. Inúmeras crianças e adolescentes foram institucionalizados à luz dessa legislação, inclusive a

primeira perfilada desse livro, Haydée.

O código de 1927 unificou as escassas determinações jurídicas a respeito da infância e juventude, bem como acolheu as práticas que já haviam sido adotadas, inclusive as ações utilizadas em outros países. Entre as principais mudanças, esse conjunto de normas: “a) instituiu o juízo privativo de menores; b) elevou para 14 anos de idade a irresponsabilidade criminal do menor; c) instituiu processo especial para infratores de 14 a 18 anos; d) atribuiu ao Juiz de Menores competência para legislar sobre o abandono de menores e anormais (sic) bem como sobre o pátrio poder e a imposição de normas e condutas aos pais e tutores; e) regulou o trabalho dos menores; criou um centro de observação dos menores e também uma Polícia Especial de Menores; definiu a competência dos comissários de vigilância e procurou criar um corpo de assistentes sociais denominados delegados de assistência e proteção, com participação de populares como voluntários e, finalmente, deu estrutura aos internatos do Juízo de Menores”²⁵.

A prática de internação de menores abandonados e delinquentes prevista pelo novo código atraiu especial atenção da imprensa. Reportagens e artigos em defesa do modelo de ação desse conjunto de normas foram produzidas em larga escala, conseqüentemente, contribuíram para aceitação e disseminação da nova legislação. A procura pelos internamentos aumentou de forma exponencial, principalmente pelas famílias de baixa renda e sem a figura do pai. Os internatos foram adotados por essa população como alternativa de educação para os filhos.

Outra novidade foi o estabelecimento de parâmetros de classificação das crianças desvalidas, das famílias

pobres e das situações que as envolviam. Pela lei foi formalmente determinado o termo ‘menor’ para designar aqueles que tinham menos de 21 anos e cujos pais não eram capaz de oferecer o sustento necessário. A pobreza foi considerada como ‘situação de irregularidade’, as famílias pobres como ‘desestruturadas’ e as condições concretas de vida das pessoas foram omitidas. Questões de caráter médico, psicológico ou culturais foram consideradas “situações de irregularidade”, tornando a internação como um meio de intervenção terapêutica, com vistas a cura e reabilitação das crianças e famílias para o convívio social aceito pela sociedade²⁶.

Em algum tempo, mesmo com as exaltações iniciais, o Código de 1927 começou a sofrer críticas. A insatisfação se deu principalmente em razão dos maus tratos que aconteciam às crianças internadas e pela incapacidade dessa lei de afastar os jovens da criminalidade e da marginalidade²⁷. Com a instauração do Estado Novo, no ano de 1937, aumentaram as ideologizações dos representantes do Estado quanto ao atendimento à infância e à juventude, a tal ponto que o Juiz Sabóia Lima chega a anunciar que a ameaça comunista estava associada às crianças²⁸. Assim, na ditadura Vargas a intervenção junto à infância tornou-se uma questão de defesa nacional.

Para garantir a proteção da nação, o governo Vargas centralizou a assistência às crianças através da criação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM)²⁹. O fracasso do sistema não tardou a chegar e os insucessos foram depositados sobre o menor e sua família. As carências das instituições e as dificuldades de viabilizar as propostas educacionais passaram a ser culpa do menor, considerado

como “incapaz”, “sub-normal de inteligência e afetividade” e super “agressivo”³⁰. Para a sociedade, o SAM foi visto como prisão para os menores desviados e escola do crime.

Também no Governo Vargas foi estabelecido outro tipo de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, os preventórios. Esses abrigos eram destinados a acolher os filhos indenes dos pais vítimas da hanseníase, pois, a doença havia se tornado um problema de dimensão grandiosa. Foi nesse contexto que Saulo, nosso segundo perfilado deste livro, viveu no Educandário Eunice Weaver. Filho de pais leprosos, ele e seus irmãos foram criados em um desses preventórios.

Em 1964 um “golpe-civil-militar” destituiu do poder o presidente João Goulart. Nesse mesmo ano, foi estabelecida a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM) executada pela Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM). As Fundações Estaduais do Bem-Estar (FEBEMs), que tinham a missão de prevenir e atuar contra a marginalização do menor e corrigi-lo quando necessário, são criadas nesse contexto, dirigidas pela FUNABEM. Para fugir do modelo dos SAMs, as instituições deviam centrar-se na autonomia financeira e administrativa, bem como rejeitar atuarem como “depósito de menores”³¹. O lema das instituições era valorizar a família e recorrer a internação como último recurso.

Crianças em situação de risco, por abandono, negligência, pobreza e crianças com histórico de envolvimento em práticas criminosas eram o foco das FEBEMs. O número de internamento para controle de crianças rebeldes, no entanto, era muito pequeno. Grande parte das famílias buscava as fundações como local seguro

para seus filhos crescerem, estudarem e se alimentarem. Os pais dominavam “a tecnologia do internamento”, ao interferirem, manipularem e adquirirem benefícios do sistema³². O interesse pelo internamento em razão da falta de recursos não impediu a disseminação do boato de que as famílias procuravam as fundações para ficarem livres da obrigação de criarem seus filhos.

A violência e a falta de proteção presentes no cotidiano do menor em situação irregular repetia-se nas FEBEMs. Mesmo tendo assumido o objetivo de se opor ao SAM, algumas pessoas acreditavam que as fundações transformavam os menores em marginais³³. Pois durante o período militar as práticas de atendimento ao menor foram predominantemente de cunho repressivo³⁴. Tal como nas práticas de assistência anteriores, a PNBEM auxiliou no reforço da ideia de que proteger a criança significava protegê-la da família, intensificando as representações negativas dos pais.

Em 1979, o governo ditatorial civil-militar promulga um novo Código de Menores que, assim como a lei de 1927, expôs uma vez mais as famílias pobres à intervenção do Estado³⁵. O conjunto de normas consolidou a distância existente entre a criança e adolescente por um lado e o “menor abandonado” e “delinquente” por outro³⁶. Na prática não houve mudança significativa na busca de solucionar os problemas existentes e criados pelo Código anterior. As determinações das novas normas somente validaram as práticas que estavam sendo adotadas à época³⁷.

NOVA REPÚBLICA

DIREITO À DIGNIDADE >

Somente na década de 1980, com a queda do regime militar e a redemocratização, as crianças e adolescentes passaram a alcançar direitos na sociedade brasileira, quando o país se abriu às decisões internacionais em termos de legislação para infância e juventude. O novo cenário político possibilitou mais visibilidade aos problemas relacionados aos internamentos de menores nos meios de comunicação e impulsionou o desenvolvimento de políticas públicas de assistência ao menor que apresentassem verdadeira eficácia³⁸.

A mudança legal inicia com a Constituição de 1988, chamada “Constituição Cidadã”, especificamente com o artigo 227. O artigo é composto de sete incisos que estabelecem a criança e o adolescente como prioridade absoluta e também compartilham entre a família, a sociedade e o Estado a responsabilidade pela garantia dos direitos desse grupo social. Outro avanço vem de fora: no ano de 1989, foi adotada pela Assembleia das Nações Unidas e ratificada pelo Brasil, em 1990, a Convenção sobre os Direitos das Crianças. Com base nessas duas mudanças de legislação foi promulgado, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O ECA substitui as práticas corretivas no atendimento ao menor por um novo paradigma jurídico, político e administrativo, cuja prioridade é a proteção integral de qualquer criança e adolescente³⁹. A essa proteção o Estatuto deu novos princípios, pelos quais as instituições devem abdicar de atendimentos com caráter assistencialista

e passarem a fornecer programas emancipatórios, que promovam a cidadania e a garantia de direitos das crianças e adolescentes⁴⁰.

A família também ganha uma nova perspectiva a partir do ECA, com maior importância no desenvolvimento das crianças e adolescentes. A participação da comunidade no processo de crescimento desse grupo social também é destaque. Assim, o direito à convivência familiar e comunitária estabeleceu-se como um dos pilares do ECA, por meio do qual precisa ser garantido o pleno desenvolvimento da infância. Tornou-se dever da família, da sociedade e do poder público a responsabilidade de garantir esses direitos às crianças e adolescentes.

A ideia de internação também foi alterada pelo ECA: o abrigo foi estabelecido com um atendimento de caráter provisório e excepcional de proteção para crianças e adolescentes em situações consideradas de risco pessoal e social; e a internação de adolescentes em instituições como medida socioeducativa de privação da liberdade⁴¹. O abrigamento foi considerado uma medida de proteção que somente deve ser aplicada em último caso. Esgotadas todas as alternativas, a criança que tiver sido encaminhada ao abrigo deve ser mantida de maneira provisória, de modo que seja priorizado o retorno à sua família de origem, ou, excepcionalmente, para uma família substituta o mais rápido possível⁴². Bárbara, a terceira e última perfilada deste livro, foi institucionalizada sob as determinações do ECA. É importante esclarecer que Bárbara é um nome fictício adotado para o tratamento da jovem no texto. Pois, quando entrevistada ela tinha menos de 18 anos, razão que levou ao estabelecimento de seu anonimato.

O novo marco legal reforça o direito à convivência familiar das crianças e adolescentes, por isso não devem ser mantidos esforços apenas no bem-estar institucional, mas também no reestabelecimento dos vínculos familiares⁴³. As famílias precisam ser encaminhadas para programas de auxílio que as possibilitem meios para permanência ou retorno da criança ou adolescente, dentro das condições necessárias de convivência. Embora sejam excepcionais e provisórios, os abrigos devem manter uma estrutura capaz de promover a convivência familiar e comunitária, se assemelhando ao máximo a uma família, principalmente no que se refere ao atendimento personalizado e individualizado para cada criança ou adolescente abrigado⁴⁴.

Com o ECA altera-se também as origens das crianças e adolescentes acolhidos em instituições, concentrando-se basicamente em três grupos⁴⁵. O primeiro grupo são de crianças órfãs e abandonadas, nos casos em que não tenham nenhum parente que possa se responsabilizar por sua criação. O segundo grupo é composto por crianças e adolescentes em 'situação de risco', em razão de casos de violência, crises familiares ou catástrofes que os impeçam de retornar às suas casas. Já, o terceiro grupo é formado por crianças e adolescentes em situação de pobreza. "Seja qual for a origem destas crianças, todas apresentam traços comuns, relatados em entrevistas: histórias marcadas pela descontinuidade de vínculos e trajetórias, por muitas mudanças e constantes rompimentos de seus elos afetivos, além de uma grande demanda por atenção e cuidados que poucas vezes é correspondido. Com frequência, a urgência de serem ouvidas e terem suas necessidades atendidas são os mais fortes elementos que surgem em suas falas." ⁴⁶

A nova legislação altera também as causas que as levam ao acolhimento de crianças e adolescentes, geralmente um conjunto delas⁴⁷. A pobreza unicamente, causa de inúmeras institucionalizações no passado, não consiste um motivo para perda ou suspensão do poder das famílias sobre os filhos. Atualmente, os motivos de abrigamento são vinculados à pobreza ligada à outras causas, como negligência, falta de higiene, alcoolismo, drogas, promiscuidade, mendicância e abandono escolar.

O abrigamento de adolescentes pode ser feito somente até o alcance da maioridade dos jovens. As leis presentes no ECA destinam-se aos indivíduos de zero a 18 anos e, ao completarem essa idade, os jovens não são mais protegidos pelo Estatuto. Aqueles que se encontram em instituições de acolhimento devem se retirar das mesmas ao completarem a maioridade e são algumas dessas histórias que iremos contar a partir de agora.

HAYDÉE

DESLIGADA AOS 51 ANOS

< “Eu falo que os meus *parentes* são os *meninos* que eu criei. Assim foi a minha *vida*. Estou hoje com 80 anos, graças a Deus.” >

“**N**ossa mãe, quando eu saí foi difícil. Eles vinham muito aqui em casa, choravam. Mas, depois eles viram que não tinha jeito mesmo. Foi uma história, foi uma vida. Eu fui para o lar Eunice Weaver com oito anos, com quinze assumi o cuidado dos meninos no Educandário, casei com 22 e saí com 51 anos”, conta Dona Haydée.

Haydée viveu no Educandário Eunice Weaver por 37 anos. O desligamento tardio, embaralhado a sua história, concretizou uma dura ruptura. Com mais de meio século de vida, ela e seu esposo, Eurípedes, foram obrigados a recomeçarem. “Quando nós saímos eu chorei muito e os meninos choraram muito. Eu não dormia”.

Dona Haydée é filha e sobrinha de mulheres vitimadas pela hanseníase. “Eu não lembro da minha mãe de jeito nenhum. Lembro só da minha tia.” Sua mãe foi levada para tratamento em uma colônia quando ela ainda era muito pequena. Desde então, Haydée e suas outras duas irmãs, Maria, a mais velha, e Lazara, a caçula das três, ficaram aos cuidados da tia e do pai. Culpe-se o destino, a sorte ou a falta dela, mas, o fato é que, alguns anos após o isolamento obrigatório de sua mãe, sua tia adoecida pela hanseníase também foi retirada de seu convívio. Sem condições de criar três filhas pequenas, seu pai, Ananias, as levou para o Lar Eunice Weaver, localizado em Uberaba, Minas Gerais.

Anos mais tarde, as meninas foram encaminhadas para o Educandário Eunice Weaver, no município mineiro de Araguari. Lá, Haydée, aos 15 anos de idade, se tornou responsável pelo cuidado de todos os internos. Convertido em oportunidade de trabalho, seu desligamento institucional foi adiado por algumas décadas. Até que aconteceu. “Eles

acharam que eu mais o Eurípedes estávamos velhos para cuidarmos dos meninos no Educandário, mudou de diretoria e a gente se machucou muito com isso. Eles fizeram pouco caso da gente. Eu tenho saudade.”

ROMPENDO LAÇOS >

Lado a lado com a humanidade há séculos, no Brasil a hanseníase se tornou um problema de dimensões grandiosas. A princípio, a prevenção da doença foi feita de modo caritativo e filantrópico. A partir dos anos de 1930, com a tomada do poder por Getúlio Vargas e a centralização autoritária que aconteceu em torno do Governo Federal, começaram-se a planejar ações nacionais. Assim, em 1933 foi realizada a ‘Conferência para a Uniformização da Campanha Contra a Lepra’. O objetivo era discutir a doença em âmbito maior que o estadual e decidir os caminhos que deveriam ser tomados para realização da fiscalização e controle¹.

As posturas estatais para enfretamento da hanseníase no Brasil se concretizaram no tripé-institucional: asilos colônias – para isolar os doentes –, dispensários – que objetivavam vigiar os parentes que haviam convivido com o doente isolado – e preventórios – que deveriam acolher os filhos saudáveis dos pais leprosos, que perdiam a guarda de sua prole em razão da doença².

Em meio a esse contexto, Haydée viu sua família se esfacular de modo irreparável. O isolamento da mãe, Brasilina, primeira vítima da hanseníase em sua casa, era um fato consumado quando a menina alcançou idade suficiente para compreendê-lo. Já o internamento forçado de sua tia,

Dulce, foi situação inesquecível para pequena Haydée, com apenas sete anos de idade.

“Primeiro chegou um caminhão grande, e eu estava na porta da casa da minha tia. O ano era 1945. Vieram o motorista e o soldado. Desceram do caminhão e falaram: ‘donas estamos procurando a dona Dulce, as senhoras podem me informar quem é?’ A madrinha ficou caladinha, só respondeu que não sabia. Eles perguntaram para as outras mulheres e elas apontaram para a minha tia. O soldado respondeu: ‘estou com um intimado aqui para levar a senhora para a colônia para tratar’. A madrinha disse: ‘eu não vou. Quem vai cuidar das minhas filhas?’”, recorda Dona Haydée.

As cenas que se seguiram a essa identificação parecem frescas na memória, mesmo 70 anos depois do ocorrido. “O soldado disse: ‘a senhora tem que ir. A madrinha falou: ‘pelo amor de Deus como que eu vou deixar as minhas filhas? O soldado respondeu: ‘a senhora tem que ir e não pode demorar porque eu tenho que pegar mais pessoas. Eu comecei a chorar e agarrei as pernas da madrinha. O soldado disse: ‘a senhora só vai lá dentro joga algumas coisas numa sacola e vamos embora.’ A madrinha



foi. Ela tinha um pé aleijadinho, lembro que levou um tombo e foi manquitolando. Eles foram empurrando a madrinha na escada. Quando chegou lá em cima, empurraram e ela caiu lá dentro do caminhão. Nós ficamos chorando muito e ela falando tchau. De dentro do caminhão minha madrinha falava para as mulheres: ‘cuida das minhas filhas direitinho, quando eu voltar eu cuido delas’. Ela foi lá para a Colônia. Morreu e nunca mais vimos.”

Ao relembrar o fato, o olhar de Dona Haydée fica distante, logo se inunda de lágrimas. Suas mãos gesticulam cada detalhe do relato, numa tentativa de ilustrar a situação. Após o êxtase das emoções, ela faz uma análise crítica. “Eu penso que naquele tempo a gente era muito bobo, tínhamos que ter filmado o que o soldado fez com a minha madrinha para mostrar como eles maltratavam. Não foi só eu que passei por essa situação, todos que foram levados a colônia passaram.”

Com o isolamento obrigatório da tia, Haydée e suas irmãs ficaram sob os cuidados do pai. Do pequeno núcleo familiar, ela se recorda com carinho o modo como, com suas irmãs, tentava manter vivas as lembranças da mãe e da tia. “Papai chegava da roça com o chapéu na cabeça, a botina suja, eu sentava numa perna e a minha irmã na outra, passávamos a mão na cabeça dele e falávamos: ‘papai, o senhor não vai casar outra vez. Se o senhor arrumar outra mulher nós vamos fugir de casa’. Ele falava: ‘Não. O papai não vai fazer isso. O papai ama vocês’”.

A nova estrutura familiar de Haydée não se ajustou à realidade. “A gente era muito pobre. O papai ia para a roça trabalhar, era uma peleja. Nós ainda não dávamos conta de fazer as comidas. Foi muito triste.” Dos amigos vieram

conselhos para solucionar a questão, de um modo que beneficiasse as crianças: “algumas pessoas falaram para ele ‘Ananias, põe as suas filhas no Lar Eunice Weaver. Não tem jeito de você trabalhar e dar assistência para as suas filhas’”.

Após tentativas insistentes de manter a família unida, o pai de Haydée tomou uma decisão. “Ele nos levou para o ‘Lar Eunice Weaver’, que ficava em Uberaba. A gente quase nem teve mais contato com nossos familiares.” Aos oito anos de idade, depois ter visto sua família ser desmontada parte por parte, Haydée conheceu pela primeira vez uma instituição de acolhimento. A entrada na casa aconteceu no ano de 1946. No lar Eunice Weaver, ela e as irmãs permaneceram aproximadamente seis anos. Nesse tempo, sua rotina de atividades não se diferenciou muito da qual estava habituada. “Lá a gente cozinhava, lavava, passava as roupas dos meninos mais novos. Depois trocava de serviço.” Os estudos eram regras da casa, assim, no período em que estive no Lar, Haydée prosseguiu sua educação escolar.

Da mãe e da tia, ela nunca mais teve notícias. Acredita que hoje, pelo tempo passado, ambas já tenham falecido. Do pai ela também não se despediu. Após alguns anos que ela e suas irmãs entraram no lar, o pai adoeceu e faleceu. As meninas foram avisadas da morte, no entanto, os diretores não permitiram que elas participassem do velório. “O pessoal da diretoria falou que a gente ia ficar muito triste e com essa situação na cabeça, então não fomos.”. Hoje, a família brutalmente separada, se mantém viva apenas nas memórias.

Enquanto Haydée, suas irmãs e mais outras 33 crianças estavam abrigadas no Lar Eunice Weaver, em Uberaba, há alguns quilômetros de lá estava sendo construído o

< “Eles foram empurrando a *madrinha* na escada. Quando chegou lá em cima, empurraram e ela caiu lá dentro do *caminhão*. Nós ficamos *chorando* muito e ela falando tchau. De dentro do caminhão minha madrinha *falava* para as mulheres: ‘*cuida* das minhas filhas direitinho, quando eu voltar eu cuido delas’. Ela foi lá para a Colônia. Morreu e *nunca* mais vimos” >

Educandário, na cidade de Araguari. O Educandário Eunice Weaver foi um dos mais de 30 preventórios estabelecidos no país para receber os filhos indenes de pais leprosos. Essas instituições eram construídas por meio de campanhas de arrecadação de verbas e de acordos estabelecidos entre o Ministério da Educação e Saúde (MES), a Federação das Sociedades de Assistências aos Lázaros (FSAL) e a Defesa Contra a Lepra (DCL)³.

A FSAL era especializada na prática preventorial no Brasil e cuidou da fundação de muitos preventórios no país, incluindo aquele no qual Dona Haydée viveu. O Educandário Eunice Weaver foi erguido na Fazenda ‘Retiro Velho’, tinha capacidade para abrigar 800 crianças e foi inaugurado no ano de 1948⁴. “Eu fui para o Educandário no dia oito de novembro de 1952, com 14 anos”. Apesar de ter sido levada para o local quatro anos após sua inauguração, Dona Haydée conta que a instituição não estava completamente finalizada quando chegaram.

Os primeiros internos do Educandário totalizavam 20 crianças e adolescentes, incluindo Haydée e suas irmãs. O trajeto até a nova morada foi feito de trem. Embora a viagem tenha sido animada, a chegada e adaptação ao Educandário tiveram outros sentidos. Ao se mudar para o Educandário, ela saiu de sua terra Natal, que é Uberaba. A conexão que ainda restava com o local no qual havia nascido e crescido com sua família, foi rompida de uma vez por todas. Mesmo já estando institucionalizada há seis anos, a mudança representou uma nova ruptura e recomeço.

“Eu chorava querendo ir embora, batia a minha cabeça na parede e dizia que iria ficar sem comer para morrer.” As justificativas e incentivos para permanência

de Haydée giravam em torno da crença e da definição nacional de que os preventórios eram os melhores lugares para as crianças que não haviam contraído hanseníases de seus pais e, portanto, ainda estavam saudáveis. “Naquela choradeira danada o pessoal da diretoria reuniu para falar comigo e me dar conselhos. Falaram que eu não tinha pai e nem mãe, precisava ficar lá, que seria muito bom para mim, que eu poderia estudar, teria hora para tomar banho e iria ter hora para tudo.”

A chegada de Haydée também foi marcada pelo desprezo à sua dignidade. “Eu não me esqueço desse detalhe, cada um chegou com a sua malinha e eles levavam a gente na rouparia. Pegavam um paletó, mediam no ombro e diziam se estava bom, o mesmo faziam com o vestido. Também pegaram uma calçola e mediram em mim. Eu vestia e a calçola caía. Estava chorando e peladinha quando falei: ‘esse trem não me serve, não quero isso’. A mulher me respondeu: ‘serve sim, não temos outra’. Fui enrolando a calçola e, quando dei um passo, ela caiu. Eu falei de novo: ‘não quero esse trem aqui, isso não serve em mim’. A mulher me disse: ‘você vai ficar é com essa’. Eu chorava de soluçar, fiquei com a calça até a hora de tomar banho.”

O EDUCANDÁRIO VIROU CASA >

Debutante, palavra que vem da língua francesa: ‘début’ significa estreia, início ou começo. Tradição na Europa, os bailes de debutantes eram utilizados para mostrar à sociedade e aos pretendentes que a jovem havia crescido e estava pronta para estreitar uma nova fase de sua vida, como esposa e mãe. Com a colonização europeia, esse costume adentrou

nosso país. No Brasil, consideram debutantes as jovens que possuem 15 anos⁵. Haydée, não teve baile de apresentação ou qualquer outra formalidade desse tipo. No entanto, viveu de um modo visceral esse período de estreia na vida adulta. Aos 15 anos de idade ela foi convidada pela diretoria do Educandário para assumir o posto de responsável por todos os internos. Em tão tenra idade, debutou em sua nova fase cumprindo um dos papéis sociais mais importantes: a maternidade.



Até o momento em que recebeu o convite para se tornar responsável pelos internos, essa atividade havia sido realizada por outras pessoas. Em meio a risos, Dona Haydée relembra as duas últimas funcionárias que lhe antecederam na função. “Vieram duas mulheres de São Paulo, mas elas não ficaram nem um mês. Eram muito bonitas, maquiadas, até parece que estou vendo elas andando dentro do Educandário.”

A postura com a qual essas mulheres trataram os meninos foi muito diferente daquela que eles estavam acostumados. Esse foi um dos empecilhos para a permanência delas no Educandário. Desse episódio, Dona Haydée acha muita graça e ri incontrolavelmente. “Elas escreviam bilhetinhos de advertência e colocavam na mesa de refeição dos internos. Os meninos os esfregavam no bumbum e jogavam no chão. Quando elas voltavam perguntavam quem tinha feito aquilo, mas ninguém dedava. Os meninos tinham uma mania de pegar alguns espinhos e espetavam na bunda do outro só para fazer bagunça. Às vezes eu até via quem tinha feito, mas eram elas que estavam olhando.” Desse comportamento das crianças, as mulheres concluíram que elas eram muito mal-educadas, além da conta que elas suportavam.

A omissão do cumprimento de algumas tarefas, por parte dessas ex-funcionárias, foi outra razão pela qual deixaram o Educandário. “Aqueles mulheres não iam depenar galinhas. Lá tinha uma geladeira enorme, parecia frigorífico, para poder guardar os frangos e os porcos quando matávamos. Você acha que elas iam lavar tripa de porco para fazer linguiça e iam mexer com carne e fazer torresmo? Nada. Tudo eu que enfrentava

com os meninos e eles ajudavam.”

Com a saída definitiva das funcionárias, Haydée foi chamada para uma reunião com a diretoria. Na ocasião, a convidaram para uma tentativa de assumir a responsabilidade do cuidado de todos os internos. “Eu respondi: ‘tenho medo de não dar conta, medo deles fugirem, brigarem. Tenho só 15 anos e isso é muita responsabilidade’”. A presidente do Educandário, Dona Olga Daher, insistiu com Haydée e, para persuadi-la, convocou uma reunião com todos os internos.

O objetivo desse encontro foi verificar a opinião dos meninos em relação ao cargo que haviam oferecido a Haydée, bem como certificar de que eles iriam obedecer aos encaminhamentos dela. “Colocaram todas as crianças no salão, perguntaram o que eles achavam. Eles estavam todos assentados, de repente levantaram e começaram a dizer: ‘Vamos obedecer. Queremos a tia Idê’. Tudo o que os diretores perguntavam sobre obediência eles confirmavam que iam fazer.” Com esse compromisso firmado, a jovem decidiu tentar assumir o posto que lhe ofereceram. Após essa decisão, decorreram mais de 40 anos de serviço ao Educandário Eunice Weaver e as milhares de crianças que passaram pelos seus cuidados. “Deus me ajudou, fui pelejando e deu certo”, sintetiza. O preventório, que era morada passageira, tornou-se o lar no qual passou quase metade de sua vida.

Ao aceitar o posto, Haydée não teve mais tempo para estudar. Conseguiu manter-se na escola apenas até a quinta-série, do ensino fundamental. Uma das justificativas apresentadas para permanecer no Educandário, assim que ela chegou como interna, foi a chance de estudar. No entanto, esse motivo lhe foi arrancado pelas mesmas pessoas que o

ofereceram. Para Haydée, a educação sempre foi de vital importância, tanto que ela ressalta esse posicionamento em vários momentos de nossa conversa. Quase como resposta a oportunidade que lhe foi negada, a jovem fez máxima questão de proporcionar essa chance aos demais internos. Ainda mais, procurou acompanhar o andamento escolar de cada um dos meninos do Educandário. “Lá tinha uma sala enorme, onde eu ficava olhando os boletins deles e verificando as tarefas escolares. Tinha um caderno que anotava as notas de todos eles, quem tirava nota ruim ficava de castigo. Eu ficava até onze e meia, meia noite olhando os cadernos e assinando boletim de um por um.”

A mesma organização que dedicava à vida escolar dos internos, Haydée aplicou na manutenção do Educandário. “Para dormir, os meninos tinham que colocar o pijaminha e as meninas a camisolinha.” Ao acordarem, a rotina dos internos era rígida, inquestionável e semelhante para todos. “Cada um tinha que arrumar sua cama e, se não arrumasse direito, eu ia ao quarto, revirava tudo e fazia arrumar de novo. Tinha que virar o colchão todos os dias e acertá-lo.” Após a arrumação dos quartos, vinha a higiene pessoal obrigatória: “escovar os dentes, pentear o cabelo, colocar o uniforme escolar ou de trabalho na lavoura e calçar os sapatos”.

Em pequenos detalhes Haydée buscou retomar um pouco do tratamento individual que era perdido ao adentrar o Educandário. Orgulhosa, conta que ajustava o que fosse preciso para que cada interno tivesse seus próprios objetos de higiene pessoal. “No banheiro tinha uma peça bonita, nela tinha o suporte para colocar a toalha de banho e de rosto, a saboneteira e o copinho para guardar a escova de

< “Eu respondi: ‘tenho *medo* de não dar conta, medo deles fugirem, brigarem. Tenho só 15 anos e isso é muita *responsabilidade*’” >

dente. Cada um tinha esse suporte com o seu nome escrito nele. Todo mundo tinha a sua toalha numerada. Cada um tinha que usar a sua toalha.”

A vestimenta dos internos também foi questão com a qual Haydée dedicou-se devotamente. Do trauma gerado pela brutalidade com que foi forçada a vestir roupas que não lhe serviam ao chegar, ela conduziu o tratamento que ofereceu aos recém-institucionalizados. “Todas as vezes que chegavam internos no Educandário eu levava eles na rouparia, lembrava do que eu tinha passado e fazia de tudo para não acontecer o mesmo com eles. Todos ficavam peladinhos e eu apertava a roupa, até ficarem certas. Nunca deixei nenhum menino com a roupa despencada.” Ela se empenhava em doar, para cada um, roupas de passeios, de missa e de trabalho. Todos ganhavam pelo menos um paletó de roupa para ocasiões especiais. O Educandário não tinha um uniforme específico, assim, a única roupa padronizada era a que utilizavam para o manejo com a lavoura. “O macacão era longo ou até o joelho e tinha gola esporte”, recorda.

Após o cumprimento minucioso e perfeito das tarefas matinais, os internos eram liberados para o café da manhã. Logo, para o início das demais atividades diárias, que alternavam entre estudos escolares e prática de ofícios no Educandário. De um modo especial, Haydée se concentrou no ensino e administração das tarefas realizadas pelas internas. “Lá as meninas tinham a hora de ir para a sala de trabalho. Eu passava atividades para elas. Tinham pijaminhas para fazer, lençol para embanhar, fronha e toalha de mesa. Tinham 13 máquinas.” Além desse cuidado com as atividades das meninas, a jovem também procurou

partilhar a maior quantidade possível de ensinamentos, de um modo que beneficiasse a todos. “Eu ensinava a fazerem de tudo, rindo ou chorando, tinham que fazer. E eles não têm vergonha de fazer nada disso.”

Tanto compartilhou conhecimentos sem distinções ou acepções, que até mesmo ousou na reestruturação dos responsáveis pela cozinha do Educandário. Certa vez, ao caminhar pela instituição, mostrando-a a um casal paulista que estava em visita, Haydée viu quando a cozinheira não lavou corretamente as folhas de alface. Ao questioná-la sobre o motivo pelo qual havia agido de maneira não higiênica, a cozinheira negou ter feito o que ela disse. Sem entrarem em acordos e em meio a tal desavença, a funcionária pediu demissão a Haydée. “Fiquei pensando: ‘meu Deus como é que eu faço agora?’” Foi então que ela teve uma ideia para resolver a situação da ausência de cozinheira. “Chamei aqueles que estavam sempre ao meu lado e perguntei o que achavam de colocá-los na cozinha para aprenderem a fazer um arroz, uma carne. Propus que a comida que estivesse mais gostosa eu ia dar um premiozinho.” Dessa proposta, ela nunca se arrependeu, a comida melhorou de tal modo que todos passaram a ser premiados.

Graças aos ensinamentos de Haydée sobre culinária e seu acompanhamento diário, nenhum interno conheceu a fome enquanto esteve no Educandário. “Tinham épocas que não mandavam dinheiro, nós não ficávamos sem comida, mas era difícil. Ainda bem que a gente fazia rapadura, melado, tinha o pomar e plantava cebolinha e salsinha”. Uma parte dos recursos financeiros que mantinham os Educandários era proveniente das subvenções governamentais recebidas. As outras partes eram oriundas de contribuições particulares,

< “Todas as vezes que chegavam *internos* no Educandário eu levava eles na rouparia, *lembrava* do que eu tinha passado e fazia de tudo para não *acontecer* o mesmo com eles” >

com a promoção de festividades, renda de sócios, doações de empresas ou particular, entre outros⁶.

Além dessas fontes, a partir de 1952, anualmente, os Educandários recebiam uma ajuda financeira vinda de recursos obtidos dos selos vendidos na última semana de novembro de cada ano. Essa semana ficou conhecida como ‘Semana de Combate à Lepra’ e os selos circularam no Brasil até 1994. Essa forma de arrecadação foi uma estratégia criada para driblar os empecilhos que surgiram ao pedido de um auxílio financeiro anual, feito por Dona Eunice Weaver, presidente da FSAL. Os selos funcionaram como uma sobretaxa obrigatória, que foi cobrada em todas as correspondências brasileiras postadas nessa semana de novembro⁷.

Mesmo nos tempos de penúria, nada atrapalhou Haydée de buscar oferecer um lar decente para cada um dos meninos e meninas. “Quando não tinha sapateira, porque tudo era complicado, eu pegava latas de 18 litros, mandava lavarem bem lavadas, colocava uma lata de cá e outra de lá, punha a tábua em cima, forrava com um jornal ou um plástico e fazia uma prateleira.”

Estratégias para o mantimento dos educandários também foram tomadas por Carmencita Gibson Barbosa, presidente que assumiu os cuidados da Federação das Sociedades Eunice Weaver (FSEW) - antiga FSAL - depois da morte de Eunice Weaver, em 1969. As atitudes foram necessárias em razão de uma crise econômica e política que atingiu os preventórios, e fez com que os recursos financeiros que os custeavam comesçassem a faltar severamente após os anos de 1969. A fim de evitar o fechamento desses locais e garantir a ajuda governamental, Barbosa modificou, na

década de 1970, as diretrizes dos educandários. Essas instituições se tornaram uma rede de orfanatos geral, permitindo o ingresso de outras crianças que não fossem os filhos são dos pais vítimas de hanseníase⁸.

Em seguida, ainda tendo em vista o mantimento dos Educandários, no ano de 1978, a Federação das Sociedades de Defesa Contra a Lepra (FSDCL), firmou um convênio com a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Com essa parceria, o perfil dos internos do Educandário sofreu uma grande mudança, de modo que a maior parte deles passou a ser oriunda de triagens feitas pela FUNABEM e somente um pequeno número eram filhos indenes de pais leprosos⁹.

CRESCIMENTO DA FAMÍLIA >

Dona Haydée viu sua família passar duras e significativas mudanças em curtos períodos de tempo. Perdeu sua mãe, sua tia, seu pai, mudou-se de casa duas vezes com suas irmãs e saiu de sua terra natal. Ao se estabilizar no Educandário, viveu ainda mais uma experiência transformadora e inesperada. Uma vez elevada ao posto de responsável pelos internos, desenvolveu um sentimento maternal por cada um daqueles que acompanhou. “Falo para todo mundo que os meus parentes são os meninos que eu criei”. Até então, Haydée foi espectadora das mudanças que, direta ou indiretamente, impuseram a sua estrutura familiar. Essa situação, no entanto, mudou.

“Eu e o Eurípedes começamos a namorar, mas de longe, só olhando um para o outro.” O jovem pretendente, que se tornou marido, foi criado pela presidente do

Educandário, Dona Olga Daher. “Ele morava na casa dela. O povo tinha uns meninos que acompanhavam as mulheres para carregar cestas de verduras, ele fazia esse tipo de serviço, também tomava conta do jardim.” Apesar de morar na casa de sua patroa, Eurípedes tinha família e uma casa para a qual voltava frequentemente. Órfão de pai, contava ainda com sua mãe e seu irmão.

A mocidade do jovem casal, no começo, foi uma grande barreira para o romance. À época em que se conheceram, Haydée estava com 15 anos de idade e Eurípedes com 18. “A dona Olga não queria que a gente namorasse porque dizia que nós éramos muito novos e ainda estávamos fedendo à fralda.” No auge das atitudes para impedir o namoro, Dona Olga chegou ao ponto de delegar a Dona Iracema, funcionária do Educandário, a missão de vigiar todos os passos do casal. Se até aquele momento Haydée não pôde lutar para conseguir o que realmente desejava, desse sentimento ela não desistiu. No amor por Eurípedes enxergou uma brecha de resistência, através da qual batalhou pelos sonhos que tinham em conjunto.

Decidida pela escolha que havia feito de levar um namoro sério com Eurípedes, resolveu encarar a sentinela de Dona Olga. “Falei para a Dona Iracema: ‘nós não fazemos nada demais. O que tem eu dar um cafezinho para ele e tratá-lo bem? Ele é meu namorado’. E ela respondeu: ‘mas, a dona Olga não quer.’ Com o decorrer dos anos a relação foi finalmente aceita. “Dona Olga viu que não tinha jeito mesmo, aí nós casamos. Eu com 22 anos e ele com 25. Foi uma festa linda.”

A família de Haydée, que era grande à época do casamento, foi integralmente adotada por seu marido.

“O Eurípedes era motorista do Educandário, levava professora, funcionários e a meninada.” Ao se casar, Haydée deixou de morar nas mesmas dependências que os internos. Ela e seu marido permaneceram no Educandário, mas se mudaram para uma casa que ficava alguns metros abaixo dos prédios onde moravam os acolhidos. Na idade em que deveria se desligar da instituição, Haydée começou, na verdade, um novo ciclo em sua vida. Nessa nova residência, tiveram e criaram seus quatro filhos: Elgis, Rita de Cássia, Andreia e Licemi. Desses, três são biológicos e uma delas é adotada. “Nós adotamos a Licemi, mas não registramos ela no nosso nome.”

O acolhimento de Licemi aconteceu de forma particular. Sua mãe procurou diretamente Haydée para lhe entregar a filha. Não houve tentativas de deixá-la no Educandário. “Essa mulher me disse: ‘vou deixar minha filha com a senhora porque eu sei que está tomando conta do Educandário, foi interna e passou pelos mesmos problemas que os meninos. Por isso, eu tenho coragem de deixar a minha filha aqui.’” Dona Haydée conta que estranhou a entrega de Licemi, pois sua mãe vestia roupas finas que eram incoerentes com a explicação da inviabilidade de criar a menina. Segundo a mãe biológica de Licemi, ela não podia ficar com a filha porque o marido estava doente e ela precisava trabalhar. “Peguei ela, chorei e falei: ‘aí meu Deus do Céu, se fosse a minha filha eu comia o pão que o diabo amassou com o rabo, mas não não deixava’. Uma criança sente muita falta da mãe.”

Quando Licemi chegou em sua casa ela tinha apenas seis meses de idade. Para surpresa de Haydée, coincidentemente, ela nasceu no mesmo dia e ano que

sua filha biológica mais nova, Andreia. Saudosista, Dona Haydée lembra que organizou o baile de 15 anos de suas duas filhas mais novas. “Mande fazer roupas iguais, só a cor diferente. Sandália igual. Comprei pulseira para uma e para outra.” Com o matrimônio e os filhos biológicos, Haydée pôde refazer seus laços sanguíneos. A família cresceu e, até hoje, continua a crescer através de cada ex-interno.

MEMÓRIAS ILUSTRES >

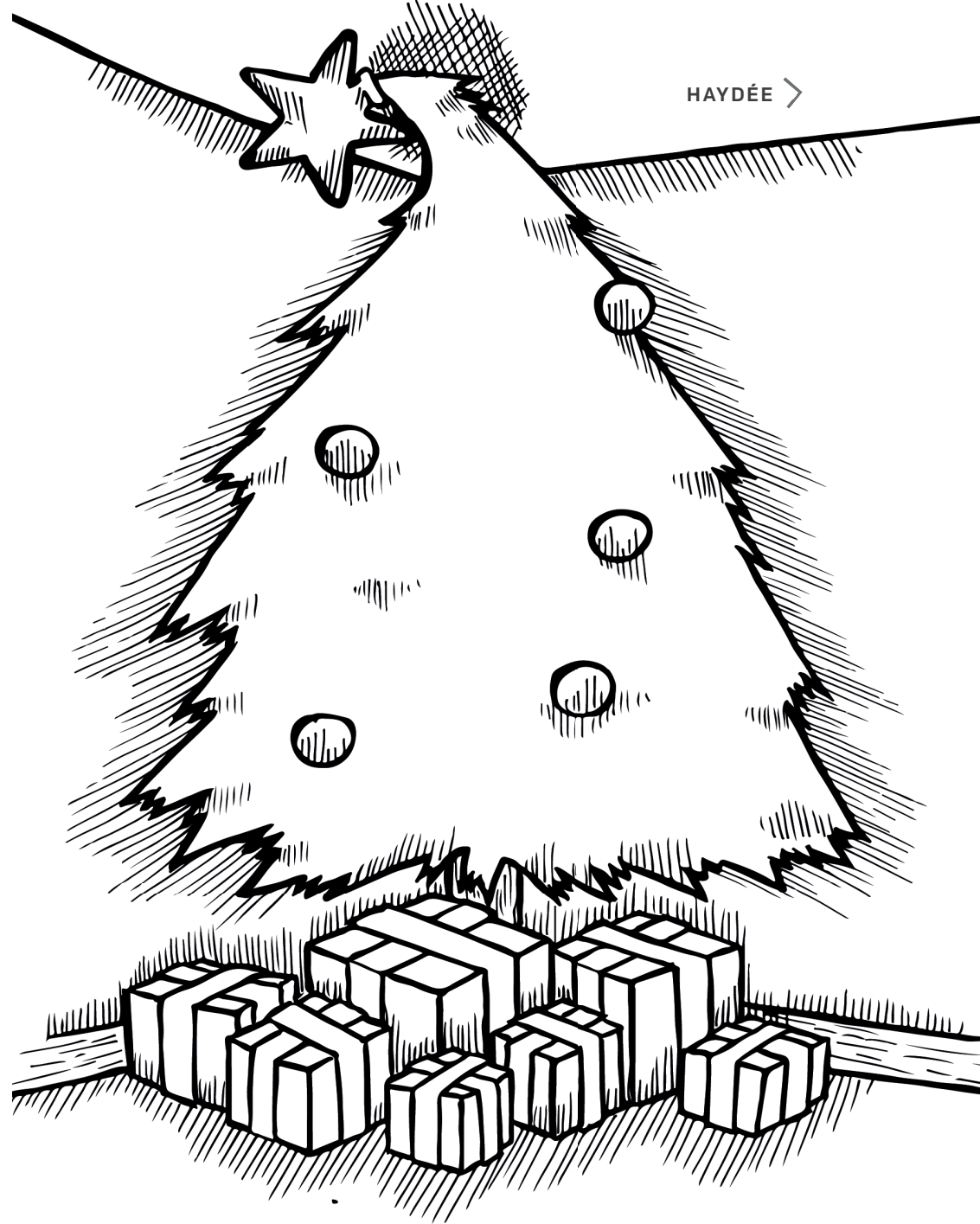
Algumas lembranças de Dona Haydée parecem ser retiradas de um relicário muito precioso. Num choro livre, que misturava tristeza e saudade, ela conta dos bailes que organizava para os internos. Participavam desses momentos aqueles que obedeciam às regras e se comportavam com respeito. “Lá tinha uma sala de tamanho médio, nela ficava uma vitrola velha. Todos os sábados aqueles que obedeciam, se aprontavam direitinho e iam para o bailinho. Eu deixava eles irem para essa sala e dançarem até dez e meia ou onze horas. Eles colocavam as roupas mais bonitinhas, passavam perfume.” Essas reuniões dançantes eram realizadas geralmente na sexta ou no sábado.

Dos domingos, as lembranças irradiam seu rosto como um sol da manhã. Após terminarem de cumprir com as obrigações, os internos faziam sucos, colocavam em tambores, preparavam pão com manteiga e levavam todo o lanche para a beira da piscina. Lá, colocavam para tocar as músicas que mais gostavam. Usavam um rádio que Eurípedes havia instalado num poste, bem nessa área de lazer. “Eu deixava eles nadarem até cinco e meia, depois subiam, tomavam banho e jantavam. Se tivessem deveres

para fazer, iam para a sala de recreação cuidar disso, para deixar tudo preparado para o outro dia.”

A maior joia desse relicário é, sem dúvida, a lembrança dos Natais que passou com sua grande família. “Todo ano eu fazia festa para eles. Nós fazíamos uma árvore de Natal enorme, que quase encostava no teto, e os meninos ajudavam a enfeitar. Fazíamos presépio e colocávamos os arrozinhos que os meninos plantavam para enfeitar.” A festa era completa, com ceia e presentes para cada um dos meninos e meninas. Dona Haydée lembra que a generosidade das pessoas possibilitava a organização desses eventos natalinos.

Os alimentos do jantar eram doados e os presentes vinham de doações de lojistas e de voluntários. “Olhávamos direitinho o que cada um gostava ou queria ganhar e separávamos os presentes. Depois a gente fazia campanha na rua pedindo doações.” Os presentes arrecadados eram levados para o Educandário e guardados. Haydée, seu marido e Dona Olga se reuniam diariamente para embalar e nomear cada um, até que todos estivessem organizados. No dia do Natal, os internos eram colocados para dormir mais cedo. Quando já estavam em seus quartos repousando, Haydée e seus ajudantes buscavam os presentes e colocavam debaixo da árvore de Natal. Ao acordarem, os meninos arrumavam suas camas, tomavam café e iam para o salão. “A gente ia cantando o nome do interno e entregando o presente, os colegas batiam palmas e nós entregávamos. Eles ficavam tão alegres.”



O VOO DOS FILHOS >

Na época em que Haydée viveu e trabalhou no Educandário, os meninos eram obrigados a saírem da instituição quando completavam 18 anos de idade e as meninas 22. Essa saída dos internos sempre foi uma preocupação para Haydée, por isso, ela buscou ensinar ofícios, cujo objetivo não eram somente a manutenção do Educandário. “Toda vida eu gostei de artesanato.” Esse gosto ela repassou aos internos e os ensinou a fazer produtos manufaturados. Os objetos eram até mesmos levados para exposições em outras cidades, onde eram vendidos e a verba era destinada ao Educandário. Dona Haydée lembra de duas colchas de penugem de galinhas que ganharam em primeiro lugar numa competição de artesanatos na cidade do Rio de Janeiro. As colchas foram feitas por ela e as meninas internas. Uma das peças premiadas levou mais de oito meses para ser produzida.

Para quem não se interessava por artesanato, ensinou a arte da culinária. “O Educandário ganhou um forno completinho, que veio dos Estados Unidos, todos os sábados a gente ia à padaria, eu ensinava eles a fazerem pão, rosquinha de nata, mané-pelado”, lembra. Sua partilha de conhecimentos em certas ocasiões virou até uma fonte de renda para os acolhidos. Ela ensinava e ajudava os internos a fazerem laranjinhas que eram levadas para serem vendidas na cidade de Araguari.

Além do preparo profissional, ela também se preocupava com os sentimentos de cada interno. Por exemplo, a proibição ao namoro, que lhe foi tão duramente imposta, ela buscou amenizar. Os internos podiam namorar,

mas de modo respeitoso e sob sua permissão. “De vez em quando, tinham alguns custosos que namoravam escondidos. Quando viam que eu estava vindo eles se separavam.” Com essa postura, foram realizados dois casamentos no Educandário. Aqueles que se casavam e não trabalhavam no preventório tinham que deixar a instituição.

RECOMEÇAR UM CICLO >

Apesar de preparar os internos para o desligamento, Haydée não estava preparada para sua própria saída. As circunstâncias da demissão de Haydée e Eurípedes não foram esclarecidas para o casal. No entanto, Dona Haydée acredita que a demissão dela e do marido não teve motivações apenas profissionais. Para ela, havia uma intenção bem mais profunda e obscura do que uma simples renovação dos funcionários. Tanto que, após sua saída, o Educandário foi vendido. “Eles fizeram uma tramoia que eu não sei explicar, mas não podiam ter feito isso de jeito nenhum.”

Ao saírem do Educandário, no ano de 1989, Haydée, Eurípedes e os quatro filhos se mudaram para a casa que haviam construído na cidade de Araguari, num terreno próximo ao da casa da sua sogra. Até hoje, essa morada é o lar de Dona Haydée. A casa foi construída pelo casal enquanto eles ainda estavam no Educandário, com muito esforço. “Para fazê-la eu precisei até costurar calcinhas e cuecas de saco para mim e o Eurípedes, também camisas de saco.”

Dona Haydée viveu seu desligamento institucional com 51 anos de idade e Eurípedes, com 54. Ela foi obrigada a recomeçar sua vida. Não apenas o endereço.

< “Eu saía nas lojas *pedindo*
o que precisava para dar as aulas,
chegava em casa com a *sacola*
cheia. Ensinava a *fazerem* coisas
fáceis, um bolo rápido,
um biscoito frito” >

Dona Haydée precisou de um novo emprego, uma nova rotina, um novo planejamento financeiro e uma adaptação ao tamanho da família. Mais uma vez, sua família foi golpeada diante dos seus olhos sem que ela pudesse impedir. Não houve sentimentos ou considerações pelos anos dedicados, a eles foi ofertada somente uma fria demissão. Pouco tempo depois do ocorrido, Dona Haydée e Eurípedes até foram convidados a voltarem a trabalhar, mas a ferida aberta pelo descaso na demissão impediu uma resposta positiva ao convite.

Por onde recomeçar? “Nunca fiz aula de artesanato. Tudo que sei aprendi sozinha, é um dom que Deus me deu.” Com esse presente divino que a acompanhava desde o Educandário e foi compartilhado com tantos internos, Haydée conseguiu conquistar seu primeiro emprego após sair do Educandário. Ela começou a trabalhar como professora de artesanato, na Escola Machado de Assis.

Apesar de ter mudado de cargo e de local de trabalho, certas dificuldades parecem lhe seguir. A Escola não fornecia materiais para as aulas. “Eu saía nas lojas pedindo o que precisava para dar as aulas, chegava em casa com a sacola cheia. Ensinava a fazerem coisas fáceis, um bolo rápido, um biscoito frito.” Nesse ofício, Haydée ficou por cinco anos até que uma doença no joelho adiantou sua aposentadoria.

Eurípedes, por sua vez, preferiu investir num negócio próprio e começou a trabalhar com a fabricação de telas de arame. Nessa profissão ele permaneceu até o seu falecimento. Com a ajuda da memória dos filhos, Dona Haydée lembra do dia fatídico em que perdeu seu marido: 23 de dezembro de 1995. Eurípedes havia saído de Araguari para levar um amigo em casa, esse morava em

Brasília. Como tinha levado o amigo no carro dele, precisou voltar de ônibus para Araguari. No retorno, um acidente fatal levou a vida de Eurípedes. Se Dona Haydée não se lembrava do dia exato do acidente, das marcas deixadas ela nunca se esqueceu. “Foi época de Natal. Assim que soube do desastre arranquei todos os enfeites e joguei no quintal. Depois nunca mais fiz arranjos natalinos. Hoje só mantemos as orações na Noite de Natal, depois todo mundo vai dormir. O esposo é o esteio da casa, se cai e quebra perde a graça.”

RELAÇÕES QUE NÃO SE ROMPEM >

Muitos homens e mulheres viveram no Educandário Eunice Weaver de Araguari por toda sua infância, adolescência e início da juventude. Saíram do preventório porque já haviam completado a idade limite para permanência na instituição. Para alguns desses, os colegas do Educandário se tornaram irmãos e viraram família. Por essa razão, anualmente os ex-internos realizam um encontro. Dona Haydée é a convidada de honra em todos essas reuniões, quando pode rever muitos de seus filhos acolhidos. Do Educandário saíram chefes de cozinha, donos de confecção e de estabelecimento de alimentos, professores, profissionais de diversas áreas ligado à agricultura, entre outros. Grande parte deles agradecem a Dona Haydée pela profissão que hoje têm. Esses cargos são frutos das aulas de padaria, das oficinas de costura e das atividades na lavoura.

A relação que Dona Haydée mantém atualmente com os ex-internos não se limita a esses encontros anuais. Diariamente, muitos dos seus filhos acolhidos a visitam

em casa. Todos esses que a procuram, guardam uma boa lembrança dessa mãe. “Sempre quando os meninos vêm aqui, uns gostam do mingauzinho de fubá, eu faço, outros gostam de arroz doce, eu faço, outros do cafezinho.” Apesar de amar a cada um dos internos que cuidou, Dona Haydée sabe que a recíproca não é verdadeira por parte de todos. No entanto, ela encara essa situação com mais amor ainda. “Você encontra meninos que falam bem do Educandário e meninos que falam mal. Todos os dias, às 05h30, pode ligar aqui em casa, que eu vou estar sentada na minha cama fazendo a minha oração por todos os meninos que passaram pela minha mão. Gostem de mim ou não, falem bem ou não, estou ali orando por todos e não me esqueço de nenhum.”

Quanto à família formada pelos laços sanguíneos, Dona Haydée havia perdido bastante o contato quando entrou na instituição. “Eu tenho tantos parentes que mora em Uberlândia, mas eles nunca foram me visitar no Educandário.” A ocasião do falecimento de Maria, sua irmã mais velha, no ano de 2018, foi fato que lhe deu a oportunidade de rever parte de sua família. “Quando a minha irmã morreu, minha sobrinha me mandou avisar e eu fui, mas tinha uns trinta ou quarenta parentes lá que eu não conhecia. Minha sobrinha me apresentou os primos e tios e eu fiquei olhando espantada.” Das irmãs, restou Lazara, que hoje mora numa casa no fundo do terreno de Dona Haydée. Os filhos biológicos, ainda permanecem por perto. Andreia e Rita residem na mesma casa em que a mãe. Elgis, mora ao lado. Licemi, a filha adotada, mora em outra cidade, mas mantém contato constante com Dona Haydée.

SAULO

SAUDADES DO EDUCANDÁRIO

< "Esse foi um orfanato referência.
Era muito bom, por isso
que eu falo que é o
'Meu orfanato favorito'" >

De menino a jovem adulto, Saulo passou toda sua infância e adolescência em instituições de acolhimento. Dilacerado com a dor da despedida, teve que deixar o Educandário Eunice Weaver ao completar a maioridade. Quando desliguei o gravador, num desabafo ele me conta que até hoje se lembra do dia em que saiu da instituição. De dentro da caminhonete, em que foi levado, Saulo viu sua casa ficar cada vez mais distante e perdida em meio a poeira. Da estrada por onde seguiu e que garantiu a ruptura, ele nunca se esqueceu.

Por alguns instantes eu e Saulo não estivemos na mesma sincronia de tempo. Ele viaja para o ano de 1989 e, inundado de tristeza, me fala da violência que foi feita com seus irmãos de coração que ainda viviam no Educandário em que ele morou por boa parte de sua vida.

"A nova diretora preparou esse ambiente – porque tinham mais de 100 crianças crescidas – e às cinco da manhã fechou os portões dos corredores e combinou com o pessoal da FEBEM, que estacionou a Perua na instituição. Quando os meninos começaram a acordar havia homens grandes nos corredores e eles estranharam aquilo, porque nunca tinham recebido aquele tipo de tratamento. Para os mais novinhos ela falou que fariam um passeio, deu alguns brinquedinhos e colocou todos na Perua. Já os maiores ficaram mais percebidos e não quiseram ir, começaram a dar trabalho. Por esse motivo estavam os homens grandes nos corredores e eles começaram a colocar todo mundo dentro da Perua. Quando eu cheguei da escola agrícola perguntei pelos meus amigos, mas não estavam lá. Para nós ficou a sensação de que não existe mais. Lá era o nosso mundo. Foi uma ruptura."

São inúmeros os ditados usados para esclarecer que opinião é um direito de todos. Também são muitas as formas de declarar que ponto de vista é pessoal e individual. Histórias, podem ser vistas de diferentes maneiras por diversos sujeitos. Seguramente, Saulo tem sua forma de ver e sua opinião sobre o Educandário em que viveu. “Esse foi um orfanato referência. Era muito bom, por isso que eu falo que é o ‘Meu orfanato favorito’”. São 31 anos desde o desligamento institucional por maioria e 30 anos do fechamento da instituição. Mesmo após décadas, Saulo traz fresca na memória a lembrança de suas duas rupturas mais dolorosas.

A SEPARAÇÃO >

Durante 58 anos o governo brasileiro separou brutalmente os filhos dos pais cuja hanseníase tinha os vitimados. Uma geração de cidadãos cresceu longe dos próprios pais. “O meu pai era leproso e, nesse tempo, ele recebeu um apoio para ser tratado, mas era numa colônia, no entorno da cidade mineira de Bambuí. Eu sou o filho mais novo. Segundo meu pai, havia outros irmãos, mas vieram a falecer ainda bem pequenos. Os pais não podiam ter contato com os filhos, então, eram retirados e iam para a creche.”

Ao cruzar com a vida de Saulo, a hanseníase alterou completamente seu destino e lhe impôs um novo caminho. Semelhante à uma grande muralha, a doença separou sua família de forma intransponível. Logo ao nascer, tanto ele, quanto seus dois irmãos, Isaac e Marlene, foram levados à creche da Colônia de Bambuí. “A mulher dava

à luz e já tirava, não podia ter contato. Eles podiam ver pela janela, mas não podiam amparar, tocar, não podia amamentar nem abraçar.”

A brutal distância imposta entre a mãe de Saulo e seus filhos foi uma atitude questionável. Embora vivesse com o pai de Saulo há muito anos, sua mãe não tinha contraído e, aliás, nunca contraiu a hanseníase. “A minha mãe já ficava com o meu pai. Esse era um risco que ela correu. Só que estava tendo tratamento, pelos tratamentos eu creio que a minha mãe pôde ficar junto com o meu pai.” Na creche da colônia de Bambuí, Saulo e seus irmãos passaram sua primeira infância. Nos três anos em que viveu no lugar, teve contato com as primeiras demonstrações de cuidado e afeto. A creche da colônia de Bambuí, no entanto, foi uma morada transitória, pois, ela acolhia crianças apenas até o terceiro ano de idade. Ao completar esse tempo, Saulo e seus irmãos foram transferidos para o Educandário Eunice Weaver.

O ORFANATO FAVORITO >

“As minhas primeiras lembranças da instituição são de mim chorando num quarto e chupando dedo.”

Em meio ao choro, Saulo nasceu para uma nova vida quando chegou ao Educandário. Enquanto sua entrada no mundo aconteceu no ano de 1970, seu renascimento foi em 1973. Se ao nascer todos recebem um nome, ao renascer Saulo ganhou, na verdade, um número de identificação. “O meu número era 101”. A instituição para a qual ele foi levado é a mesma em que Dona Haydée viveu e trabalhou.

As diretrizes do Educandário não deram muitas



escolhas a Saulo. A admiração pelo local e os benefícios da instituição apaziguaram a realidade e favoreceram sua adaptação. Ao pequeno Saulo não foi ofertada a possibilidade da adoção, que era uma política raramente praticada no Educandário. Assim, separado dos pais e encantado pela instituição, ele acolheu seu renascimento. Sem possibilidades de ser adotado, assimilou a instituição como seu novo lar, fixo e duradouro. “Ali a gente foi praticamente adotado. Tinham as correções, as disciplinas e as intenções de promover, de educar, de ensinar e de formar.”

Ao passo que a convivência familiar foi arrancada de Saulo, estrutura parecida ele encontrou na instituição. Seu acolhimento aconteceu de modo concreto e palpável. Com carinho no olhar, Saulo me explica que além dos administradores, havia um casal que cuidava de todas as crianças em tempo integral. “Especificamente quem representou pai foi o Eurípedes e quem representou mãe foi a dona Idê.” Para os internos da instituição Dona Haydée era conhecida como Dona Idê e tia Idê.

O Educandário “era sem muro, porque o que segurava era a relação afetiva, voltada para ensinar a estimular a criança ao trabalho, a independência e a formação, tanto que lá dentro tinha escola”. Saulo conta que nunca tentou fugir da instituição. Mesmo com toda liberdade que tinha, ele permaneceu no Educandário até o dia de sua saída, porque lá era a sua casa. Aos olhos e às lembranças dele foi um lar muito especial e diferente todas as outras instituições que ele já conheceu e ouviu falar. “Nós tínhamos bandinha, coral, música, piscina, parque.”

A instituição, que se tornou seu lugar de predileção, não absteve o sabor agridoce da vida. Educação familiar, Saulo

conheceu três tipos. Por parte do senhor Eurípedes e da Dona Idê, recebeu formação e correção paterna e maternal. “As chineladas e varadas que eu levei eu tinha a garantia delas, que eram a minha culpa mesmo.” Esse foi o lado doce. Quando se refere aos educandos e aos demais funcionários da instituição, Saulo revela a acidez que provou na sua educação infantil e juvenil.

Os educandos, que eram os meninos mais velhos da instituição, tratavam as crianças menores com severidade. Quando estavam responsáveis pelos cuidados dos pequenos, Saulo diz que o desejo deles era demonstrar poder sobre os mais novos. A expressão repleta de alegria, ganha ares de tensão quando fala sobre uma das situações agressivas que vivenciou com esses jovens. “Lá tinha uma piscina de mina. A gente em fila lavava essa piscina e os meninos maiores colocavam os jornais e não avisavam que devíamos pisar em cima das folhas para não sujá-la. Eu sempre fui desligado de tudo, todo mundo viu e eu não vi e pisei fora, no que eu pisei na terra só senti o fio nas costas.”

Quando se trata de alguns funcionários do Educandário, as lembranças das correções também ficam nubladas. Certos fatos jamais são esquecidos, independentemente do tempo em que tenham ocorrido. Semelhante a incontáveis crianças, Saulo também fez xixi na cama quando pequeno, por volta dos quatro anos de idade. Como penitência foi levado para dormir no ‘quarto dos mijões’. Junto com ele dormiram nove crianças, todas punidas pelo mesmo deslize. O castigo, porém, não foi considerado suficiente para o aprendizado. “Eu lembro de uma das cuidadoras pegar a minha perna, colocar do lado de fora do prédio pela janela do segundo andar e ameaçar jogar se fizesse xixi na cama de novo. A gente só chorava.”

Os princípios e virtudes que hoje fazem parte do Saulo, são também herança da educação ofertada pelo orfanato. “A base do temor, do respeito e da honra.” A máxima de que “com Deus não é brincadeira” também foi e permanece marcada em sua vida. A base cristã é um ensinamento do qual ele nunca se esqueceu. Com relação a educação escolar, o orgulho é companhia inseparável de Saulo. “Lá eles não atrapalhavam os estudos, eles sempre incentivavam todo mundo. O estudo era obrigatório, ninguém ficava sem estudar. Todo mundo terminou os estudos, a não ser aqueles que fugiram da escola.”

MENTIRA TEM PERNA CURTA >

Aos sete anos de idade, Saulo começou a conciliar os estudos com o trabalho na lavoura. A rotina começava cedo, as seis horas da manhã acordavam e iam para escola. A ao retornarem almoçavam. “Por volta das 13h a gente ia trabalhar. Às 15h era hora do lanche e às 17h era o momento do descanso, para tomar banho, ver televisão e brincar.” As lavouras de café, o pomar e a criação de galinhas, vacas, peixes e porcos eram destinadas à subsistência e à arrecadação de recursos para a instituição.

O trabalho na lavoura não foi motivo de infelicidade para Saulo, tanto que ele sempre o desempenhou com retidão. Inundado de alegria, ele relembra um fato muito marcante e, com certeza, inesquecível em sua vida. Sabe o ditado que diz, ‘O tiro saiu pela culatra’? Pois bem, ele pode ser usado para definir esse irônico e duradouro episódio. Por demonstrar constantemente um bom comportamento, Dona Haydée acreditou que Saulo era merecedor de uma promoção. Assim,

o retirou do trabalho da lavoura, visto como penoso, e o transferiu para a faxina. Aquele pareceu ser um prêmio justo para o bom menino, afinal, ele passou a trabalhar na sombra e deixou de carregar peso. No entanto, para Saulo, essa recompensa foi um grande castigo. “Eu gostava de trabalhar na lavoura, porque a gente sabia que tinha horário para descanso e domingo a gente brincava. Eu lembro que eu olhava pela janela e via os meus colegas brincando e ficava com saudade, porque a gente não tinha horário na faxina. Quando chovia na roça eu estava livre, já dentro não tinha essa regra.”

Cansado do trabalho na faxina, que já o prendia há cinco anos, Saulo resolveu que devia arrumar um meio de sair dessa função. No modo molequice, arquitetou uma mentira como justificativa para o seu pedido de retorno à lavoura. Treinada com toda esperteza, Dona Haydée entendeu imediatamente que a justificativa não tinha nenhum fundo de verdade. “Eu lembro que nessa mentira ela olhou bem nos meus olhos e disse: ‘Você está mentindo, se você tivesse falado a verdade hoje eu te tirava de lá, mas só por conta da mentira você vai continuar’.”

Certificado de que a mentira não era o caminho para libertação da faxina, Saulo adotou um novo método de escape. Filho de uma educação católica marcante, buscou em Deus a força para permanecer no trabalho e a esperança para acreditar que um dia sairia dessa função. “Fiz uma promessa: todo dia, para eu sair daqui, vou ler um versículo do livro de Salmos. Eu descia lá em embaixo, porque lá tinha uma Bíblia bem grande, aí eu abria e começava a ler sem compreender nada, mas eu lia como promessa de que eu iria sair.” Foram mais cinco anos de persistência na fé e em sua promessa. Passado esse tempo, Saulo pode retornar as atividades da lavoura e novamente se alegrar com seu trabalho.



RUPTURAS INESPERADAS >

Além das atividades na lavoura e na manutenção da limpeza dos pavilhões, Saulo também praticou outros serviços. “Tudo isso era um preparatório de oficinas, de aprendizados. Tinha a serralheria, a marcenaria e a sapataria.” À época, os meninos deviam deixar o Educandário ao completarem o décimo oitavo aniversário e as meninas ao fazerem 22 anos de idade. As oficinas cumpriam, então, o objetivo de ofertar uma profissão a esses adolescentes ao saírem da proteção da instituição. “O seu Eurípedes perguntava quantos anos a gente tinha e colocava para fazer alguma coisa, já preocupado com os 18 anos. Tentava arrumar um emprego para alguns. Ele sabia identificar cada um dos cem meninos, conhecia a personalidade de todos e respeitava cada um.”

Tendo a figura de pai no seu Eurípedes, Saulo exalta o grande empenho dele no encaminhamento não somente profissional dos meninos. Para ele, o seu Eurípedes não estava lá apenas para realizar as funções para as quais foi destinado, mas, também, realmente exerceu o papel de pai para os internos. Preocupado com a sobrevivência dos jovens fora da instituição, ele buscou ofertar aos internos a convivência social. “Ele saía muito com a gente, enchia a caminhonete de menino. O dinheiro para pagar os lanches vinha de doações. Às vezes quando tinha o jogo de futebol ele levava a gente para passear depois da partida.”

Assim como o próprio Saulo diz, coisa mais ousada ainda o senhor Eurípedes fez. “Ele pegava a gente, ainda com uns dez anos, e soltava a gente na cidade nos domingos à noite e dizia que a gente podia passear. Era

assim: ele marcava a hora e o lugar onde viria nos buscar, a gente passeava pela cidade e na hora e local marcado nos reuníamos para ele passar e nos pegar.” Com esse voto de confiança, Saulo lembra o quanto pôde crescer, conhecer maravilhas e aprender a caminhar sozinho. No mundo do menino, tudo era fantástico. No mundo do adulto, hoje tudo é conhecimento e saudade. O cinema que era rota dos passeios infantis, agora é local de visitas nostálgicas em família. “De vez quando eu, minha esposa e meu filho vamos a Araguari e almoçamos num lugar que era um cinema. Nesse cinema o Eurípedes levou a gente para assistir ao filme o E.T.”

Após anos de vivência no Educandário, de criação de laços e de preparo para a saída, Saulo deixou a instituição ao completar seu décimo oitavo aniversário. Nova casa e nova cidade. Ao sair de lá, Saulo foi levado para morar e fazer o ensino médio na escola agrotécnica de Uberlândia – MG. Da ligação rompida com a instituição, ainda restaram alguns fios. Aos finais de semana os ex-internos do educandário saíam da escola agrotécnica e voltavam para o orfanato. Semelhante à rotina dos estudantes da escola que moravam em outras cidades, os internos também voltavam para ‘casa’ nos finais de semana e feriados. O retorno, no entanto, conservava regras inquebráveis. “Já havia um desligamento, mas a gente ainda tinha livre acesso. Não podia morar, mas a gente ia lá como um amparo. Os nossos nomes não estavam na lista dos internos.”

O desligamento, à princípio, conservou aspectos comuns aqueles que ocorrem no seio das famílias. Filhos saem de casa, voltam quando sentem saudade e encontram amparo na família nos momentos de necessidade. No

entanto, mesmo que o orfanato se assemelhasse muito ao convívio familiar, sua institucionalidade inexorável foi impossível de ser relegada. Por determinações do governo, a administração do Educandário foi substituída no final da década de 1980.

Com a nova diretora novas ideias tomaram conta do Educandário. A estrutura foi o primeiro alvo das mudanças. “Ela veio com a proposta de fazer tudo novo. Ela conseguiu uma verba para renovar e levou anos para fazer essa renovação. Mas, ela tirou tudo aquilo que era histórico e colocou azulejos modernos. Ficou esquisito e feio, porque lá é roça e não combinou muito.”

Enquanto no Educandário Eunice Weaver Saulo encontrou um lar, as demais instituições ao redor do Brasil, nos anos finais da década de 1980, estavam em situações deploráveis. A infância brasileira estava lançada a sorte do Código de Menores há mais de 50 anos. O paradigma corretivo da legislação vigente ditava as ordens do atendimento às crianças e adolescentes. Por todo o país havia se espalhado a má fama das Fundações Estaduais do Bem-Estar (FEBEMs), criadas em 1964, para prevenir e atuar contra a marginalização do menor e corrigi-lo quando necessário. As inúmeras fagulhas desse descaso e dos erros fizeram efervescer em toda nação debates em prol das crianças e adolescentes. Longe de afirmações, no entanto, certos acontecimentos parecem indicar que o Educandário não se livrou de respingos da ebulição dessas discussões.

A nova diretora deixou marcas históricas não apenas nos pavimentos do Educandário. Vidas foram brutalmente marcadas pelas propostas de renovação, cujas justificativa nunca foram apresentadas. Foi essa nova diretora que

< “O seu Eurípedes
perguntava quantos anos a gente
tinha e colocava para fazer alguma
coisa, já *preocupado* com os 18
anos. Tentava arrumar um emprego
para alguns. Ele sabia *identificar*
cada um dos cem meninos,
conhecia a *personalidade* de todos
e *respeitava* cada um” >

retirou, à força e de forma súbita, praticamente todos os internos da instituição com o auxílio das peruas do FEBEM. Da estrutura grandiosa que acolheu centenas de crianças, restaram apenas ruínas. Tristemente Saulo conta que hoje os prédios estão completamente abandonados, o pasto invadiu as instalações e o gado fez morada nas dependências. Com poucas referências familiares, o Educandário, que era a casa de Saulo, tinha grande importância afetiva e memorial para ele.

PASSOS NO INCERTO >

E a vida na escola agrotécnica? “Quando eu saí foi aquele choque. Eu fui para a escola, mas ainda estava meio anestesiado. Era tudo novo para mim. Foi um tempo bem complicado. Os meninos já batizavam a gente com apelidos. Foi muito grosseiro.” Quando Saulo ingressou na escola agrotécnica, Isaac, seu irmão de sangue, já estava estudando lá. Longe da proteção do Educandário, Saulo e Isaac precisaram se acostumar à nova realidade que, às vezes, era dura demais. Além disso, tiveram que buscar formas de garantirem suas subsistências na nova escola. “A gente tinha que se virar, porque no orfanato tínhamos tudo certinho: pasta de dente, escova, sabonete, bucha, roupa lavada, comida. Na escola, como a gente perdeu o vínculo com o Educandário, então nos finais de semana a gente trabalhava, fazia o que sabíamos, que era capinar, para ganhar um dinheirinho.”

Saulo e os demais internos do Educandários eram bolsistas na escola agrotécnica. Mudavam as situações, ao mesmo tempo mudavam os estigmas. “Eles chamavam a

gente de bolsista. Tinha um professor de biologia que até hoje quando ele me vê ele diz: ‘e aí bolsista, com está?’” Pelo benefício que recebiam, os bolsistas eram obrigados a retribuírem. Enquanto os alunos pagantes descansavam nos momentos de lazer, Saulo tinha que cuidar da limpeza da escola. “Eu não ficava livre da faxina de jeito nenhum. Tinha na escola agrícola, não sei se tem até hoje, uma parede enorme de vidro no refeitório e eu tinha que ficar limpando os vidros de fora a fora.”

Ao término dos anos escolares cursados na escola agrotécnica, Saulo precisou fazer um estágio obrigatório. “Eu voltei para Araguari, porque minha referência de cidade era lá, fui trabalhar com grãos (coleta e seleção). Foi o meu primeiro trabalho como estagiário.” Mesmo tendo se empenhado, as intenções de voltar para sua cidade do coração foram frustradas. O tratamento que recebeu do patrão o assustou de tal modo, que apesar da boa proposta de trabalho, Saulo decidiu partir. “O dono de lá estava preparando para mim uma casinha e uma moto para eu tomar conta de um café que era novidade na época, por irrigação. Mas, eu disse que não dava conta. Eu terminei o estágio, de dois meses, pedi a minha conta e vim sem nada para Uberlândia. Essa foi outra ruptura, porque eu ainda tinha uma esperança em Araguari e de lá eu vi que não podia ter esperança.”

REFAZENDO LAÇOS >

Aos 24 anos de idade Saulo viveu pela primeira vez a experiência de morar com seus pais biológicos. Os internos do Educandário eram levados, uma vez ao ano, para

< “A gente tinha que se virar, porque no orfanato tínhamos tudo *certinho*: pasta de dente, escova, sabonete, bucha, roupa lavada, comida. Na *escola*, como a gente perdeu o vínculo com o *Educandário*, então nos finais de semana a gente *trabalhava*, fazia o que sabíamos, que era capinar, para ganhar um *dinheirinho*” >

visitarem os pais nas Colônias de tratamento e, às vezes, os pais visitavam os filhos. Por essa pequena manutenção de contato, Saulo soube que, após saírem de Bambuí, seus pais mudaram-se para a cidade de Uberlândia. Quando Saulo terminou o estágio e retornou para a mesma cidade em que seus pais estavam morando, decidiu buscar apoio neles até o encontro de um novo emprego.

Saulo e seu pai tinham visões diferentes a respeito de diversas questões da vida. Por exemplo, para o pai trabalhar era capinar ou fazer outros serviços manuais ligados a plantação. Saulo, por sua vez, pela formação escolar que havia recebido, buscava outros futuros profissionais. “Eu consegui um estágio na Calu, para tentar um emprego na empresa. Eu ficava o dia inteiro fazendo estágio gratuito.” O acordo trabalhista feito entre Saulo e a Cooperativa agrícola Calu não compreendia uma situação normal ou promissora para o seu pai. “Para ele todo trabalho tinha que ganhar dinheiro, eu explicava para ele, mas ele não entendia.” Apesar dos esforços empreendidos para a efetivação na empresa, ao término do estágio, Saulo foi dispensado. Do sonho de trabalhar na Calu restaram apenas as esperanças, geradas por um currículo deixado na empresa.

Enquanto uma porta se fechou para Saulo, outra se escancarou. Isaac, que já estava trabalhando na Escola Rio das Pedras, o informou sobre uma vaga que tinha sido aberta no Centro Educacional Especial de Uberlândia (CEEU). O CEEU destinava-se a oferta de educação especial, na perspectiva inclusiva, para alunos com necessidades educacionais especiais. “Fui a pé para a escola, a diretora me acolheu muito bem e fez o contrato de imediato. Assim eu comecei o meu primeiro trabalho com alunos especiais.”

No novo emprego ele ganhou mais do que amigos. “O povo era tão bom que virou uma família, porque eu não tinha.” No CEEU, Saulo construiu boa parte de sua carreira profissional. Foram 23 anos de dedicação aos incontáveis alunos que passaram pelo centro educacional. “Eu saí quando fechou. Eu sou dos lugares que fecham. Fiquei no orfanato até fechar e fiquei no CEEU até fechar.”

Ao receber alta da Colônia de Bambuí, os pais de Saulo foram ao Educandário buscar seus três filhos para morarem todos juntos. Nessa época, Saulo tinha cerca de 15 anos. “Eu e meu irmão achávamos que era alguma coisa estranha, porque tínhamos pouco conhecimento do pai. Era mais ou menos sair de uma família para ir a outra família duvidosa.” A rejeição da família biológica precedeu a ausência de adaptação, que aconteceu anos mais tarde. A desconfiança com relação a família se corroborou na convivência que Saulo experimentou.

Dentro de poucos meses na casa do pai, Saulo se viu obrigado a ir embora, até mesmo por questão de sobrevivência. Marlene, sua irmã, é prova de que a saída da casa dos pais era a única maneira de se manter bem. “Minha irmã mais velha morava com o meu pai, mas ela trabalhava de passar roupa e fazer faxina, então ela morava no trabalho. Quando ela saiu do emprego, ela voltou para a casa dos meus pais. Ali ela adoeceu psicologicamente com o convívio.” A mistura das lembranças da irmã, antes e depois do adoecimento, incomodam Saulo. Incredulidade pode resumir os sentimentos dele a respeito desse fato. Embora Saulo entenda todos os sofrimentos e maus tratos pelos quais os pais passaram, ainda restam incompreensões dos motivos pelos quais eles transmitiram toda dureza da vida

para a família ao ponto de adoecer a filha.

RECOMEÇOS >

Ao sair da casa dos pais, Saulo alugou um cômodo e, novamente, vivenciou a experiência do desconhecido. Pela primeira vez ele morou sozinho. Nessa época, por trabalhar apenas no período matutino no CEEU, Saulo e Isaac trabalhavam juntos com jardinagem na parte da tarde. “A gente até tinha um projetinho para abrir uma empresa de viveiros e manutenção de jardim.” Caprichoso, o destino impediu que o sonho dos irmãos se cumprisse. Um outro sonho se colocou no caminho e mudou a história dos dois.

Desde pequeno Isaac tinha o grande desejo de comprar uma moto. Por ser mais velho do que Saulo, saiu primeiro do Educandário e começou seu primeiro trabalho na escola Rio das Pedras. Com o salário, realizou o sonho de comprar a moto tão desejada. Em pouco tempo, o sonho se tornou pesadelo. “Ele desfrutou uns dois ou três meses da moto e bateu, sofreu um acidente fatal. Ele deu traumatismo craniano.”

No CEEU, Saulo era um funcionário do Estado, e as normas de trabalho estabeleciam que eles precisavam renovar o contrato anualmente. Por um erro de data e horário, ele não compareceu para fazer sua renovação anual e a mesma situação se repetiu no ano seguinte. Assim, ele ficou desligado da escola e desempregado por dois anos.

Sem trabalho e condições de pagar o aluguel, Saulo deixou sua casa e passou a morar com Henrique, um velho amigo de trabalho no CEEU. “Ele me deu um quartinho,

onde eu coloquei minha geladeira e o meu fogão.” A ajuda de Henrique foi resposta a um gesto de gratidão. Anos antes de Saulo perder o emprego, ele acolheu Henrique em sua casa, porque o amigo havia brigado com os pais e estava sem morada.

Nessa dura fase, Saulo precisou guardar os sonhos e se lançar às propostas de trabalho que lhe apareciam. “Comecei a mexer com gesso, o meu amigo falou para eu ajudar ele e fazer uns bicos. Só que aí não tinha dinheiro nem para o pão.” Em casa, embora Henrique tivesse lhe cedido um espaço, ele não permitia que Saulo vivesse em paz. “Primeiro, eu tinha feito um favor para ele e ele quis retribuir. Só que ele era muito sistemático. Foi um ano assim, até conseguir o emprego.” Passados dois anos da perda do emprego, Saulo tomou nota do dia e horário corretos da contratação e retomou seu posto como professor na escola.

A NOVA FAMÍLIA >

Saulo e sua esposa Sílvia frequentavam a mesma Igreja, quando se conheceram. “Eu comecei a ir à Igreja porque eu gostava do pessoal, eles me lembravam o orfanato. Depois de um certo tempo uma voz em sonhos me dizia que eu ia casar e eu acordei falando que não queria casar. Outra vez, num sonho, me mostrou a Sílvia e me disse você vai casar com ela.” O sonho de família de Saulo se revelou literalmente num sonho. Antes mesmo de falar com Sílvia, quando apenas a conhecia de vista, ele já sonhava com ela. Por um certo propósito, ao qual Saulo atribuiu autoria Divina, Sílvia também passou a sonhar com ele.



Confiante nos sonhos e nos sentimentos que se afloraram, Saulo decidiu conversar com Sílvia sobre as experiências que tinha vivido. Novamente, a coincidência divina interveio entre os dois. “Contei dos sonhos e falei que era uma proposta de casar mesmo. E ela falou: ‘estava tomando banho e pedi uma direção a seu respeito e Deus me disse que se fosse para dar certo você viria falar hoje’.” Dessa conversa começou a aproximação entre os dois e de Saulo com a família dela. Após um tempo juntos, Saulo compreendeu que o tempo para o romance dos dois não era aquele. Ele tinha certeza de que Sílvia seria sua esposa, mas era preciso que certas situações fossem resolvidas para retomar o namoro e se prepararem para o casamento. Assim, se separaram.

Os sonhos que os uniram uma vez, os reuniram no tempo propício. “Eu sonhei que eu estava na casa dela e que a gente estava junto. Eu fui lá para contar para ela e a mãe sobre esse sonho. Quando eu fui lá a gente não viu o horário e já eram duas da manhã. Aí pronto, começou o namoro.” Para Saulo, namoro é prenúncio de casamento. Certo de que caminhavam rumo ao altar, desde o início, estabeleceu com Sílvia um projeto para se casarem em dois anos. O tempo estipulado tinha objetivos claros: um ano para saldar as dívidas que Saulo havia contraído no tempo em que esteve desempregado e outro ano para organizar os preparativos do casamento. “Ela começou a trabalhar e eu também já trabalhava, mas agora numa proposta de limpar o meu nome.” Após um ano envoltos nessa missão, o casal quitou todas as dívidas de Saulo.

No segundo ano do projeto de casamento, prepararam a cerimônia e a festa. “Agora onde nós íamos

morar? O pai dela deu uma casa no fundo do terreno deles.” O mobiliário veio dos presentes que ganharam dos amigos e familiares. Saulo e Sílvia se casaram no ano de 2004. A união do casal gerou frutos, hoje eles têm um filho, Pedro Paulo com 10 anos e esperam pelo João Lucas. A nova família formada conta um membro especial, que até hoje faz parte da vida de Saulo. Dona Haydée é a mãe que ele tem como referência.

Durante todo o tempo em que esteve no Educandário, Saulo foi motivado a estudar. “a gente tinha o sonho de fazer faculdade e só tinha a UFU, mas precisávamos trabalhar.” Apesar de todos os empecilhos, ele nunca desistiu desse sonho. Depois de muito tempo longe dos estudos, Saulo pôde enfim fazer a faculdade que tanto desejou. No ano de 2007 ele ingressou numa faculdade privada no curso de pedagogia, no qual se formou. “Quando vieram as faculdades particulares foi onde ajudou, aí a gente não ficou nessa disputa da UFU.” Atualmente, ele trabalha como professor de Ensino Religioso na Escola Municipal Maria Leonor de Freitas Barbosa.

BÁRBARA

OPÇÃO PELO ACOLHIMENTO

< “Minha *mãe* precisava dele e ele cuidava dela e da casa. Eu *pedi* para vir para aqui, porque eu não queria *voltar* para ninguém da minha *família*. Mas, eu também não queria atrapalhar a *vida* dela (a mãe)” >

“Eles falaram para eu arrumar as minhas coisas que às 17 horas viriam me buscar. Eu arrumei, a minha mãe ficou chorando. Lembro que o conselheiro ainda brigou com o meu padrasto, porque ele estava achando bom, mas a minha mãe ficou muito triste.”

Bárbara foi levada, por vontade própria, à instituição de acolhimento em que mora. Aos 15 anos de idade, a menina conclui que viver com sua família não era uma escolha viável e nem mesmo segura. Assim, comunicou ao Conselho Tutelar seu desejo de sair de casa. Foi feita, então, uma reunião com Bárbara, o promotor, a família, as psicólogas que já a acompanhavam e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas). A jovem foi informada de todas as regras de vivência dentro de uma instituição de acolhimento, as quais ela deveria seguir. Era o mês de abril do ano de 2017, quando a menina ingressou no abrigo. A mudança aconteceu dois meses antes do seu aniversário de 16 anos.

Agora, Bárbara já tem marcada a data de novas mudanças que, obrigatoriamente, acontecerão em sua vida. Em junho do ano de 2019, ao completar a maioridade, ela será desligada do abrigo. “Eu vou sair sozinha. Não vou ter nenhum apoio da minha família. Então, é um pouco mais complicado. Quando eu sair sou eu por mim mesma”.

AS ACUSAÇÕES >

Fruto de uma relação de curta duração, Bárbara e seu irmão gêmeo foram abandonados pela mãe aos seis meses de idade. “Ela deixou a gente com a minha avó e quando meu pai foi buscar a gente ela não estava lá mais, sumiu no

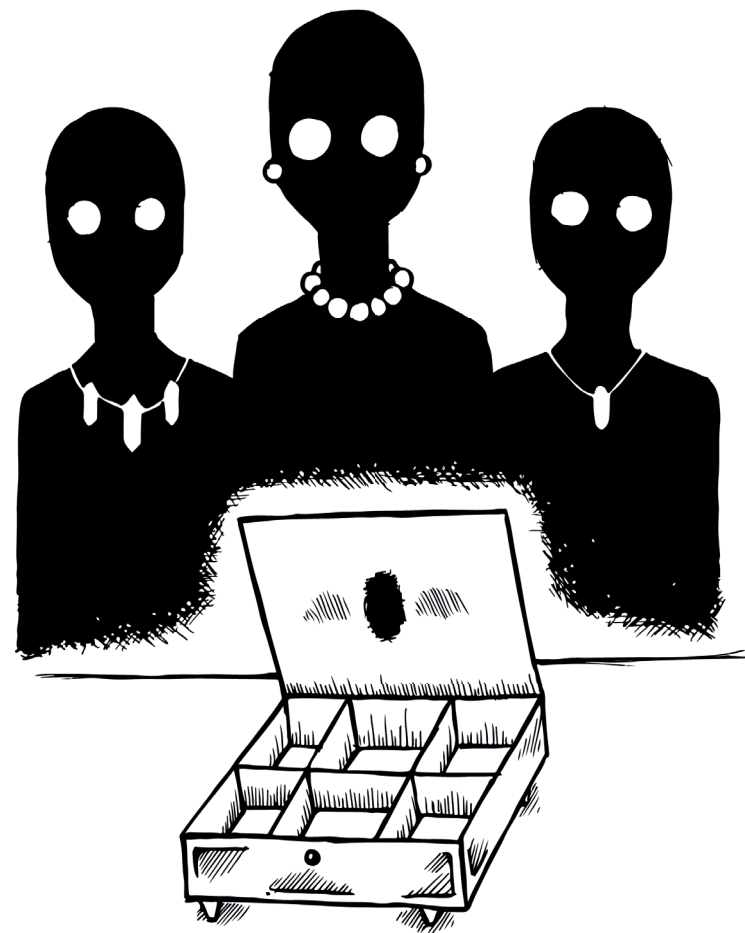
mundo.” Com o abandono, Bárbara foi levada a morar com seu pai e o seu irmão a morar com sua avó paterna, ambos na cidade de Uberlândia.

Aos seis anos de idade a vida de Bárbara foi revirada de forma inesquecível. “Meu pai sempre bebeu muito. Então ele perdeu a guarda”. Os avós paternos de Bárbara retiraram a guarda do pai e se tornaram os seus guardiões legais. A partir desse acontecimento, a jovem foi obrigada a deixar a casa do pai e a passar a morar com sua avó paterna. Com essa mudança, ela voltou a conviver com seu irmão.

Do tempo em que viveu com a avó, Bárbara guardou poucas lembranças boas. “A minha vida era um inferno. Eu lembro que ninguém, nem a minha avó, tinha paciência de sentar comigo. Ela sempre gostou mais do meu irmão e isso era visível”. De implicâncias pontuais e preferências sentimentais, os desentendimentos entre a jovem e a avó evoluíram para uma situação ainda mais grave.

Poucos meses após perder a guarda dos filhos, o pai de Bárbara mudou-se para Fortaleza, onde morou por mais de 10 anos. Dias antes da viagem, ele tomou algumas joias de sua mãe e as deu para suas outras filhas mais velhas, sem avisar a ninguém. Passado um certo tempo desse fato, a avó de Bárbara sentiu falta dos objetos e, uma vez tendo os procurados, concluiu que os mesmos haviam sido roubados.

Pelo fato do sumiço das joias terem acontecido na mesma época em que Bárbara havia se mudado para a casa da avó, ela foi acusada de ser responsável pelo roubo. Aos seis anos de idade a menina iniciou uma longa trajetória de acusações que a acompanhariam por muito tempo. “Minha avó achava que eu roubava as coisas dela. Ainda fico muito chateada com ela”. Certa das incriminações que fez à neta,



a avó de Bárbara buscou realizar a justiça com as próprias mãos. De forma constante, ela agredia a menina na busca de conseguir uma confissão do paradeiro dos objetos. “Eu estava passando pano na casa e ela me queimou. Tinham vezes que eu acordava três horas da manhã com ela me batendo e me machucava demais.”

As agressões não foram suficientes para a avó de Bárbara. Todo o tratamento que destinou à neta foi norteado pela crença de que ela havia roubado. As porções de afeto e cuidado foram medidas com o peso da desconfiança e da certeza da traição. O irmão, no ponto de vista de Bárbara, sempre foi mais bem tratado pela avó. “Eu lembro até hoje de uma vez que tirei nota muito alta e eu cheguei em casa muito feliz, mostrei a prova para a minha avó e ela não falou nada para mim, não me deu os parabéns. Já para o meu irmão, ela deu toda atenção, mesmo ele tendo tirado uma nota baixa”.

As acusações de roubo que eram feitas somente pela avó, em pouco tempo passaram a ser feitas por toda a família. O fato do sumiço foi espalhado de forma tendenciosa pela avó, que conseguiu apoio de todos os parentes. Inclusive do avô paterno de Bárbara. Aquele do qual ela lembra de ser um de seus abrigos, tornou-se também negação e ausência. O avô passou a rejeitá-la. “Quando a minha avó fez a cabeça dele, ele saía com o meu irmão e falava as coisas. Meu irmão voltava comendo lanches e eu dizia que queria (porque eu era pequena tinha seis ou sete anos), mas ele respondia que meu avô tinha dito que não ia comprar para mim porque eu não merecia.” Apesar de demonstrar tristeza com essa mudança de comportamento, a jovem faz poucas menções dessa fase e prefere manter mais

afloradas as lembranças de quando era por ele acolhida. “Eu amo o meu avô. Quando eu era pequena a minha avó queria me mandar para o abrigo, mas, como a guarda era compartilhada entre os dois, ele não deixou.”

Entre as apoiadoras das acusações de sua avó, estavam também as irmãs que haviam ganhado as joias do próprio pai. Portanto, elas sabiam que era infundada a ideia de que Bárbara as teria roubado. Dado o sumiço do pai em Fortaleza, as únicas pessoas que podiam inocentar Bárbara se mantiveram em silêncio e permitiram o sofrimento da menina por oito longos anos.

Mesmo com as rejeições do avô, Bárbara nunca deixou de visitá-lo, principalmente quando ele adoeceu. À essa época os avós de Bárbara não estavam casados, eles haviam se separado, tanto que seu avô já estava numa outra relação. Em uma dessas visitas, as agressões sofridas pela avó vieram ao conhecimento das pessoas. “Eu ia visitar o meu avô – nessa época ele estava em estado vegetativo - com aquelas blusas de frio e o povo achava estranho. Quando abaixaram a blusa estava cheio de machucados. A esposa do meu avô tirou fotos e foi ao Conselho Tutelar, foi à Polícia Civil e o Conselho me tirou da casa da minha avó e fui morar com o meu avô -com a esposa do meu avô, porque ele já estava doente.” Aos 13 anos de idade, com esse acontecimento, Bárbara deu início a uma sucessão de mudanças de casas e responsáveis. Em cada novo ambiente, novas vivências.

Quanto ao tempo em que viveu com o avô, toda alegria dessa fase estava ligada unicamente a ele, seu grande amigo nunca esquecido. Bárbara conta que gostava muito de ajudar a cuidar do seu avô. Orgulhosa, a menina me disse que ele era médico e, que por não ter tido tempo para os

filhos, se dedicou com devoção aos netos. Desse fato, foi gerada a aversão que os tios têm para com ela e o irmão.

Quando seu avô partiu, junto com ele também foram as forças que sustentavam a permanência de Bárbara na casa dele. Insatisfeita com a morada na casa do avô, não restaram opções de acolhimento familiar para Bárbara. Assim, como um raio de luz em meio a escuridão, o Conselho Tutelar localizou sua mãe, desaparecida há anos.

0 REENCONTRO >

“Eu conheci a minha mãe quando eu tinha 14 anos”. Com essa confiança, Bárbara confirmou a ideia de que laços familiares não estão propriamente ligados a laços sanguíneos. Criada por ela até os seis meses, era de supor que Bárbara a conhecesse. No entanto, ela foi muito além das definições superficiais do verbo. Conhecer, no mundo da menina, não é somente tomar conhecimento de que possui uma mãe. Antes e além, é saber sobre sua personalidade, gostos, desgostos, motivações, entre outros. Por tal, Bárbara declarou que não conhecia a mãe e fez essa descoberta na adolescência.

Pelo reencontro, Bárbara apostou nessa relação que estava se reconstruindo. Se mudou para casa de sua mãe, onde também moravam o seu padrasto, sua irmã materna mais velha e seus sobrinhos. Nessa nova experiência, ela provou novamente o abandono materno. Dessa vez, a ausência foi dada a conta gotas, em doses diárias. “Minha mãe saía e me deixava sozinha em casa e só aparecia de noite. Ela achava ruim que eu ia para a rua, porque ela comprava as coisas só para fazer janta e não fazia almoço.

Como sempre fui de andar conversando, eu ia a casa das pessoas e elas me chamavam para almoçar.”

Os comportamentos instáveis da mãe, próprios dos seus problemas psicológicos, afetaram também as atitudes de Bárbara. Notadamente nervosa, a menina lembra de um episódio doloroso. “Minha mãe invocou de falar que queria se matar. Um dia falei para ela: ‘você quer que eu te ensine como que é?’ E ela falou que eu não tinha coragem. Então, eu peguei a faca e finquei bem aqui, no pulso.” Com a gravidade do ferimento, os bombeiros tiveram que ser acionados para prestar socorro. Ao ser questionada pelos oficiais o motivo pelo qual havia feito essa agressão contra si mesma, Bárbara respondeu que é porque sua mãe tinha dito que ela não tinha coragem.

Pouco tempo depois, novas tentativas e ameaças de suicídio da mãe voltaram a assombrar Bárbara. “Naquela época estava virando modinha o povo se cortar, minha mãe começou a fazer essas coisas.” Revoltada com a atitude da mãe, ela pediu às amigas da escola que a cortassem. Seu objetivo era tentar entender a razão pela qual a mãe desejava os ferimentos. Ao tomar conhecimento dos cortes que a menina tinha permitido que fizessem nela, a professora a encaminhou para a diretoria. “Eles me perguntaram o porquê eu estava fazendo isso e o que a minha mãe achava disso, eu falei que nada porque ela fazia também. Essa mulher ligou para a minha mãe e deu uma grande lição nela. Ela disse que a minha mãe estava me influenciando.” Dessa ação de resistência ficaram cicatrizes, que até hoje acompanham Bárbara.

A tentativa de permanência com a mãe foi interrompida por um surto psicológico. Num momento

de exaltação, sua mãe a expulsou de casa, juntamente com sua irmã materna mais velha e seus sobrinhos. Todos eles se mudaram para uma nova casa, em companhia do namorado da irmã.

NOVOS ENGANOS >

Falsas acusações perseguem Bárbara. Aparentemente esquecida a história das joias, novos conflitos foram colocados sob sua responsabilidade. Outra vez a vítima foi culpada. Na casa da irmã materna mais velha mais fatos vieram aterrorizar sua mocidade. O cunhado de Bárbara começou a assediá-la. Certa vez, quando sua irmã não estava em casa, ele até mesmo tentou tirar a toalha que a cobria ao sair do banho. Pergunto a ela se o cunhado chegou ao ponto de tocá-la de modo indevido. Com forte entonação na voz, ela responde que não. “Fora isso mais nada. Eu dava um chute na cara dele”.

Chegados os dias de uma viagem que a irmã faria, Bárbara foi levada para a casa de sua avó paterna. Nessa nova vivência, o convívio com a avó estava sendo pacífico e as desconfianças a respeito do sumiço das joias haviam sido um pouco esquecidas. Bárbara acredita que a distância vivida pelas duas ajudou a avó a reconhecer que ela era uma boa pessoa. Tamanhas foram as mudanças de comportamento e opinião, que sua avó queria que ela voltasse a morar com ela. No entanto, a vida parecia não desejar essa reaproximação. Novamente, outros fatos se colocaram entre as duas e ela voltou a duvidar do caráter da neta. Dessa vez, os enganos estavam relacionados ao desaparecimento dos remédios de sua avó e ao estrago de algumas máquinas dela.

Com o regresso da irmã, Bárbara foi morar com ela novamente. Cansada da situação em que estava vivendo com o cunhado, a menina decidiu contar sobre os assédios que sofria dele. A esperança era livrar a irmã e os sobrinhos de futuros sofrimentos. No entanto, a tentativa de Bárbara foi frustrada e a irmã não acreditou nela. Apoiada num velho ditado, a jovem cria para si a explicação para a atitude da irmã. “Dizem que o amor é cego. Mas, um dia ela se arrepende, quando o chifre estiver prendendo na lua, porque na porta já não passa.”

Insultada com os relatos de Bárbara, sua irmã não a quis mais em casa. Desejando expulsá-la tentou a levar para a avó, mas ela não quis receber a jovem. Passados quatro dias dessa tentativa, a avó paterna de Bárbara faleceu. O sentimento de revolta de sua avó foi tal que a levou a atitudes extremas para com a neta. “Nesses quatro dias ela fez uma cirurgia de câncer. Quando viu que estava morrendo, correu e tirou o meu nome do testamento.”

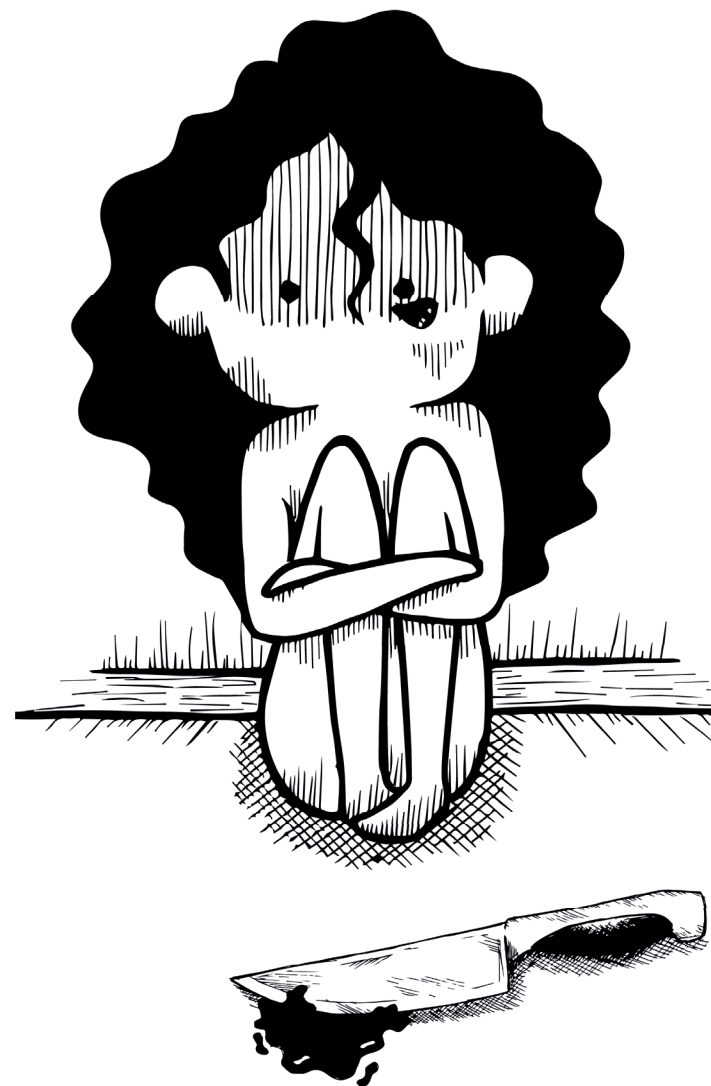
SALVA DA MORTE >

Com o falecimento da avó, o pai de Bárbara regressou de Fortaleza para cuidar da parte que lhe cabia na herança. Sem abrigo, Bárbara e o irmão voltaram a morar com o pai na mesma casa que era de sua avó. “Nessa época ainda não tinha dividido a herança. Ele (o pai) tinha ficado com tudo e administrava. Nesse período ele não estava bebendo. Ele comprou um celular para mim, a gente comprou roupa, eu mexi no meu cabelo, arrumei muitas coisas e era tudo o que eu queria”. Invertendo a ordem que diz: ‘depois de toda tempestade vem a calmaria’, após essa calmaria aconteceu a

mais recente tempestade na vida de Bárbara. Ainda ferida aberta, com um forte tom de nervosismo na fala, ela me conta o que aconteceu.

“Eu voltei da escola, ele já chegou no quarto e falou para mim: ‘você não conversa comigo que hoje eu não estou bom, eu quero ir beber e você não vai falar nada’. Eu disse está bem e fiquei no meu quarto, quietinha jogando. Ele entrou no quarto e começou a me bater do nada, mandando eu ligar para a polícia. E começou a quebrar os móveis. Ele pegou a faca e fincou nos negócios e falou que era ele ou eu. Eu fiquei toda roxa, tive que fazer exame no IML. Ele veio para me dar uma facada no pescoço eu coloquei um negócio do móvel na frente, a faca atravessou. Naquele dia eu tinha certeza de que ia morrer. Meu pai estava muito tonto, estava bebendo há uma semana seguida. Ele me colocou ajoelhada e passou a faca no meu pescoço. Eu pensei: pronto, é agora que eu morro. Eu falo que é uma experiência, quando ele fez isso estava tocando um CD e do nada o rádio foi para a rádio Deus é amor. No final de tudo, que ele já tinha quebrado e furado tudo, o meu quarto estava todo destruído, eu consegui fugir.”

Ao escapar da casa do pai, Bárbara foi à delegacia e relatou a agressão que tinha sofrido. Desconfiados do seu relato, os policiais a acompanharam até em casa e viram a destruição que ela tinha contado. O pai de Bárbara foi preso em flagrante e a faca, usada na agressão, apreendida. Mesmo machucada no corpo e nos sentimentos, a menina teve que se responsabilizar pela soltura do pai. “Eu tinha as contas dele do banco e acabou que eu paguei a fiança dele, porque senão estaria lá até hoje. Ele pegou dois anos e meio.”



O pai de Bárbara ocupa extremos em sua vida. Na infância dela, foi o responsável por memórias incríveis. “Os melhores dias da minha vida foram quando o meu pai não estava trabalhando e me buscou lá na minha avó. Eu fiquei três dias brincando com ele, andando de bicicleta”. Já na adolescência foi autor de uma agressão que, por pouco, não terminou em tragédia.

A essa altura, muitas portas estavam fechadas para Bárbara e outras ela mesmo havia cerrado. Após o episódio violento com o pai ela precisou reabrir um caminho. Bárbara voltou a morar com a mãe. Nessa segunda chance, foi o padrasto que não a quis em casa. Os dois não davam mais certo, longe de brigas ou discussões, apenas não havia mais harmonia na relação. No ápice desse desacordo, o padrasto pediu que a mãe escolhesse entre Bárbara ou ele. Diante do impasse, a jovem de apenas 15 anos de idade, tomou uma grande decisão. “Minha mãe precisava dele e ele cuidava dela e da casa. Eu pedi para vir para aqui, porque eu não queria voltar para ninguém da minha família. Mas, eu também não queria atrapalhar a vida dela (a mãe).”

NOVA MORADA >

De acordo com o Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no ano de 2003, são motivos para a medida de abrigamento: a pobreza dos pais ou responsáveis (24%), o abandono (18,9%); a violência doméstica (11,7%); a dependência química dos pais ou responsáveis, incluindo o alcoolismo (11,4%); a vivência de rua (7,0%); e a orfandade (5,2%). Nem todas as

crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente foram levados ao abrigo logo após o nascimento. Muitos deles são acolhidos depois de terem construído vínculos familiares e desenvolvido gostos e hábitos. Esse é o caso de Bárbara.

“Quando eu era pequena jogava joguinhos e tinha interesse em, às vezes, acrescentar alguma coisinha neles. Quando cheguei à instituição eles me colocaram no curso, numa empresa para aprender programação. Fui aprendendo e o tio do rapaz que me dava as aulas resolveu me pegar para fazer um estágio.” Assim, o passado se integrou ao presente. Histórias e vivências passadas se atualizaram.

Ao falarmos sobre a ida para o abrigo, pergunto a ela sobre a experiência dessa mudança. Tranquilamente ela me responde que a adaptação não foi um problema, porque ela já tinha mudado outras vezes de casa e de padrões de vida. Pelo rumo no qual ela leva nossa conversa, entendi que outras situações ocorridas na instituição de acolhimento, a desgastavam mais do que a própria adaptação. Como por exemplo, o roubo e o desaparecimento de suas roupas e pertences. “Uma menina fugiu daqui e, aproveitando que eu estava no curso, foi ao no meu quarto pegou a minha mochila, encheu de roupas minhas e foi embora. Eu tinha uma pilha de calças e fiquei só com três. Não tem mais para eu pedir. É raro chegar roupa em bom estado. Geralmente as pessoas doam uma roupa porque ela já está estragada.”

Em seu convívio familiar, Bárbara sempre dispôs do acesso à tecnologia. Desse hábito que a acompanha durante toda sua vida, surgiu outro problema que ela relata enfrentar no abrigo. Devido a algumas desobediências, o computador que Bárbara levou para a instituição de acolhimento foi retirado dela. A proposta do castigo era o

confisco do computador por apenas um dia. No entanto, já faziam cinco meses desse fato e o computador ainda não tinha sido devolvido. Além desse aparelho, o celular de Bárbara somente pode ser utilizado quando ela sai do abrigo para ir ao trabalho ou à escola. Assim que retorna, o celular deve ser devolvido para a administração.

Na instituição de acolhimento em que Bárbara reside, há computadores para utilização dos jovens que moram na casa. Os aparelhos ficam guardados no escritório dos coordenadores e o acesso a eles somente pode ser realizado sob supervisão de alguns dos administradores. Dentro da residência, os jovens são acompanhados 24 horas por um cuidador, no entanto, esse colaborador não pode se responsabilizar pela supervisão do acesso aos computadores. Bárbara estuda de manhã e faz estágio à tarde, quando chega ao abrigo os administradores já foram embora e nos finais de semana eles não trabalham. Assim, o acesso a esses computadores é inviável para ela e outros jovens da casa que têm rotina semelhante.

Mesmo em meio a essas controvérsias, Bárbara destaca as alegrias da vivência no abrigo. Na casa, eles têm a oportunidade de fazerem amizades entre si e com os voluntários que os visitam. Saudosista, ela me conta de um laço especial que fez com uma das voluntárias. “Eu tenho uma madrinha, só que ela parou de vir. Ela me levava para passear e me dava até aula de inglês.” Além desses presentes inesperados, Bárbara encontrou na instituição de acolhimento algo que buscava há muito tempo. “Aqui eu vivo em paz. Longe daquele povo da minha família. Eu não sinto tanta falta deles.”

< “Aqui eu vivo em *paz*. Longe daquele povo da minha família. Eu não *sinto* tanta falta deles” >

A SAÍDA DO ABRIGO >

Bárbara encontra-se às vésperas do desligamento institucional por maioria. Enquanto na vida da menina muitas portas abriram e se fecharam diversas vezes, ao sair da instituição de acolhimento o caminho de volta será irrevogavelmente fechado. Em junho do ano de 2019, ela fará 18 anos e terá que deixar o abrigo. Ao tocarmos nesse assunto, a ansiedade toma conta do seu falar e o desconforto com a situação se torna aparente. “Estou com medo, né? A gente está morando sozinha. Não contarei com ninguém, fico meio desesperada. Pensando no que eu vou fazer. Se acontecer alguma coisa como é que vai ser? Eu vou ter que fazer comida, o que eu vou fazer?”

O abrigo em que Bárbara vive não oferece nenhum tipo de programa específico que trabalhe o preparo para o desligamento institucional por maioria. “Eles só sentam e conversam: vai acontecer isso daqui até aqui.” A preparação que ela recebeu foi de origem externa à instituição de acolhimento. Ela participou brevemente do ‘Trilhas para autonomia’. O projeto é desenvolvido pela ONG Pontes de Amor e tem o objetivo de proporcionar aos adolescentes maiores de 14 anos, e em situação de acolhimento institucional, os mecanismos necessários para a manutenção de uma vida independente. “Eu faltei na segunda parte do curso. Mas, na primeira parte, foram só esses projetos como: atividades para aprendermos a socializarmos com as pessoas, ensino sobre como fazermos currículo e sobre alguns dos nossos direitos e deveres como cidadão. Também teve palestras com advogado e com pessoas do RH ensinando como devemos conversar

numa entrevista e como administrar o dinheiro. Mas, eles só falaram que a gente tem que guardar uma parte, no entanto, isso eu já fazia.”

Ao sair do abrigo, a jovem não quer retornar para a casa de nenhum familiar, assim ela precisará organizar antecipadamente o lugar onde irá morar. Fora do acolhimento institucional, além da moradia, a alimentação, a vestimenta, o estudo, o lazer, a locomoção e a saúde serão responsabilidades de Bárbara. Já preocupada com essas questões, ela reclama da falta de educação financeira. “É algo imposto, ao invés deles me deixarem com o dinheiro para que eu crie uma maturidade e saiba entender que preciso guardar, porque será bom para mim, são eles que mantêm o nosso dinheiro guardado para pegarmos depois. Eu que deveria aprender a segurar sozinha, a poupar. Até mesmo para eu aprender a administrar.”

Em nossa primeira conversa, Bárbara me disse que a instituição de acolhimento lhe daria direcionamentos para a vivência do desligamento e para a sobrevivência fora do abrigo. A essa época, ela estava há nove meses de sair. Passados dois meses desse diálogo inicial, diante ausência de atitudes em prol da oferta desses direcionamentos, as perspectivas de Bárbara sobre essa ajuda haviam mudado. “Quando eu entrei na instituição eles falaram que me ajudariam a montar a minha casa, mas o que está acontecendo é que eu vou ter que me virar com tudo sozinha. Eu acho que eles pensam assim: enquanto você está aqui a gente se vira com doações para te dar o que precisa e você não gasta nada do seu dinheiro e quando sair você se vira com o que tem.”

Para o futuro fora do abrigo, Bárbara tem planos acadêmicos e profissionais. Na formação, ela quer fazer faculdade de Ciências da Computação. Na área profissional, a curto prazo, sua meta é ser efetivada na empresa em que trabalha atualmente como estagiária. E a longo prazo as ideias já estão em curso. “Eu sonho em um dia trabalhar por conta própria. Eu já peguei alguns projetos de algumas empresas para fazer, como um site. Eu gosto dessa área.”



Percebo que a incerteza quanto à efetivação é motivo de preocupações para Bárbara, afinal, ao sair da instituição de acolhimento, o emprego será essencial para sua sobrevivência. Principalmente, pelo fato de que ela não dispõe de nenhum bem em seu nome, já que a avó a retirou do testamento no qual decidiu a divisão das cinco casas que possuía. Quanto a uma mínima garantia financeira, Bárbara espera uma decisão judicial. “Eu pedi a destituição da minha família e eles fizeram a destituição parcial. Agora eles estão vendo se dá certo a pensão do meu pai. Eu estou torcendo para o juiz falar que ele tem que pagar a pensão retroativa. Aí vai ser uma bolada.”

Sobre a convivência com os pais após a saída do abrigo, Bárbara é clara: não deseja manter contato. A menina acredita que a mãe não quer manter vínculos, então ela somente estará reforçando o querer já implícito. “A minha mãe nem me procura. Raramente ela liga. Às vezes procuro ela para saber como está. Mas, eu nem ligo muito da minha mãe não me procurar. Eu não tenho muito vínculo, eu conheci a minha mãe quando eu tinha 14 anos.” Quanto ao pai, a última agressão traçou o destino dos dois. Ela não quer nem mesmo falar com ele. O irmão gêmeo mora em outra cidade com um primo, então Bárbara acredita que o contato será esporádico por natureza. Quanto à namorada do seu avô, ela até quer manter contato, mas deseja fazê-lo com certos limites. “Eu até gosto de conversar com ela, só que de vez em quando. Quando eu sinto falta dela.” Com a irmã materna mais velha ela acredita que até seria possível uma reaproximação, mas prefere não fazê-la.

Bárbara sugere algumas situações que poderiam ser melhoradas na instituição de acolhimento. “A gente podia ir

à Igreja, pelo menos uma meia horinha, para a gente dar uma voltinha. Ou eles podiam levar a gente para ir a algum lugar. Pelo menos no fim de semana eles podiam arrumar alguma coisa.” Além dessas, ela também aponta outras sugestões de mudança: a criação de um espaço lúdico dentro do abrigo no qual os institucionalizados(a) pudessem ter acesso à tecnologia e internet, o estabelecimento de igualdade no tratamento entre os meninos e as meninas dentro da instituição de acolhimento e o respeito da religião de cada criança ou adolescente institucionalizado.

Para a melhoria do preparo e vivência do desligamento institucional por maioridade, ela também deu sua opinião. “Eles podiam dar, para pessoas como eu que não têm apoio da família, um auxílio até a gente completar pelo menos os 21 anos. Porque eles falam que a mulher até essa idade tem direito a receber pensão dos pais, só que como a gente não tem apoio de pai e mãe, o Governo podia dar pelo menos uma ajuda. Ou poderia ter algum programa que oferecesse um lugar no qual a gente pudesse ficar depois que saíssemos da instituição. Talvez esse lugar pudesse até ser pago, mas custasse um valor mais em conta.”

Um novo ciclo aguarda a jovem. E, independente de como a vida será ou não será, Bárbara já possui um modo de encarar-la. “A gente passa por muitas coisas e pensamos por que isso está acontecendo. Na verdade, temos que pensar: o que eu vou fazer com isso. Já que eu passei, não tem como. A gente passou foi para melhorar alguma coisa.”

< “A gente *passa* por muitas coisas e pensamos por que isso está *acontecendo*. Na verdade, temos que pensar: o que eu vou *fazer* com isso. Já que eu *passei*, não tem como. A gente passou foi para *melhorar* alguma coisa” >

< RELIGANDO
SENTIDOS >

Falar sobre a institucionalização de crianças e adolescentes é abrir uma porta para um grande universo, de existência secular na sociedade brasileira. Discutir o desligamento institucional por maioria, por sua vez, é destravar, talvez, uma pequena porta nos fundos desse universo. Pouco explorado pela mídia brasileira, raramente se vê debates sobre essa questão. A realidade, no entanto, é que apesar de ser relegada, esse tipo de desistintucionalização sempre aconteceu em nossa história e não deixa de existir apenas por ser ignorada.

Neste livro foram narradas as biografias de três sujeitos que vivenciaram e vivenciarão a experiência do desligamento institucional por maioria em diferentes períodos históricos. Três vidas, três caminhos diferentes se entrelaçam e retratam, ainda que em partes, a prática desse desabrigo no Brasil. Mais de sete décadas de histórias são resgatadas através da lembrança de experiências marcadas na vida desses sujeitos.

Cada perfilado traz em seu âmago um passado que faz parte de seu presente. Distintas leis e contextos desiguais definiram seus destinos longe de suas famílias. Dona Haydée e suas irmãs tiveram sua mãe e sua tia retiradas de seus convívios pela hanseníase e pelas leis da época. Logo, sem condições de serem criadas somente pelo seu pai, deram início as suas experiências de institucionalização. Saulo e seu irmãos foram tirados de seus pais assim que nasceram. Do mesmo modo que na vida de Dona Haydée, a hanseníase junto com as normas vigentes foram as protagonistas na história que levou ao esfacelamento de sua família. Bárbara, por sua vez, não foi coadjuvante na sua institucionalização. Ela optou pelo abrigo, uma vez

que sua casa não constituía mais um lugar seguro para sua permanência.

Assim como as causas que levaram cada um dos sujeitos às instituições, desuniforme foram e serão as formas em que se deram e se darão seus desligamentos ou rupturas com os abrigos onde viveram. Dona Haydée, teve sua desinstitucionalização misturada a uma oportunidade de trabalho e sua ruptura com a instituição somente aconteceu aos 51 anos de idade. Saulo, foi desligado do abrigo, mas continuou a visitar o local como um refúgio nos finais de semana e feriados até que a instituição foi inesperadamente fechada. Bárbara, estava prestes a ser desligada e, diferente dos demais perfilados, não poderá retornar à instituição por determinações legais. Seu destino deverá ser traçado, já desde a saída, sem o apoio institucional contínuo.

Por essas histórias reais fica evidente a importância da eleição de um lugar de mais destaque nos debates midiáticos a respeito da infância e juventude institucionalizada em abrigos. A história de cada um desses sujeitos carrega particularidades, sonhos, medos e tantos outros sentimentos que não podem ser expressados dentro de um conceito tão pouco discutido: desligamento institucional por maioria. Por trás de cada número que compõem as estatísticas dos adolescentes desligados por maioria, existem sujeitos reais com passados e perspectivas de um futuro. Reduzir toda essa realidade a números é um reforço a um histórico de invisibilidade já experimentado por essas pessoas.

O olhar para a história de vida dos sujeitos perfilados deve se distanciar totalmente do sentimento de impotência

sobre essa realidade de invisibilidade na qual estão inseridos os seus desligamentos. Em cada um dos perfis é possível observar como as relações humanas são capazes de suprir lacunas abertas pelas circunstâncias individuais, familiares ou pela lei, de modo que o apreço pelo outro antecipa, de forma benevolente e despretensiosa, ações necessárias, mas não regulamentadas. Desse modo, o mergulho nessas histórias deve, de fato, nos encharcar das experiências desses sujeitos e, assim, nos impulsionar a continuar a fortalecer nossas relações e empatia humana em vista do bem do outro.

NOTAS - DA INFÂNCIA INDESEJADA À PROTEÇÃO

1. RIZZINI, RIZZINI, 2004
2. KREUZ, 2012
3. KREUZ, 2012
4. TRINDADE, 1999
5. TRINDADE, 1999
6. TRINDADE, 1999
7. KREUZ, 2012, p.14
8. RIZZINI, RIZZINI, 2004
9. KREUZ, 2012
10. KREUZ, 2012, p.15
11. RIZZINI, RIZZINI, 2004
12. NASCIMENTO, 1999, p.75 apud RIZZINI, RIZZINI, 2004, p.25
13. RIZZINI, RIZZINI, 2004
14. TRINDADE, 1999
15. KREUZ, 2012
16. ARANTES, 1993 apud FIGUEIRÓ, 2012
17. KREUZ, 2012
18. FIGUEIRÓ, 2012
19. RIZZINI, RIZZINI, 2004, p.28
20. FIGUEIRÓ, 2012
21. FIGUEIRÓ, 2012
22. FIGUEIRÓ, 2012, p.38
23. KREUZ, 2012
24. Mello Matos foi parlamentar e Juiz de Menores. Como

parlamentar, em 1904, esteve à frente da campanha de vacinação obrigatória, em apoio a Oswaldo Cruz. Ainda no Congresso, apresentou em 1906, o projeto de resultou na criação de um Instituto Oswaldo Cruz. Entre os anos 1920 e 1924 atuou como diretor do Instituto Benjamin Constant, centro de referência nacional na área de educação para deficientes visuais. Em 1924 proferiu seu primeiro despacho como Juiz de Menores, cargo no qual permaneceu até seu falecimento, no ano de 1934.

25. TRINDADE, 1999, p. 147 e 148
26. FIGUEIRÓ, 2012
27. KREUZ, 2012
28. RIZZINI, RIZZINI, 2004
29. KREUZ, 2012
30. RIZZINI, RIZZINI, 2004
31. RIZZINI, RIZZINI, 2004
32. RIZZINI, RIZZINI, 2004
33. KREUZ, 2012
34. FIGUEIRÓ, 2012
35. RIZZINI, RIZZINI, 2004
36. FIGUEIRÓ, 2012
37. KREUZ, 2012
38. RIZZINI, RIZZINI, 2004
39. ASSIS; FARIA, 2013
40. FIGUEIRÓ, 2012
41. RIZZINI, RIZZINI, 2004
42. FIGUEIRÓ, 2012
43. FIGUEIRÓ, 2012

44. FIGUEIRÓ, 2012
45. RIZZINI, RIZZINI, 2004
46. RIZZINI, RIZZINI, 2004, p.52
47. KREUZ, 2012

NOTAS - HAYDÉE

1. CURI, 2002
2. CURI, 2002
3. CURI, 2002
4. GAZETA DO TRIÂNGULO, 1954.
5. A ORIGEM, 2014.
6. CURI, 2002
7. CURI, 2002
8. CURI, 2002
9. CURI, 2002

REFERÊNCIAS

A ORIGEM da festa de 15 anos e o baile de debutante. Campinas. 2014. Disponível em: < <https://www.emporiodocesfinos.com/a-origem-da-festa-de-15-anos-e-o-baile-de-debutante/>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

ARAÚJO, Denilson Cardoso de. **80 anos do Código de Menores. Mello Mattos: a vida que se fez lei.** Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,80-anos-do-codigo-de-menores-mello-mattos-a-vida-que-se-fez-lei,21162.html>>. Acesso em: 31 maio 2018.

ASSIS, Simone Gonçalves de; FARIAS, Luís Otávio Pires. **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento.** São Paulo: Hucitec, 2013. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/LIVRO_Levantamento_Nacional_Final.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CURI, Luciano Marcos. **Defender os sãos e consolar os lázaros: Lepre e isolamento no Brasil 1935/1976.** 2002. 237 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

FIGUEIRÓ, Martha Emanuela Soares da Silva. **Acolhimento Institucional: a maioridade e o desligamento.** Jundiaí: Paco Editorial, 2012. 140 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Acolhimento_institucional.m?id=rBOHBAAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_>

read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 23 out. 2017.

GAZETA DO TRIÂNGULO. Araguari, 25 dez. 1954. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/029653/per029653_1954_01060.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

KREUZ, Sergio Luiz. **Direito à Convivência Familiar da Criança e do Adolescente - Direitos Fundamentais, Princípios Constitucionais e Alternativas ao Acolhimento Institucional**. Curitiba: Juruá, 2012. 186 p.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **A ressaca da Marujada: recrutamento e disciplina na armada imperial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A Institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente**. 2. ed. Rio de Janeiro: Puc-rio, 2004. 96 p. Disponível em: <http://www.editora.vrc.puc-rio.br/media/ebook_institucionalizacao_de_crianças_no_brasil.pdf>. Acesso em: 23 out. 2017.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. O abandono de Crianças ou a Negação do Óbvio. **REV. Brasileira de História**. VOL.19, n.37, São Paulo, Setembro de 1999.



